



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 05

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO 0127

TAQUIGRAFIA

ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 09 de Dezembro de 2015.

Presidência dos Srs.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
DR. NEIDSON - Deputado
JESUÍNO BOABAID - Deputado
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

Ssecretariado pelos Srs.
LAERTE GOMES - Deputado
JESUÍNO BOABAID - Deputado
SAULO MOREIRA - Deputado

(Às 09 horas e 23 minutos é aberta a sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel

(PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Ribamar Araújo (PT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta 66ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Eu quero registrar e agradecer a presença do meu amigo Vereador Almiro e o Vereador Baiano, lá do município de Colorado do Oeste. Muito obrigado pela presença. Registrar também a presença do Josué, de Presidente Médici e demais amigos que o acompanham, a imprensa lá de Presidente Médici, todos os presentes. Muito obrigado pelas presenças.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Só cumprimentar também, Senhor Presidente, antes de fazer a leitura, o William, do site *Estadocentral*, de Presidente Médici, que acompanha o nosso amigo Josué, radialista da Rádio Planalto do programa líder de audiência na região. Cumprimentar também o Jair lá do município de Alvorada e o Edmar, Professor Edmar que estão aqui presentes. Prazer vê-los aqui.

(Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem 314 do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que altera o anexo II da Lei Complementar 827, de 15 de julho de 2015, alterada pela Lei Complementar 841, de 27 de novembro de 2015;

Senhor Presidente, lido o Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Hoje, às 10 horas, a previsão do Senhor Secretário de Estado Wagner, vai ser ouvido aqui no Plenário, vai transformar a Sessão Ordinária em uma Sessão Especial, Comissão Especial Geral.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador, por cinco minutos, sem aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Bom dia, Presidente, Deputados aqui presentes. Também, até estranhei que cheguei hoje e não tinha nenhum inscrito aí no Pequeno Expediente, mas para nós é um prazer porque nós saímos de uma reunião agora da Comissão de Agricultura, muito importante, onde o Ex-Governador Bianco explanou um projeto principalmente para a agricultura, inclusive protocolou nesta Casa, uma parceria da FIERO com a Assembleia Legislativa, e trouxe umas ideias importantes sobre o setor produtivo. Nós temos aqui a cópia do documento onde propõe várias ações no setor produtivo para melhorar a produtividade. Um financiamento através da CAF, há um interesse de financiar os Estados, como o Estado tem capacidade para financiar, seria aí intermediar ao agricultor um recurso só 2% ao ano. Então, um recurso muito, são quatro anos de carência, então, há uma possibilidade. Então, nós vamos discutir inclusive com a Secretaria da Agricultura, com o Governo do Estado para ver o interesse.

Eu falei hoje na Comissão e falo, investir no setor produtivo não é gasto, é investimento, e o investimento, ele se paga. Então, investir na agricultura, melhorar as áreas degradadas, melhorar as nascentes, melhorar o café, a quantidade de café, melhorar a produção do café, do cacau, nós temos certeza que no futuro vai ter dinheiro para pagar um financiamento, o agricultor vai estar melhor, vai girar dinheiro e vai arrecadar mais.

Então, nós queremos dizer que esse projeto, inclusive, vou até passar para a imprensa se quiser publicar, eu acho que são umas ideias excelentes, e nós temos que abrir esta discussão nesta Casa. O setor produtivo tem melhorar no Estado de Rondônia, principalmente a assistência técnica também, nós vemos aí a Emater passando por muitas dificuldades, nós precisamos ser mais valorizados, os técnicos também, que não tem produtor rural principalmente agricultura familiar sem assistência técnica, sem uma Emater forte, então quero dizer aqui que para nós é um prazer.

E também Presidente, eu queria citar hoje, que nós temos uma reunião cinco horas da tarde aqui neste plenário.

Quero convidar, através da imprensa aqui desta Assembleia, todos os produtores rurais que quiserem se fazer presentes. A maioria dos frigoríficos já confirmou, Deputado Edson, a presença, e nós precisamos que eles venham aqui nesta tribuna e que expliquem por que, de que maneira, eles vão explicar a diferença de hoje em torno de R\$ 26 do gado de São Paulo. Nós nunca baixamos, nunca tivemos uma diferença maior de R\$ 11, de R\$ 9 a R\$ 11. E de julho do ano passado, quando houve aquela conversa, houve uma fofoca de que havia tido uma reunião em Goiás com os frigoríficos para montar esse cartel. A JBS veio na FIERO e eu participei, e eu questionei isso, e eles negaram, mas de lá para cá, a gente pegando a estatística, a diferença de preço de São Paulo para Rondônia; São Paulo com o Pará; São Paulo com o Mato Grosso que tem o mesmo perfil do gado nosso, nós percebemos que no mês seguinte, foi a diferença de R\$ 10, baixou proporcional a São Paulo, no outro mês, mais R\$ 9 e de lá para cá, está em trono de R\$ 26. Então, quer dizer que nós tirando R\$ 25, R\$ 26, tirando esses R\$ 10, R\$ 11 que era a diferença, nós estamos sendo sacados, diminuídos, tirados do agricultor, da população de Rondônia, do imposto também, em torno de R\$ 15 por arroba. Isso significa quase R\$ 500 milhões só o ano passado, só num ano.

Então, gostaríamos que os frigoríficos viessem, os produtores viessem para que a gente veja, e esta Casa e também na Comissão de Agricultura, e vários Deputados já se posicionaram, principalmente o Deputado Maurão, que é Presidente desta Casa, dizendo que nós vamos ter que investigar as isenções, se for o caso. Se não houver entendimento que não valorize a nossa mercadoria, valorize mais o nosso produto hoje, nós vamos ter que investigar também, para ver se eles estão continuando a dar emprego, por que eles demitiram 260 em Ariquemes, em vários frigoríficos do Estado em vez de dar mais emprego, que é o que exige quando recebe esse incentivo, eles recebem esse incentivo. Eles recebem incentivos para ampliar, não para diminuir. E por que é que eles estão diminuindo? E nós temos hoje, temos que suplicar para matar o nosso gado, tem uma agenda de um mês dois meses. Por que isso? Por que eles fecharam os frigoríficos? E a promessa da Friboi, que abriria em dezembro a unidade de Ariquemes, que eles comprariam o frigorífico da Cooperativa para funcionar em dezembro, no mais tardar em janeiro. E nós não vimos nem uma mobilização nesse sentido, então eles vão ter que vir aqui explicar isso, por que é que não está acontecendo isso.

E agora fomos surpreendidos nessa semana com o aumento de mais de 50% no sal mineral. O nosso gado continua no mesmo preço, continua com essa diferença e o custo de engordar esse boi está cada vez mais sendo aumentando. Então, nós estamos virando, em vez de produtor de boi, nós estamos virando produtor de bezerro. Esses bezerros, hoje tem caminhões, frotas de caminhões, levando bezerros e gado magro para fora de Rondônia, Minas Gerais e São Paulo, por causa dessa diferença, Deputado Dr. Neidson, lá de Guajará-Mirim, que também acompanha aquela região, inclusive foi fechado o frigorífico de Nova Mamoré.

Então nós estamos preocupados com isso, precisamos sentar e não podemos jamais dar a isenção para quem continua massacrando o povo de Rondônia, que continua prejudicando o povo e Rondônia. Então, essas são as minhas palavras, e gostaria de convidar todos os produtores que quiserem se fazer presentes hoje, eu tenho certeza muitos já foram convidados para as cinco horas, ou seja, 17:00 horas, nessa reunião, aqui neste plenário. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Registrar a presença do Vereador Passos, do município de Buritis.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, Deputado Doutor Neidson, aos nossos amigos visitantes, aos nossos amigos internautas que estão aí nos assistindo em suas casas, comércios, enfim, todo o Estado de Rondônia.

Deputado Adelino trouxe um tema muito, tema do momento que é essa questão do preço, do baixo preço da arroba do boi, que os frigoríficos estão pagando. E essa reunião, eu acho que vai ser importante até para esta Casa junto ao Governo do Estado poder tomar algumas medidas que são necessárias. Nós temos algumas opções, esses frigoríficos que tem isenção, quando se fala em aumentar impostos nós vemos, a gente observa os frigoríficos que praticam esse cartel pagando aí R\$ 20,00 a menos a arroba de R\$ 15,00, R\$20,00, R\$ 26,00 para São Paulo, tendo até 85% de isenção de ICMS. Então com a contrapartida de gerar empregos, mas na verdade prejudicando milhares e milhares, centenas de milhares de produtores.

E temos a opção também de baixar a pauta lá em baixo para que os nossos produtores possam vender o seu gado, os seus bois gordos para os frigoríficos, seus bezerros para outros Estados. Com certeza nós vamos arrumar uma concorrência boa para eles. Então essa reunião, eu acho que vai ser importante, o Presidente Maurão tem estado também à frente desse processo, e nós vamos poder discutir bem, debater bastante.

Mas dizer, senhor Presidente, estivemos na última segunda-feira no aeroporto de Ji-Paraná, juntamente com o novo Diretor do DER, o qual eu quero saudar aqui o ex-Deputado Ezequiel Neiva que assumiu a Diretoria Geral do DER. Eu torço, e torço muito para que ele possa fazer um trabalho que venha a contento da comunidade, para que ele possa verdadeiramente resolver os gargalos que nós temos no interior, principalmente no que diz respeito à estrada, e que possa ter sucesso e êxito na sua jornada à frente do DER. Estivemos em Ji-Paraná no aeroporto, juntamente com o Deputado Federal Marcos Rogério, com o Prefeito Jesualdo Pires, onde o Diretor do DER já determinou de imediato que fosse feita a recuperação de uma parte da pista do aeroporto, onde liga a pista do aeroporto de Ji-Paraná, em torno de cento e poucos metros, para que possa atender a empresa Azul. E nós que estamos lutando e trabalhando para trazer mais voos, não só da Azul, mas de outras empresas, a gente espera que todos esses pequenos detalhes que ainda travam o nosso aeroporto sejam

resolvidos, que é a questão que liga a pista ao pátio. E o Diretor do DER se comprometeu conosco que no final de semana agora já estaria isso solucionado. Também estive com ele ontem, cobrando a volta das máquinas para recapear, fazer o restante do recapeamento do asfalto do município de Alvorada, faltam ainda, algo em torno de 05 quilômetros, 06 quilômetros de ruas. Infelizmente, eu acho que por falta de planejamento da gestão anterior do DER, essas máquinas, Deputado Adelino, já foram duas vezes lá e voltaram. Primeiro foi lá, fez 03 quilômetros e voltou para Buritis. Aí depois, voltou lá, trabalhou um dia e voltou para Machadinho. Então, é uma falta de planejamento que tinha, absurda. As máquinas ficam mais tempo na estrada do que trabalhando. Se tivesse deixado mais três, quatro dias lá, tinha completado os 09 quilômetros de recapeamento de pavimentação asfáltica e aí sim, iria para Buritis, terminaria lá, ia para Machadinho. Não adianta ficar querendo tapar buraco, ir lá, fazer um pouquinho e voltar. Isso não resolve. Isso, a gente observa que é uma total falta de planejamento e de gestão do DER, sobre essa questão das suas máquinas.

Então eu espero que agora volte realmente, o Diretor nos confirmou que até quinta-feira, sexta-feira iria voltar e iria concluir. Aí sim, Deputado Ezequiel, depois vai para o outro município e conclui lá. Hoje, as máquinas, infelizmente a gente observa essas máquinas só passeando na estrada e pouco trabalhando.

Também discutimos ontem a questão da ponte da Linha 52, que já está licitada, só aguardando a ordem de serviço. Acho que o DER deve dar essa ordem de serviço ou esse mês ou o mês que vem. A ponte da Linha 48, também no município de Alvorada, que liga o município de Alvorada ao município de Castanheira, uma RO, também já está em processo de licitação, deve, por esses dias, já concluir a licitação, uma RO importante que faz a ligação de dois municípios e também a toda a Zona da Mata, que infelizmente a ponte está em péssimo estado e eu quero até saudar ao DER por ter feito uma licitação e fazer uma nova ponte. E a questão da ponte ali em Ji-Paraná, que também tratei ontem com o Diretor do DER, que liga ali Ji-Paraná a Nova Londrina, Ji-Paraná a BR-429, uma obra, uma ponte de 150 metros de concreto, Deputado Lazinho, com 11 metros de largura que vai dar condições de fluir o tráfego muito melhor ali, tráfego de veículos, devido a pontes que existem ali, serem de mão única. Hoje é uma RO muito movimentada, que liga a BR 429, que liga os municípios da Zona da Mata e todos têm o fluxo dos veículos por ali. E essa ponte, com certeza, agora com o projeto pronto, esperamos que o governo licite ela, que é o compromisso do ano que vem e faça essa obra, que essa ponte vai ser muito importante, não só ali para Ji-Paraná, mas para toda a região central do Estado. Então espero e torço para que o Diretor Ezequiel Neiva inicie seus trabalhos no DER, que pare tudo agora, que recupere os maquinários do DER, que hoje estão, Presidente Edson, tudo sucateado, tudo em cima do toco, ninguém sabe onde estão as máquinas, que faça um planejamento para que possa ser executado no ano de 2016. É isso a nossa torcida, é isso que nós queremos, porque se nós formos hoje observar as ROs do Estado, elas não estão em boas condições, principalmente as pavimentadas, cheias de remendo. O governo fez este ano parceria com muitos municípios, nós reconhecemos isso, recapeamento de asfalto, mas esqueceu de cuidar da obrigação dele. Hoje você vai a qualquer RO do Estado, é só remendo.

Então acho que agora o governo tem que fazer o seu dever de casa, cuidar o que é da sua responsabilidade, recuperar essas ROs e depois, sobrando o tempo, vai fazer as parcerias, mas primeiro cuide da sua obrigação.

Só para finalizar, senhor Presidente, sei que o meu tempo passou um pouquinho eu vou falar só agora, nas Grandes Comunicações, saudar todos os funcionários da Justiça aqui do nosso Estado de Rondônia, e ontem foi o Dia da Justiça, saudar a todos que fazem a Justiça do nosso Estado. Ontem também foi o Dia da Família, deixar um abraço aqui a todas as famílias do Estado de Rondônia, família que é a base, o alicerce de tudo. Então, deixar aqui a nossa lembrança aqui na tribuna desta Casa. E hoje, dia 09 de dezembro, Dia do Fonoaudiólogo, deixar um abraço a todos os Fonoaudiólogos do Estado de Rondônia, que têm um papel muito importante dentro da sua profissão.

Então, senhor Presidente, era isso e agradecer o tempo excedido, que Vossa Excelência permitiu.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Registrar aqui a presença do Vereador Luiz do Ônibus, da Câmara Municipal de Jarú. Obrigado pela sua presença. Também registrar as presenças dos Vereadores Marcos Vinícius e Pedro da Ciretran, Ananias Pereira de Jesus, da Câmara Municipal de Pimenta Bueno. Obrigado pelas presenças. Registrar a presença do Vereador Orlandino, Presidente da Câmara Municipal de Jarú; e também do Vereador Luiz Mauro, do município de Alta Floresta d'Oeste. Obrigado pela presença.

Passo a Presidência, neste momento, ao ilustre Deputado Dr. Neidson, para que eu possa fazer uso da palavra.

(Às 09h46min o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Dr. Neidson)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Com a palavra o Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Cumprimentar o Presidente, neste momento, Deputado Dr. Neidson, os colegas Deputados, Deputado Ezequiel, Deputado Adelino, Deputado Lazinho da Fetagro, cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, os Vereadores, prestigiando o trabalho, os amigos presentes, os servidores, funcionários da Casa. E, neste momento, Presidente, uso esta tribuna, gostaria de fazer um registro, Deputado Lazinho. No penúltimo domingo lá no município de Urupá o grande feito da população de Urupá, não só de Urupá, da região, todas as pessoas que estavam presentes num grande leilão beneficente para construção do Hospital do Câncer, Deputado Dr. Neidson, que Rondônia tem sido muito solidária em contribuir, dados que o Estado de Rondônia tem sido, talvez, um dos Estados mais presentes na questão da arrecadação para a construção e também manutenção do Hospital do Câncer de Barretos e depois o Barretinho aqui no Estado de Rondônia.

E realmente me surpreendeu bastante quando um pequeno município como Urupá, e a gente tinha a Comissão que estava organizando aquele leilão, tinha uma previsão de arrecadar, Deputado Ezequiel, em torno de R\$ 200 mil e ali as pessoas realmente contribuíram, participaram, doaram, com-

praram também no leilão, passou de meio milhão de reais ali no município de Urupá, um pequeno município, uma estrutura improvisada lá no Parque de Exposição. A informação que eu tive é que ainda estava fechando, mas que já estava em torno R\$ 517 mil, ainda tinha algumas doações, mas passou de meio milhão de reais ali a doação beneficiando o Hospital do Câncer, a construção do Hospital aqui de Porto Velho.

Então nós temos que reconhecer esse espírito de solidariedade, esse espírito humano das pessoas do Estado de Rondônia e nesse momento lá do município de Urupá e alguns municípios vizinhos que estavam presentes ali. E conversando com os vereadores aqui de Colorado a pouco, o Vereador Almiro, o Vereador Baiano e disse que já estão também organizando nos próximos dias um leilão lá em Colorado, Ouro Preto, Jarú, todos os municípios do Estado de Rondônia têm sido solidários, realmente as pessoas têm feito esse trabalho, arrecadado para que possa construir esse grande Hospital aqui em Porto Velho.

Nós temos que reconhecer o avanço que houve que ainda o grande parceiro do Hospital de Câncer é o Governo do Estado. Realmente é um tratamento muito caro, o Presidente Dr. Neidson, que é médico, ele com certeza tem todo esse conhecimento do investimento que é altíssimo do Hospital do Câncer, mas o Governo do Estado também, ele é sensível a essas doações, já desde o início do Governo que trabalhou, realmente preocupou com a questão do Hospital do Câncer, e hoje nós temos o Barretinho aqui em Porto Velho e temos também o São Daniel Comboni lá em Cacoal, que tem atendido. Mas temos que reconhecer esse trabalho, essa parceria do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, todos os Deputados aqui que não tem medidos esforços em trabalhar também nesse sentido. Demos todo o apoio aqui na Assembleia na questão da legislação, tudo que foi necessário, remanejamento, aprovando recurso, orçamento para que pudesse atender essa causa tão nobre. Mas temos que reconhecer também o trabalho, esse espírito solidário de toda a população do Estado que tem realmente sido muito presente e tem contribuído muito para que possa realmente o Hospital Barretinho estar aí de portas abertas, e construído com o Hospital do Câncer de Barretos em São Paulo, e agora todos empenhados na questão na construção desse grande Hospital, que será um novo hospital que será construído aqui em Porto Velho.

Então deixar registrado aqui para todos os Deputados presentes que me surpreendeu muito lá no município de Urupá, e em todos os municípios de Rondônia, Ouro Preto o ano passado, o ano retrasado já arrecadou mais de um milhão de reais, parece que era a maior arrecadação que tinha lá, do município de Ouro Preto d'Oeste, mas na verdade todo o Estado tem se empenhado nessa questão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem? Só um momentinho, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que Ariquemes foi um milhão e duzentos, foi a maior arrecadação do Brasil, o

município que mais arrecadou no Brasil, um milhão e duzentos, e teve agora também em Cacaulândia, final de semana, já teve em Rio Crespo, já teve Cujubim toda a região de Ariquemes. Eu quero enfatizar mais uma vez, a equipe que trabalha lá em Ariquemes pelo grande trabalho que tem feito, tem se destacado todos os anos entre as melhores do Brasil, mais uma vez, eu acho que ano passado, se não me engano, foi um milhão duzentos e setenta, ou um milhão trezentos e setenta, e agora um milhão e duzentos, foi a maior do Brasil neste ano.

Então com certeza e parabenizar também Ouro Preto pelo trabalho e cada um buscando, Porto Velho também aqui que arrecadou trezentos e poucos mil reais, qualquer ajuda é bem vinda, que aquela necessidade é muito grande. Mas quero enfatizar aqui a questão da Comissão de Ariquemes que fez um grande trabalho e sempre faz todo ano e cada vez batendo recorde. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS – Parabéns, Deputado Adelino. Na verdade, Ouro Preto tinha sido a maior arrecadação, mas ano passado ou retrasado me parece que Ariquemes já superou, já bateu o recorde que era Ouro Preto, já é Ariquemes. Mas na verdade, Deputado Adelino, quero parabenizar V.Ex^a também que eu tenho certeza que contribuiu, esteve empenhado nessa causa em Ariquemes, mas na verdade o Estado de Rondônia, a gente sabe que não é uma competição, não é que um quer bater o recorde, quer arrecadar mais, é esse espírito de união, essa solidariedade do povo do Estado de Rondônia por esta causa tão nobre que é a manutenção do Hospital do Câncer e agora todos imbuídos na questão da construção do Hospital do Câncer de Porto Velho. Seriam as minhas palavras, tenho dito, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Edson. Realmente esse hospital vai ser de grande valia aqui, de grande benefício para o Estado de Rondônia e principalmente porque vai ser a segunda referência no Brasil com relação ao Hospital do Câncer, vai ser o Hospital do Câncer da Amazônia, além do Hospital do Câncer de Barretos e esperamos que possa trazer grandes benefícios.

Estivemos também, Deputado, só para completar rapidamente, em Brasília no qual através da Secretaria Especial de Saúde, da UNALE, fomos fazer também um pedido de apoio ao Congresso Nacional para que possa ser adiantada aquela situação do novo medicamento que está na USP para o tratamento do câncer. Sabemos que existe um cartel também nessa situação do tratamento oncológico, dessas radioterapias, quimioterapias. Então as indústrias farmacêuticas estão um pouco com o pé atrás com esse medicamento. Então nós vamos fazer por esta Casa aqui também um pedido de apoio ao Congresso Nacional para que possa colocar em votação também e adiantar o lançamento desse novo medicamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Vossa Excelência citou um assunto muito importante e eu gostaria aqui de aproveitar este momento que acho que todas as atitudes boas de cada parla-

mentar devem ser enfatizadas. E o nosso Senador Ivo Cassol foi muito feliz na briga, na Audiência Pública, eu assisti e eu fiquei até sensibilizado porque minha irmã trabalha com pessoas dessa área com problema de câncer lá em Santa Catarina. E ela ligou para mim e falou 'deputado, ajuda esse político, ajuda esse Senador que ele comprou uma bandeira que está emocionando as pessoas'. E levou as pessoas lá para mostrar que aquele remédio onde a própria saúde, as autoridades ligadas à saúde falavam 'não, tem efeito colateral', e a pessoa mostrava lá a situação que ela estava e a situação que ela estava naquele momento e mostrar que não tem efeito colateral pior que a morte. A pessoa estava ali para morrer e hoje estava ali discutindo o assunto.

Então, com certeza eu queria enfatizar aqui, eu acho que tem que criticar quando tem que criticar, mas temos também que elogiar quando as pessoas, os parlamentares fazem, comprem uma bandeira. Com certeza o ex-governador e hoje Senador Cassol foi um dos pontos chave lá no Congresso Nacional porque levou a discussão aquele assunto e hoje eu vejo o Ministério da Saúde já preocupado e investindo para que seja autorizado esse medicamento.

Eu conheço lá em Ariquemes o Professor Clóvis hoje, que está tratando de câncer, uma pessoa que o Deputado Edson conhece, entrou na Justiça e está esperando autorização da Justiça o mais rápido possível para tomar esse remédio. Porque aquele que está ali com o câncer bem avançado não tem outra opção, Deputado Dr. Neidson, como médico V.Ex^a conhece a situação e não tem efeito colateral maior do que a morte. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado Deputado Adelino. Encerrada as Breves Comunicações.

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS - Eu só gostaria de registrar a presença do Vereador Edilson Vieira, Presidente do PMDB, o meu partido, lá do município de Ji-Paraná. Muito obrigado, Vereador Edilson, por sua presença.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, pelo prazo de 20 minutos, com aparte, o ilustre Deputado Lazineiro da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, senhor Presidente Dr. Neidson, é a Pérola do Mamoré; cumprimentar a Deputada Glaucione, as nossas companheiras de trabalho, companheiros aqui presentes; cumprimentar o meu amigo Luiz do Ônibus, lá de Jaru que está aqui fazendo uma visita, Vereador daquela Casa, naquele município, todos presentes.

Em primeiro lugar, senhor Presidente, eu quero agradecer aqui ao Governador Confúcio Moura pelo atendimento que tem nos dado nas pautas que temos colocado lá dentro do Governo. Uma delas é com relação à Linha 605 lá em Jaru, Luiz do Ônibus. Depois de 04 anos a obra parada, o processo todo arquivado já, nós fizemos gestão junto ao Governo, apro-

vamos aqui dotação orçamentária durante o ano, aprovamos o orçamento, conseguimos sensibilizar o Governo e retomamos o processo e a semana passada foi liberado o recurso. Agora cabe, é uma parceria com a Prefeitura, à Prefeitura tomar as providências e concluir a iluminação daquela avenida porque era até vergonhoso para nós, uma obra daquele valor estar parada por falta de R\$ 150 mil. Foi o que nós conseguimos agora junto ao Governo do Estado, foi repassado.

Também ontem uma reunião com o Governador nós tivemos a garantia de recurso para reforma do Ginásio de Esporte de Jaru. O Governo do Estado me garantiu os R\$ 800 mil e eu fiz a proposição de também colocar R\$ 100 mil para adequar o entorno também do Ginásio de Esporte. É um processo que será trabalhado ano que vem e eu tenho convicção de que nossa população de Jaru, Vereador Luiz, vai ter o Ginásio de Esporte reformado. As nossas Igrejas poderão fazer os eventos que precisam ser feitos, porque não tem nem espaço para isso em Jaru. É garantia do Governo, recurso de ser colocado já no Orçamento, semana que vem a gente vota o Orçamento e eu estou muito satisfeito, quando saí da reunião ontem, o George já havia me ligado e me ligou dizendo que o Governador já tinha falado com ele, então está garantido também o recurso para reforma do Ginásio de Esporte em Jaru.

A continuidade da obra da praça lá tinha um problema de pagamento nós estamos adequando aqui e deve ser finalizado. E a garantia também da reabertura do processo de asfaltamento em volta, que havia sido cancelado a nova licitação para fazer o asfalto em volta da praça também, que não estava dentro do Projeto.

Então agradecer ao nosso Governador, agradecer aos Secretários que têm atendido essa demanda e outras demandas que nós trabalhamos lá, como a recuperação da malha asfáltica. Nós tivemos o DER mais de 50 dias dentro de Jaru fazendo o trabalho de recuperação junto com a Prefeitura e hoje nós temos a cidade com outra cara. Nós temos ainda parte que precisa ser recuperado e estamos trabalhando isso para o próximo ano, se Deus quiser.

Mas o que me trouxe aqui também, senhor Presidente foi, fazendo uma análise da situação hoje da América Latina, e nós temos que fazer uma análise fria e calculista da situação em que vive hoje a América, os países ligados à América com atitudes não democráticas em alguns países e com atitudes suprademocráticas por países que nós ou que a grande maioria da população brasileira, da mídia brasileira trata como país de ditadura, de ditador.

Parabenizar a Presidente Kirchner por ter reconhecido, de pronto, a derrota sofrida nas urnas e já trabalha o processo de transição naquele País. Um país que viveu problemas enormes, um governo que viveu problemas muito maiores economicamente do que vive o Brasil hoje e a Presidente reconheceu democraticamente a vitória da oposição.

Parabenizar também o Presidente da Venezuela que é chamado, principalmente pela mídia brasileira, principalmente da mídia brasileira com relação a ser um país onde a ditadura impera, onde não tem democracia, ele democraticamente foi à mídia, à imprensa daquele país, reconhecendo a derrota sofrida na eleição parlamentar ocorrida no último domingo.

Isso é enriquecimento da democracia o mesmo eu não posso dizer do Brasil. Teria que vir a esta tribuna para alertar a população brasileira também do que está ocorrendo no Brasil.

Até hoje o Sr. Aécio Neves não reconheceu a derrota, não aceita a derrota sofrida nas urnas, pegou junto com ele um grupo de reacionários políticos, reacionários deste país e agora entra com o processo de impeachment, alegando que o problema da corrupção no Brasil é culpa da Presidente Dilma, que houve pedalada fiscal no Governo da Presidente Dilma e que isso é inconstitucional e que é atitude de Crime de Responsabilidade, agora com ela, mas as pedaladas não são só da época dela, as pedaladas são antigas no Governo e acabaram esse ano, a toque de caixa, aprovando as contas do Governo Fernando Henrique, do Governo Lula, coisa que nunca havia ocorrido no passado, imediatamente foram aprovadas para poder apreciar as contas da Presidente Dilma com intuito claro e notório de entrar com processo de impedimento da Presidente.

Se nós levarmos em consideração que esse Governo que está aí em muitas atitudes tem mudado a cara, a economia e a vida do povo brasileiro nós estaríamos negando. É importante que se reconheça o valor que era o salário mínimo quando esse Governo pegou. É importante que se reconheça os programas que esse Governo fez ao longo da história dos últimos 12, 13 anos de Governo. Importante reconhecer o Programa Mais Médicos. Importante reconhecer a quantidade de estudantes brasileiros que estão lá fora nas universidades estudando, bancado pelo Governo, por um Programa do Governo. Importante reconhecer que os Programas como Minha Casa Minha Vida; Luz para todos; o Bolsa Família que muitos chamam de 'Bolsa Esmola', e que não sabe que na vida de uma família que está passando fome no Nordeste, R\$ 200 é muito dinheiro, e que é tratado como 'Bolsa Esmola'. E as grandes mesadas, as grandes aposentadorias de pessoas que chamam o Bolsa Família de esmola não é citado.

A preocupação que a gente tem que trazer hoje, é que o motivo do impedimento da Presidente não é por erro dela, não é por ela ser corrupta e eles não têm coragem de acusar. É principalmente pelo desentendimento que houve com o Eduardo Cunha no Governo, na disputa do Governo do Rio de Janeiro. E quando o Brasil elege uma pessoa para ser Presidente de um Congresso Nacional, Presidente da Câmara dos Deputados, comprovadamente um dos maiores corruptos do Brasil, comprovadamente que ele tinha que estar preso, tinha que estar na cadeia muito antes dos que foram presos agora nas operações 'Lava Qualquer Coisa' que tem no Brasil. E o homem está entrando com um processo de impedimento de uma Presidente digna, séria que passou pelo crivo da ditadura, humilhada e que tem feito um grande Governo, até o último ano de Governo. Não é motivo de crise, não é motivo de crise somente o problema financeiro. A maior crise que o Brasil vive hoje é política, e isso é preocupante porque a gente não sabe o que a população, de um lado ou de outro, fará em caso de impeachment ou não impeachment.

A irresponsabilidade de políticos como Aécio Neves, como outros que estão em roda dele, Eduardo Cunha, opositores ao Governo, não conformados com a derrota, pode levar o Brasil a um caos. Não estou dizendo aqui que a corrupção não existe. Existe a corrupção, grave, muito grave a corrupção no Brasil desde o começo do Brasil. Desde quando Portugal chegava aqui roubava nossas madeiras, levava embora. 'Ah, mas isso

não é justificativa'. Não é. Nós temos que lutar para acabar com a corrupção.

Agora, a luta da oposição hoje não é para acabar com a corrupção, porque se fosse teria votado o não financiamento das empresas na campanha. As empresas que trabalham para Petrobras, que financiam a campanha do Senhor Eduardo Cunha, que financiou da Presidente Dilma, que financiou do Senhor Aécio Neves, de todos. E aí o que mais preocupa é você imaginar que um senhor como o Eduardo Cunha, com o passado que ele tem, com a vida dele de hoje, não ter a capacidade de pensar no nosso Brasil e é o que ele está fazendo.

Não posso, eu não posso admitir que o processo, e eu que sou leigo, não sou advogado, não sou nada. O processo de impeachment chegou ao Congresso, vários. Mas o que ele pegou é um processo que o Hélio Bicudo, que nunca foi fundador do PT, nunca foi, foi Deputado pelo PT e um dos erros nosso é assumir algumas bandeiras e aí teve esse erro, que o nome dele já diz, é Bicudo e que no primeiro Governo do Presidente Lula ele rompeu com o partido, saiu do partido e a partir daí trabalha para o PSDB e o processo de impeachment veio errado para aquela Casa.

O Presidente pegou o processo e disse para ele: "leva de volta e conserta o processo porque está errado, não dá para eu aceitar". Enquanto que o Regimento, a Lei diz: está errado, arquiva-se. Não, tinha que ter o processo.

Então, eu tenho aqui a responsabilidade de dizer que o principal motivo hoje da direta reacionária que está aí neste país, batendo para acabar com o Partido dos Trabalhadores, é dizer que todo petista é corrupto. E eu posso garantir que não é, posso garantir que não é, como também não é todos corruptos do PSDB, como não é do PMDB. Aliás, eu quero aqui frisar que o PMDB tem tido uma postura lá em Brasília nos últimos dias e meses, que é a postura que eu esperava daquela liderança lá, Deputado Marcelino, desde o começo, de traição mesmo e de uma postura baixa. Mas a gente precisa entender que o Brasil não vive sem os partidos políticos, e nós não vamos viver sem os partidos políticos e não vamos acabar, pode ter certeza que não vai acabar com o Partido dos Trabalhadores também, como já não acabou no passado, e que mais gente vai entrar, e mais gente vai sair. E pode ter certeza que a corrupção, não começou no Governo do Presidente Lula, muito pelo contrário.

Agora, não admito e não aceito que o partido tenha feito também coisas erradas. E quem fez coisa errada tem que ir para cadeia, mas o problema é que para cadeia só vai se for do PT, porque o Eduardo Cunha também é Deputado e tinha que estar na cadeia já. Renan Calheiros tinha que estar na cadeia já. Agora, se pegar os que estão presos, leva a entender que bandido só tem dentro do PT, nos outros partidos não tem cabra sem vergonha não.

Então a gente tem que tomar cuidado porque o impedimento da Presidente pode criar um caos político no Brasil. Juristas já disseram isso, Governadores de Estados, 16 Governadores de Estado se declararam contra o impeachment, diversas outras autoridades já se declararam contra o impeachment e isso não é hoje, num país que está caminhando para democracia plena, atitude de se tomar. É golpe como foi no Paraguai, é golpe como foi na Guatemala, e agora querem quebrar o espinho dorsal da América Latina, que é o Brasil.

E tem intervenção externa também, pode ter certeza que tem. Porque não reza mais na cartilha do FMI este país, não pega mais dinheiro emprestado do FMI. Pagou as dívidas com o FMI, tem reservas para suprir qualquer tipo de crise criada por esse Governo.

Então a gente tem que tomar muito cuidado. Não estou dizendo aqui que nós não temos erros enquanto partido. Reconheço aonde erramos, puna-se quem errou. Agora o povo brasileiro, o Brasil, não pode pagar pela irresponsabilidade de pessoas que não têm capacidade para governar este país e querem ganhar as eleições por atalhos, como está acontecendo agora.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Cedo-lhe o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar Deputado por essa iniciativa de trazer este assunto hoje, que tanto aflige a população, que tanto preocupa a população hoje, Deputado Lazinho.

Nós vimos ontem uma baixaria muito grande no Congresso Nacional. E a maior crise hoje nossa é de credibilidade da nossa Presidente. A nossa Presidente, inclusive o senhor falou da denúncia, quando citando o PSDB, é bom citar que o Hélio Bicudo não é do PSDB, ele é do próprio PT que fez a denúncia e está sendo analisado pelo Congresso Nacional. Ele pode ter sido expulso agora, mas ele sempre foi histórico do PT.

Então, eu quero dizer que a nossa Presidente, hoje, ela não é mais Presidente. Ela abriu mão do poder de administrar já há muito tempo, e a gente vê essa falta de credibilidade. Aí quando a gente vê escândalos da Lava Jato, e principalmente da Petrobras. Ela foi Presidente da Petrobrás quando tiveram esses escândalos. Ela é Presidente da República e é ela quem nomeia o Presidente da Petrobrás. Então, muitas vezes o gestor responde por omissão também, não é só por estar envolvido diretamente. Então, se fosse assim o Collor não podia ser cassado, o próprio PT já propôs vários impeachments, inclusive do Fernando Henrique, em outras épocas, do próprio Collor, e é uma coisa que é permitida na Constituição e principalmente no momento, além da corrupção que se alastrou, e o próprio líder do Governo hoje está preso, o Senador Delcídio Amaral foi pego em flagrante, falando e mostrando o que ele pretendia fazer. E as pessoas, desde o mensalão, que o mensalão hoje ficou, praticamente ninguém mais fala porque o valor na época, daqui a pouco só se fala milhões, bilhões e vão pedir desculpas para o pessoal do mensalão porque era só um bilhão e oitocentos milhões. Então, eu quero dizer que se alastrou uma corrupção, eu não quero dizer aqui que nunca houve corrupção anterior, não, Deputado Lazinho, houve, mas com certeza o nosso país entrou no descrédito, falta de credibilidade do Governo Federal hoje, que está chegando nesse ponto e o país, hoje o mundo não acredita mais na nossa Presidente. O Congresso Nacional não acredita na nossa Presidente, e o povo brasileiro também não acredita mais nela. Então, isso que está prejudicando a economia do país, a situação é a mais grave agora, eu ouvi um Prefeito ontem falando que prova-

velmente esse mês de dezembro não vai ser repassado todo dinheiro do SUS para os municípios do Estado, só 50%, porque diz que não tem o recurso.

Então, se nós conseguíssemos, se nós vamos chegar a esse ponto de não passar o dinheiro do SUS e as farmácias básicas que é onde o pessoal paga 10% dos remédios também, a partir do ano que vem já, o orçamento que foi mandado para o Congresso Nacional não está mais previsto para pagar esse medicamento. Então está chegando, o Brasil, numa situação de falta de credibilidade, e aí o que eu questiono? Se fosse dar isenção dos remédios no Brasil, significa por ano R\$ 5 bilhões. Foi pedido para dar isenção, que hoje paga 36%, a Presidente negou, a Presidente não quis. Mas no outro dia, logo naquela semana, os fabricantes, os Sindicatos de fabricantes de carros foram lá e ela deu isenção de R\$ 15 bilhões no ano. Quer dizer, deu uma isenção para R\$ 15 bilhões, mas não quis dar R\$ 5 bilhões de isenção.

Então, hoje, no Congresso Nacional a Presidente não está mais conseguindo governar. E eu acho, com certeza, ela faria um favor muito grande para o país se ela abrisse mão do mandato. Porque ela não tem mais condições psicológicas, legal, moral, para dirigir este país. Quando o senhor cita aqui que o PT, claro que ninguém, todo mundo é corrupto, não, pelo contrário. Aqui na nossa Casa nós temos o Deputado Lazineho e também o Deputado Ribamar Araújo que são pessoas que a gente tem a maior admiração e a gente vê, então nós temos exemplos em todos os partidos. Mas hoje, em Brasília, se instalou, dentro do PT, um grande, parece que montaram, não estou falando quadrilha, não, mas parece montaram um grande grupo para assaltar o Estado de Rondônia, o Brasil, e isso está prejudicando o Brasil. Obrigado. Desculpe por ter me prolongado, mas hoje eu assisto a TV Senado, TV Câmara, a gente está preocupado com a situação deste país. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado. Não concordo com o que Vossa Excelência está colocando, mas respeito. E posso dizer que o Hélio Bicudo não é filiado ao PT desde 2004, não é mais. Ele é assessor do PSDB, desde a primeira eleição derrotada na eleição do Presidente Lula.

Mas a credibilidade da Presidente não é colocada pela atitude dela. A credibilidade da Presidente está em baixa porque a oposição brasileira não aceita perder a eleição como perdeu. Nós temos que conformar, vai tirar a Presidente Dilma que diz que não tem credibilidade e vai colocar em quem? O Michel Temer tem credibilidade? Vai colocar quem? Aécio Neves, com jatinhos caindo no pasto? Em quem é que nós vamos votar? A Presidente Dilma não tem credibilidade por quê? Porque a corrupção dela está sendo apurada? Tem gente presa? Tem gente na cadeia, inclusive do próprio partido dela? Que credibilidade tem um partido que vendeu a Vale do Rio Doce por R\$ 3 bilhões, sendo que ela valia R\$ 9 bilhões na época e não foi investigado.

O Sr. Adelino Follador – Se não tivesse privatizado, teriam roubado muito mais, igual a Petrobras.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Para onde foi? Nobre Deputado, por favor, Vossa Excelência se acalme.

O Sr. Adelino Follador – Desculpe.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Se acalme, Vossa Excelência. Para onde foi o dinheiro da Vale do Rio Doce? Para onde foi a pasta rosa? Credibilidade da Presidente quem está pregando é quem perdeu as eleições, é a mídia que não aceita ter que pagar os impostos que estão sendo cobrados. Está em crise agora? Está. Está em crise o Brasil. Claro. Agora, ela tem mais política do que econômica. E a crise política causa instabilidade no mundo todo, porque o Brasil é um grande país, isso é preocupante. Quando um Eduardo Cunha, meus amigos, companheiros, quando Eduardo Cunha tem a postura...

O Sr. Adelino Follador – Aliado da Dilma.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nunca foi aliado da Dilma. Foi opositor da Dilma, a Dilma foi oposição a ele lá, tanto que elegeu o Pezão lá no Rio de Janeiro. Ele não aceita, um reacionário que não respeita a evolução dos tempos. Um cabra que tem R\$ 5 bilhões em uma conta só lá fora e não... E o cabra está pedindo impeachment e o povo... Isso é brincadeira!

O Sr. Adelino Follador – Foi o PT quem permitiu ele levar R\$ 5 bilhões.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Isso é brincadeira! Nós estamos vivendo um momento agora no Brasil que é muito engraçado você analisar o que será depois, quando se imagina que, por exemplo, o Temer assinou pedalada junto com a Dilma. Aí o Temer não é culpado. E o motivo do impeachment é a pedalada, mas a pedalada foi assinada por Dilma, por Temer, por Lula, por Fernando Henrique, as contas do Lula, do Fernando Henrique foram aprovadas e a Dilma está sendo cassada por causa de pedaladas? Pegou o dinheiro, sim, para pagar o Bolsa Família, para botar na habitação social que tem no país. Pois bem, essa era a minha fala.

Eu só quero deixar bastante claro, não concordo com erros cometidos, e posso dizer mais, muitos erros que serão cometidos ainda pelo Governo, pelo partido, por outros partidos, só quero frisar, no Partido dos Trabalhadores também tem gente boa como tem em outros Partidos. E por esta Casa aqui já passaram vários que deram problemas e outros que não deram, com três, quatro mandatos, assim como passou de outros partidos que também deu problema e também tem pessoas muito boas.

Então, eu quero deixar bem frisado que sou filiado ao Partido dos Trabalhadores, não saio, sou fundador. Eu carreguei caixa de banana para construir esse Partido e não aceito pessoas que vêm no Partido, como já vieram, fizeram o que fizeram, enlameando o nome do Partido e que isso seja generalizado pela mídia brasileira. Generalizado como, *'essa aqui tem a estrela, tem que matar porque não serve para mais nada'*. Está muito enganado.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazineho. Quero registrar a presença do Vereador Davi Gomes França, de Cerejeiras; senhor Valdir Nascimento, Secretário Municipal de Educação do Município de Burity; Vereador Menudo Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Nova Brasilândia d'Oeste; Vereador Marcos Ferreira, o Maurão da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero registrar a presença do Vereador José do Amaral, lá do município do Vale do Paraíso. Vereador, um abraço. Seja bem-vindo a esta Casa, Vereador.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Agora com a palavra o Deputado Ezequiel Júnior, pelo prazo de 20 minutos, com aparte.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Senhor Presidente, senhores que nos assistem através da TV Ale, pela rede mundial de computadores. Cumprimento o nosso público aqui presente, na pessoa desse grande Vereador do município de Jarú, Luiz do Ônibus. Também nos visita hoje o nosso amigo Jeflei, lá do município de Machadinho do Oeste, comerciante, grande amigo nosso. Sempre esteve conosco nas nossas caminhadas aí na política, ali na região. Seja bem-vindo a esta Casa, Jeflei. Cumprimentar, enfim, todo público que aqui está presente.

Início, Deputado Adelino, voltando ao assunto que estava sendo debatido aqui nesta tribuna, porque muitas vezes, ao defender esse Governo corrupto, ladrão do PT, tentam colocar a Presidente Dilma como santa, e de santa ela não tem nada. De santa ela não tem nada! Todos se lembram do escândalo de Pasadena, da compra da Refinaria de Pasadena que deu prejuízos bilionários ao país. E quem autorizou, quem era o Presidente do Conselho de Administração da Petrobras na época? A Presidente Dilma, Dilma Rousseff. Então, ela é corrupta, é ladrona também. Não adianta tentar colocar ela como santa. Hoje nós vemos no país vários políticos perdendo o mandato por, possivelmente, ter cometido crimes quando eram Prefeitos na década de 1990, nós temos vários exemplos pelo Brasil. Agora, ela é a responsável, ela autorizou, tem a assinatura dela e o Brasil tomou um prejuízo bilionário com a compra daquela refinaria. Uma ladroagem desenfreada. E o PT tem que parar com esse negócio também de usar como escudo o Bolsa Família que, aliás, não foi um programa criado pelo PT, era o Bolsa Escola criado no Governo FHC, que também teve seus problemas. O PT trocou de nome, o Partido, trocou de nome e ampliou. E por que é que ampliou? Porque o povo brasileiro trabalhou mais, o Brasil cresceu economicamente. Esse Partido foi contra a Constituição de 1988, foi contra, foi contra o Plano Real. Está na história da política brasileira. Eu admiro muito a postura do Deputado Lazinho, um grande nome. O PT não merece um Deputado como o Deputado Lazinho, o PT não merece um Deputado como o Deputado Ribamar Araújo, pessoas sérias, pessoas íntegras e equilibradas. Infelizmente esse Partido, hoje, está afundado nesse mar de lamas.

O Cunha merece cadeia? Merece. O Presidente da Câmara merece, Deputado Jesuíno. O Renan Calheiros merece cadeia? Merece. Mas o primeiro que tinha que estar na cadeia chama-se Lula, porque todos esses escândalos de corrupção, a bússola aponta para Luiz Inácio Lula da Silva, que está aí posando de santo. A Dilma também tinha que estar na cadeia. Hoje o povo até já fala do Tiririca na Presidência. Você veja só como é que chegou a política brasileira, a que ponto chegamos.

Mas eu trago também a esta tribuna dois assuntos bem interessantes aqui. Eu quero falar da minha preocupação com uma manifestação que está acontecendo lá no município de Cacoal. Índios de 14 etnias, são aproximadamente 200 índios de 14 etnias, estão ocupando a Funasa, ocupando o Distrito de Saúde Indígena lá do município de Cacoal. Ameaçam inclusive de ocupar, de trancar a BR-364. Os índios estão exigindo a presença do Secretário de Saúde Indígena de Brasília, Antônio Alves, para que possam apresentar uma extensa pauta de reivindicações na área da saúde indígena.

Hoje, em Rondônia, Deputado Dr. Neidson, vários índios estão morrendo de tuberculose, vários índios abandonados nas aldeias, estão morrendo de tuberculose. A saúde no nosso Estado está falida. Mantive contatos com membros da nossa bancada federal para pedir a presença desse Sr. Antônio Alves, mas ele não está nem aí. Até agora não compareceu, não teve coragem de se deslocar de Brasília para ir resolver o problema dos índios do município de Cacoal.

Eu recebi um telefonema de uma liderança da etnia Tupari, na semana passada, desde sexta-feira eles estão lá na Funasa do município de Cacoal, me pedindo uma ajuda, me pedindo um socorro porque eles querem conversar com o senhor Antônio Alves da Funasa de Brasília. É o homem responsável, Deputado Adelino, por cuidar desse programa de saúde indígena do Governo Federal. E os índios estão completamente abandonados e muitos morrendo pela precariedade, pela forma irresponsável que a saúde indígena está sendo administrada neste país, especialmente aqui no Estado de Rondônia.

Ontem, inclusive, eu conversei por telefone com o Procurador, Dr. Reginaldo Trindade, ele é que ele que é um verdadeiro patrono da questão indígena no nosso Estado, também está preocupado e já deve inclusive estar por lá com os índios. E se a solução não surgir até sexta-feira me convidaram para ir lá, eu estarei no município de Cacoal, para prestar o meu apoio e daqui para lá nós vamos tentar mobilizar a nossa questão. Porque quando tem muitos assuntos, quando se trata dos índios, muitas autoridades não dão a devida e a merecida atenção. E muitos índios estão morrendo aí nas aldeias porque infelizmente não têm uma saúde digna. E eu espero que esse Sr. Antônio Alves, que é o Secretário da Saúde Indígena da Funasa, Brasília, possa ter coragem e respeito com os índios e que compareça para ouvir aquele povo. São 14 etnias que estão reunidas ali em Cacoal e ameaçam inclusive de fechar, trancar a BR-364 como forma de protesto. E eu espero sinceramente que isso não venha a acontecer.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sim, senhor.

O Sr. Adelino Follador - Eu quero parabenizar pelo tema tanto na questão nacional, questão da nossa Presidente Dilma e também principalmente quando se trata dos órgãos federais do Estado de Rondônia e do Brasil. Todos estão sucateados, seja o Ministério da Agricultura, hoje que inclusive o Secretário de Agricultura está com o Governador para falar com a Ministra, inclusive sobre os fiscais, que tiraram mais um fiscal aqui de Rondônia, tinham vindo 4 de fora, já voltaram e tinha

mais uma fiscal que era emergencial, tiraram. E aqui Rondônia está com problema para matar inclusive o gado em função de falta de fiscais federais.

O Ministério da Agricultura veio aqui numa Audiência Pública junto com a Comissão de Agricultura e colocou a situação que não tem nem gasolina para colocar para eles visitarem as propriedades, as experiências que eles estão fazendo. A CEPLAC está na mesma situação, todos os órgãos federais, o Incra nem se fala, o único recurso que veio esse ano voltou agora, foi recolhido. Então os todos os órgãos federais estão sucateados por falta de credibilidade do nosso Governo Federal, por causa da economia do país que está indo cada vez pior. Então, nós estamos preocupados e os índios têm muita gente que ganha dinheiro em cima da Funai, tem muita gente ganhando dinheiro em cima de índio, e o índio lá dentro, nós fomos lá, não recebe nada, nem saúde, nem educação, aquilo que vem, que sai de Brasília, chega muito pouco lá. Então, parabéns pelo tema Deputado, que para nós é um prazer e com certeza conte conosco naquilo que for importante. Se Vossa Excelência for lá, conte conosco, como o nosso apoio. Eu estive aqui no Uru-Eu-Wau-Wau, é uma vergonha, tanto dinheiro que vem, fazem um projeto de tantos milhões e você vai lá e tem uma casinha, tem uma agroindústria que não funciona, não tem, a mandioca não está zelada, não tem ações concretas, só sai dinheiro e é desperdiçado por falta de administração da Funai, por órgãos federais.

Muitas ONGs ganham dinheiro em cima dos índios. E essas ONGs não trazem nada, não são fiscalizadas essas ONGs e é isso que nós reclamamos que o dinheiro público vai para o ralo. Essas ONGs assumem compromisso e pegam o dinheiro e não cumprem a meta e acabam só... Eu vendo os índios lá no Uru-Eu-Wau-Wau bebendo cachaça só na cidade. Não tem um plano para poder fazer com que eles fiquem lá dentro da aldeia, com criatividade, estudar e se preocupar com o pessoal, muitos já estão viciados. E eu fiquei triste, veio uma irmã, uma freira lá do Rio Grande do Sul que ficou com aquela expectativa, "eu quero conhecer índio". Eu levei lá e passei vergonha. Eu voltei de lá decepcionado, os índios todos na cidade bebendo pinga, e lá na beira do rio, que é um paraíso onde eles moram, cheio de garrafa de pinga lá e o administrador vai lá uma vez por semana e ganha dinheiro da Funai. Então essa irresponsabilidade do Governo Federal é muito grande.

Obrigado.

O Sr. Dr. Neidson (Presidente) - Um aparte, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Com aparte, Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson (Presidente) - Parabéns, Deputado, pela colocação, principalmente da saúde indígena. Eu estive em Brasília também na reunião da UNALE e já coloquei também para a UNALE intervir também nesse agendamento desse Secretário de Saúde Indígena que está muito difícil. O Procurador da República que trata da saúde indígena, a situação dos indígenas, que é o Reginaldo Trindade, já havia nos pedido naquela reunião que estávamos aí na presidência desta Casa, então já coloquei essa situação também para que a UNALE possa intervir, juntamente com o Parlamento Amazônico para

que possa intervir para marcar essa reunião com o Chefe da Funai e o Secretário da SESAI também, que é a Secretaria Especial de Saúde Indígena. E vamos ter também aqui uma reunião do Parlamento Amazônico aqui, em março, e essa situação também já vai ser colocada juntamente nessa do Parlamento Amazônico também aqui nesta Casa. Mas nós vamos tentar marcar essa reunião pela UNALE já num tempo mais hábil. Mas parabéns, Deputado, por tocar no tema.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Então, eu quero reforçar aqui que o Sr. Antônio Alves compareça para ouvir os índios e que essa triste realidade seja mudada porque os índios realmente merecem e estão abandonados.

Mas quero também aqui rapidamente trazer outro assunto a esta tribuna. Ontem, eu acompanhei o Prefeito Fábio Patrício em uma reunião com o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Reis, onde eu tive a oportunidade de cobrar, mais uma vez, já deve ser a terceira ou quarta vez, uma ação das forças policiais no município de Cujubim. Estive lá com o Prefeito que vem sendo cobrado pela população, pelo povo de bem, pelo povo trabalhador e ordeiro de Cujubim. Eu também tenho ouvido muitas queixas e reivindicações porque novamente a bandidagem está tomando conta do município de Cujubim. Assalto em plena luz do dia no comércio, com o comércio cheio, infelizmente continua acontecendo isso no município de Cujubim.

Nós vemos vários municípios pelo Estado, muito menores que Cujubim, municípios pacatos e tem delegacia, Cujubim não tem, Cujubim não tem. Até a Polícia Militar, os poucos policiais que estão lá têm medo de ficar lá.

O Sr. Adelino Follador - Tem, Deputado. Foi criada só que o Delegado foi embora por falta de segurança, mas de direito, no papel ela tem, só que não funciona.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Exatamente, tem no papel, mas na prática lá não tem, e papel não combate criminalidade. Então, foi uma oportunidade que eu tive, mais uma vez, em nome daquele povo que está sofrendo na unha de marginais, de pedir um socorro para a Secretaria de Segurança Pública. Já é a terceira ou quarta vez, Deputado Hermínio, que eu venho aqui nesta tribuna cobrar da Secretaria de Segurança Pública uma atuação firme da Polícia Civil, da Polícia Militar e não é para mandar a Força Nacional para parar agricultor lá na rua, na frente de um banco, na frente de um comércio, o produtor de leite porque está com uma motinha velha, para prender motoqueiro não, produtor rural, homem trabalhador. Tem que ir lá uma operação e tem que se instalar a Delegacia lá com efetivo, a Polícia Militar tem que ter um efetivo melhor lá, para combater a criminalidade. Porque prender o produtor rural que está com uma motinha velha é muito fácil, dez horas da manhã, na frente de um mercado, na frente de um comércio, na frente da Emater é muito fácil. O que o povo quer é um combate à criminalidade, à bandidagem que está voltando a imperar, está voltando a dominar o município de Cujubim.

Eu quero deixar esse alerta aqui. Ontem nós estivemos com o Secretário, mas eu quero deixar registrado aqui nesta tribuna a preocupação e o sofrimento do povo de Cujubim, a onda de violência está muito grande, está alarmante e estão agindo em plena luz do dia.

O Sr. Hermínio Coelho - Um aparte, meu amigo?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Pois não, Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho - Eu queria parabenizar o Deputado Ezequiel Júnior pelo discurso, principalmente com relação às questões aqui do Estado.

Mas eu pedi aparte, meu companheiro Ezequiel Júnior, para falar sobre o primeiro assunto que V.Ex^a falou na tribuna com relação a essa situação nacional, a situação do Congresso Nacional com relação ao impeachment da Presidente Dilma. Primeiro, dizer o seguinte, com o impeachment da Presidente Dilma da forma que está sendo conduzido, se caso ela viesse a ser impedida, quem assumiria a Presidência da República era Michel Temer e toda quadrilha do Eduardo Cunha, que o Eduardo Cunha mesmo com o Governo Dilma ele já pinta e borda do jeito que pinta neste país, principalmente lá no Congresso Nacional, imagine com o Temer que é o parceiro? Parceiro não, porque parceiro é uma coisa bonita, é o comparsa, que quadrilheiro não tem parceiro, tem é comparsa, então vamos colocar, comparsa do Cunha. Imagine a Operação Lava Jato, que é um trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público Federal junto com os Ministérios Públicos Estaduais, onde está se pegando e prendendo milionários do Brasil pela primeira vez. Imagine o Temer e Cunha e todo aquele bando de safados que tem na Câmara dos Deputados Federais e que por trás desse golpe contra a Presidente Dilma, eles mandando no Brasil. Será que a Polícia Federal e os Ministérios Públicos vão ter autonomia que têm? Não vai ter.

Eu concordo com Vossa Excelência que o Governo da Dilma realmente tem muito problema, incompetência, fraqueza, falta de pulso, falta muita coisa. Mas, infelizmente, para governar o país você tem que governar tendo maioria naquele Congresso Nacional. E citar o seguinte, dizer o seguinte: da forma que está, para o Brasil, só o que falta acontecer no Brasil para acabar, Deputado Lazinho, para provar o tamanho dos absurdos que acontecem neste país, é o Cunha e a quadrilha dele ali dentro da Câmara Federal afastar a Presidente Dilma. Porque se Câmara Federal primeiro afastasse Cunha e mais um bando de safado que tem dentro daquela Câmara, aí sim, eles tinham moral para julgar a Dilma. Mas hoje, você ser julgado por um Cunha da vida, porque Cunha lá no Nordeste não é coisa ruim, não, é coisa boa, você coloca quando o carro de boi ou a carroça esta frouxa, você mete uma cunha para arrochar o trem e melhorar, mas aquela cunha ali, meu amigo, pensa numa cunha tranqueira é esse Presidente da Câmara que nós temos. Por isso que nós temos que ter muito cuidado e Vossa Excelência começou, meu companheiro Ezequiel, falando muito bem, chamando a Presidente da República de "ladrona".

O Sr. Adelino Follador – E é mesmo.

O Sr. Hermínio Coelho – Olha, no dia que esse povo mandar no Brasil, se esse Temer e esse tal de Eduardo Cunha conseguirem o que eles estão buscando, se nós falarmos que eles são ladrões e bandidos, imaginem o que é que vai acontecer conosco. Pelo menos, no Governo do PT, nós temos liberdade de chamar esses safados de ladrões, de vagabundos. Por isso

eu defendo, eu defendo que a gente tire o Governo do PT, principalmente a Dilma, eu não defendo o PT, não, mas a Presidente Dilma, até que me prove o contrário, é decente.

Com relação às pedaladas, os Governos dos Estados do Brasil, inclusive o de Rondônia não tem feito pedalada, não, tem feito é acelerada de Fórmula 1. Aqui mesmo, aqui na Assembleia Legislativa eu propus para nós julgarmos e afastar o Governo Confúcio por ter feito todo o tipo de rolo no Orçamento do Estado sem autorização da Assembleia e eu não tive apoio de nem um Deputado, Deputado Ezequiel. Agora mesmo, quando a Dilma estava afastada, viajando, o Temer ficou na Presidência da República, e o tal do Temer deu lá um monte de pedaladas.

Por isso que eu digo, nós trocamos a Dilma pelo Temer não é nem seis por meia dúzia, nós estamos trocando uma pessoa decente, que é a Presidente Dilma, que a desgraça da Dilma é exatamente o PMDB, eles estão lá agora chutando a Dilma, a Dilma agora virou leprosa? Os 07 melhores Ministérios do país estão na mão deles, as estruturas federais do país inteiro, dos Estados, Deputado Ezequiel, está nas mãos deles, mas como agora eles tiveram a oportunidade de ter tudo, de ter um Presidente da República, já se viraram contra a Dilma. É como eu falei para Vossa Excelência, nós, se tivesse um grupo de pessoas decentes neste país e lideranças decentes, com propostas para melhorar este país, eu defendia tirar a Dilma e colocar essas pessoas. Agora, defender tirar a Dilma para colocar o Temer, Cunha, para mandar neste país, meu amigo, aí nós estamos andando para trás.

E eu espero que o povo brasileiro não entre na onda da *Veja*, na onda da FIESP, na onda dos que sempre exploraram este Brasil e enganaram o povo brasileiro. E eu espero que a Dilma passe por isso e consiga, e depois se livre desse PMDB e de um monte de tranqueira que tem no país e faça um Governo bom e tire o país... Porque eu acho que a Dilma vai se livrar do Lula, vai se livrar do Temer e dessas tranqueiras e vai poder governar com mais liberdade e quem sabe arrumar o país até 2018, que é o final do mandato dela e quem ganhar a eleição de 2018 que continue o trabalho e tire o país dessa esculhambação que vive hoje, o que eu tenho falado Deputado Ezequiel. Que eu tenho falado, só para terminar, que o problema do Brasil é o seguinte: pode ser a Dilma, pode ser o Temer, pode ser o Aécio, pode ser o Fernando Henrique, pode ser o Sarney, pode ser qualquer Presidente, da forma que é feita a política no Brasil, da forma que está a situação brasileira, a esculhambação que está no Brasil, nenhum vai resolver o problema do Brasil.

Eu tenho dito o seguinte, se Jesus Cristo vir à terra e assumir a Prefeitura de Porto Velho, ou o Governo de Rondônia, ou a Presidência da República, se ele não for preso durante o mandato ou sofrer um impeachment também, isso é, se não crucificarem ele de novo na cruz, no mínimo vai sair como corrupto, porque ser político honesto neste país... Como é que você vai governar este país com honestidade com um Congresso vagabundo daquele, principalmente com uma Câmara Federal daquela? Não tem como.

Por isso, se a sociedade brasileira não se conscientizar, tomar vergonha na cara, cada brasileiro tomar vergonha na cara, todos, os políticos, todos os brasileiros criar vergonha na cara e verem que nós estamos indo para o buraco, nós

estamos indo para o abismo, infelizmente estamos cegos e parece que só depois que a gente cair lá embaixo, se conseguir escapar, nós vamos ver o tanto que a gente está errando e infelizmente não estamos tendo a inteligência de se tocar e fazer este país um país... Desenvolver com muito trabalho, com produção, enfim, em fazer desse país um país grande. Mas no dia que nós, um país que tem feriado, só falta os 365 dias do ano virar feriado, o trabalho não vale mais nada neste país, o respeito não vale mais nada.

Por isso que eu digo, a questão não é só os políticos, é a sociedade como um todo, se a gente não mudar, infelizmente o país, a tendência é ficar pior do que já está, que nada está tão ruim que não possa piorar.

Obrigado, Deputado. E desculpe por tomar tanto tempo do seu espaço.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Obrigado, Deputado Hermínio Coelho. Concordo com muito que o Deputado falou aí, muita coisa. Eu vejo que hoje o maior mal da Dilma, ela está hoje com esse Governo atolado no barro do jeito que está porque ficou na sombra do Lula, essa é a grande realidade, ela tem que se livrar urgente também do Lula. E esse Governo do PT também não é tão democrático assim, porque tentou calar a imprensa dias atrás. Todo mundo se lembra disso que quiseram colocar um monte de regras para imprensa. Nós, enquanto Parlamentares, nunca vai ter Lei para nos calar nesta tribuna aqui, não. Nós podemos chamar quem nós quisermos de ladrão, que pelo menos isso um Deputado tem, Deputado Saulo, que é a imunidade da palavra, já que nós não temos muita coisa, não temos o poder da caneta, não temos o recurso para fazer, não temos máquina, mas o poder de falar nós temos. Agora, esse Governo tentou impor regras à imprensa e tentou calar a imprensa brasileira.

Então, não é tão democrático assim, tanto que esse modelo de governar na América Latina está com os dias contados. Na Argentina já perderam, na Venezuela já perderam e eu tenho certeza que em breve o país vai se livrar desse modelo também.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, um aparte?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Pois não, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Ezequiel, eu queria solicitar do Presidente um pouco mais de tempo, até porque...

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Ontem não teve Sessão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só uma Questão de Ordem?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só temos um Requerimento, Deputado Jean, Questão de Ordem, que o Secretário que se encontra aqui às 10 horas. Então, nós temos que converter esta Sessão para uma Comissão Especial. Então, posteriormente fala a tarde todinha, a gente fica aqui a tarde todinha, mas nós temos que respeitar o Secretário que se encontra aqui presente, Presidente. Eu peço que seja encerrado, o Deputado finalizando a sua fala.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Jesuíno, só gostaria que Vossa Excelência respeitasse a palavra do Deputado Ezequiel Júnior.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Está sendo respeitada, está sendo respeitada.

O Sr. Jean Oliveira – Eu estou aqui requerendo ao Presidente um pouquinho mais de tempo, que é ele quem vai decidir, só para gente concluir o raciocínio aqui, dizer que o Deputado Hermínio hoje acordou lúcido, fez um belo discurso de esquerda. Fazia tempo que eu não via um discurso como o Deputado Hermínio, um discurso ainda puxando a essência do PT no qual ele se iniciou na vida pública. E é sempre bom, Deputado Hermínio, eu acompanhei os meus primeiros mandatos, o meu primeiro mandato foi ao seu lado como Vereador e eu presenciei o Deputado Hermínio dentro do Partido dos Trabalhadores fazendo esse tipo de discurso. O Deputado Luizinho agora há pouco pegou e falou assim para mim: vai vir o PSDB para dar uma inflamada. Na verdade, eu não entraria no mérito de dizer quem é o santo, quem é o justo nessa discussão que vive o país, uma crise política.

Se de um lado nós estamos com o PMBD como Presidente da Câmara, o Cunha, Michel Temer, Renan Calheiros, do outro lado temos a Presidente da República do PT, Dilma Rousseff. Eu queria dizer que todos eles, um se utilizou do outro, da vantagem da outro. O PT quando fez acordo como PMDB, fez acordo dentro da consciência do que poderia acontecer, utilizou-se da maior bancada do Congresso Nacional nas duas Casas, tanto no Senado quanto na Câmara, se utilizou da vantagem do número de Parlamentares para agregar apoio e loteou o Governo de forma irresponsável, dando, comprando partidos políticos com espaço no Governo. Comprando, porque de forma irresponsável, o Governo do PT não queria saber quem era a pessoa que ocuparia o cargo, simplesmente ele queria resolver o problema do partido e ter o Congresso na mão. E foi isso que aconteceu, deu certo, Deputado Ezequiel, por 12 anos. No 13º ano, que justamente o 13 do PT é que começou a coisa dar errada, mas 02 Governos do Governo Lula deu certo, o 1º Governo Dilma deu certo; no primeiro ano do 2º mandato do Governo Dilma é que começou a dar errado. Porque teve um doido...

O Sr. Adelino Follador – Como é que deu certo e hoje o Brasil está nessa situação? Deu errado.

O Sr. Jean Oliveira – Teve um doido, teve um doido, um kamikaze lá que começou a discutir, que não é nem um pouco santo também, é diabólico, o Presidente da Câmara, mas começou a fazer um contrassenso e tudo isso aí que nós estamos vivendo hoje, essa crise que depois do Collor é a pior crise que a República vive, é oriunda de empurrar os problemas com a barriga, mais cedo ou mais tarde isso ia acontecer. Se não acontecesse agora, iria acontecer ano que vem ou um ano antes de acabar o mandato, enfim, isso iria acontecer. Mas é diante dessa péssima gestão, Deputado Ezequiel Júnior, que eu venho pedir um aparte de Vossa Excelência. A péssima gestão do Governo do PT, quanto eu cheguei aqui Vossa Excelência não estava falando desse assunto, estava falando de segurança pública. Mas essa péssima gestão tornou uma crise po-

lítica em crise econômica, fazendo com que afetasse toda República, toda União, os Estados da mesma maneira e os municípios mais afastados ainda mais.

Então, essa onda de criminalidade que nós estamos vivendo é oriunda também da crise econômica, não vá pensar que não. Hoje está difícil, hoje está difícil se manter, até quem recebe bons salários tem dificuldade de se manter.

A crise econômica está pegando. Por que é que tem horas que nós estamos aqui com contundência debatendo aumento de impostos? Quando nós falamos de IPVA gera um problema muito grande, porque IPVA é o próprio cidadão que vai lá e retira o DARE. O DARE é aquele cuponzinho, para quem não sabe, para pagar lá o imposto dele. Ou seja, o próprio cidadão paga o imposto, o IPVA, então, ele sente na hora. Agora, o ICMS ninguém retira o DARE para pagar, mas ele já vem embutido na sua compra. O valor de um sapato, de uma camisa, de um cinto, da comida, da bebida, tudo vai aumentar, e aí qual é a preocupação da indústria? Qual a preocupação do comércio nesse sentido? É que o poder de consumo das pessoas diminuiu, diminuiu agora, sem aumento de imposto, com aumento de imposto, é evidente que o comércio vai repassar o imposto para o consumidor, é evidente que a indústria vai repassar o imposto para o consumidor.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Para o povo pagar.

O Sr. Jean Oliveira – Então, o que acontece? Hoje, você vai beber uma Coca-Cola, já está caro, está R\$ 8,00, amanhã vai estar R\$ 10,00 se a gente aumentar o imposto. Sabe qual é a preocupação? É que o cidadão vai falar assim: “*ao invés de eu tomar coca-cola, vou fazer um suco.*” E aí vai parar de vender. E quando ele parar de vender porque o preço está alto, baixa o faturamento na empresa automaticamente, eles têm que fazer o quê? Demitir, mandar embora, cortar contrato, quem tinha 50 caminhões, vai passar a ter 30 alugados. Tem já vinte pessoas que tinham caminhão que vão deixar de receber. Então, é essa consciência que nós temos que ter, e a segurança pública da mesma forma.

Então, eu quero comungar com Vossa Excelência que não é em Cujubim, não, é no Estado inteiro. Eu não vou dizer no Brasil porque a gente vive aqui, mas Rondônia, Porto Velho, nossa capital querida, a onda de criminalidade e furto está demais. Você não pode deixar um carro parado, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência que é da segurança pública, que quando você chega você tem ele, os vidros quebrados e o que tinha de pertence dentro dele, furtado. Então, fica aqui, comungo com Vossa Excelência esse entendimento de que nós temos que ter muito cuidado, porque a crise em âmbito nacional pode ser piorada ainda mais internamente dentro do Estado de Rondônia se nós não tivermos a lucidez de interpretar com responsabilidade a proposta que é oriunda do Executivo.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Obrigado, Deputado Jean. Atendendo aqui o apelo, o pedido do nosso nobre, atuante Deputado Jesuíno, vou encerrar o meu pronunciamento aqui nesta manhã e será transformada a Sessão numa Comissão, onde nós vamos ouvir o Secretário de Segurança.

Mas eu quero deixar também registrado aqui que em alguns momentos, Deputado Hermínio, a gente convoca ou convida Secretários do Governo para vir aqui prestar esclarecimentos nas Comissões, eles não aparecem e aí a gente fica no plenarinho com cara de tacho. E aí quando comparecem aqui muitas vezes é cerceado até uma discussão maior, por parte dos Parlamentares, de tema tão importante, porque o Secretário está aí, porque tem que ouvir o Secretário. Mas eu vou atender o apelo aqui do Deputado Jesuíno, esse grande Deputado, ídolo do povo do Bairro Universitário, tanto que o povo lá, Deputado Hermínio, já está fazendo orçamento para confeccionar um busto de bronze, para coloca um busto de bronze do Deputado Jesuíno na entrada do bairro, porque ele é admirado por aquele povo, Vossa Excelência também.

O Sr. Hermínio Coelho – Eles não vão gastar muito porque o tamanho, só a cabeça que vai ser cara, porque não é pequena.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu gostaria só de registrar a presença do meu filho André Follador, que já veio aqui para a reunião à tarde, e também o Juarez Becária, lá de Ariquemes, aqui presente na Sessão. Dizer que com certeza o país não está bem, porque deu errada essa negociação do PT com o Congresso Nacional, discordar com o Deputado Jean nessa posição. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado. Registrar a presença também da Vereadora Valnéria Cristo Mota, da Câmara Municipal de Machadinho; seu Juvêncio também, da ONG Vida Sustentável, e seu Miguel de Queiroz, também Presidente do PMN.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente, antes do Secretário?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Só para dizer o seguinte: dos 08 Deputados Federais da Bancada de Rondônia, 02 decidiram, parece que 02, um foi o Luiz Cláudio e o outro foi o Marcos Rogério, que são a favor da cassação do Presidente da Câmara lá, o Eduardo Cunha, e os outros 06 ainda estão em dúvida se ele é santo ou se é o diabo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E da Dilma, quantos têm a favor?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Oito.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sete, são sete a favor da Dilma.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, e se for, parabéns para eles, porque eu acho que você ser a favor da Dilma é muito melhor do que ser a favor do Cunha.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só o Neto e a Mariana que não votaram, o resto, todos...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então, senhoras e senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso III do artigo 135 do Regimento Interno, para recebermos o Senhor Secretário de Estado de Finanças, Wagner, para prestar esclarecimento sobre a majoração dos impostos no âmbito do Estado de Rondônia.

Solicito ao Deputado Lazinho da Fetagro acompanhar o senhor Secretário Wagner até a Mesa Diretora.

Vou pedir ao senhor Secretário para fazer a leitura do Requerimento.

(Às 10 horas e 57 minutos transforma-se a Sessão Ordinária em Comissão Geral)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DE AUTORIA DOS DEPUTADOS JESUÍNO BOABAID E HERMÍNIO COELHO.

Ementa: Requer à Mesa Diretora convocação para o dia 09 de dezembro de 2015, às 10:00 horas, do Senhor Secretário da SEFIN, Secretaria de Estado de Finanças, no que tange a dar esclarecimento nos projetos de Leis que dispõem sobre a majoração dos impostos no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Os projetos que nós iremos tratar, e a Mensagem.

A primeira Mensagem é a 230, de 13 de novembro de 2015, acrescenta os dispositivos à Lei 688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços e Transportes Interestadual e Intermunicipal, de Comunicação - ICMS.

A outra é a Mensagem 237, altera o dispositivo da Lei 950, de 22 de dezembro de 2000, que institui o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

E a outra é a Mensagem 236, altera dispositivos da Lei 959, de 28 de dezembro de 2000, que institui o Imposto sobre Transmissão de *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCD.

Então, eu, as devidas proposituras, de antemão também informar, senhor Presidente, já foi aprovado também o Requerimento.

Primeiro, nós iremos ouvir a tese do Secretário sobre essas mensagens, que foram várias Mensagens, algumas já foram até aprovadas, essas que ainda não foram aprovadas, que dispõem, que são os principais temas hoje, que é o IPVA, ICMS – 18%, aumento da alíquota de 17 para 18, e a questão também do ITCD, também que é a questão da *causa mortis* também, que também está tramitando.

Então, a gente queria ouvir a explanação do Secretário Wagner quanto às motivações que levaram a essas demandas, essas proposituras por parte do Governo.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para registrar a presença do Presidente da Câmara de Alta Floresta, Edmar Boldt, que está aqui conosco, só para evidenciar a presença dele aqui mesmo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só para complementar o que o Deputado Jesuíno colocou aí, dizer o seguinte: o que é que a gente quer saber?

Primeiro, esses aumentos de impostos que estão sendo propostos pelo Governo, quanto é que o Governo estima, mais ou menos, arrecadar com esses aumentos, e é para fazer o quê? É para cobrir que rombo? Qual o rombo que o Estado tem hoje, e se esses impostos são para cobrir rombo ou para o que é esse... Porque o Estado não fala, o Estado não fala, nunca reconhece que o nosso Estado tem problema de orçamento, de dinheiro. E é importante, Secretário Wagner, pessoa que eu tenho maior respeito por você, é lógico que não é o mesmo, não é nem questão de respeito, a questão de você, você, o Wagner aqui eu tenho respeito porque conduz bem o Estado, até razoável, mas infelizmente eu não falo o mesmo do Planejamento. Esse Secretário de Planejamento é que realmente tem colocado o Estado em uma situação difícil, mas infelizmente não reconhece, o Estado nunca reconhece. Faz como a própria União fez, *'olha, o rombo é de tantos milhões, ou bilhões, e precisamos de x para cobrir o trem'*. Não, é só aumentando imposto e não diz para o que é que quer aumentar o imposto, num Estado em que as maiores empresas têm 85% de isenção de ICMS, e o miserável do pequeno que já paga 17, vai passar a pagar 18. Isso é criminoso! Sem contar o IPVA, aumento de IPVA de 50%. Se 46% da população de Porto Velho, de Porto Velho, não é de Rondônia, não, é de Porto Velho, 46%, Deputado Jean, estão inadimplentes, não pagam o IPVA, imagina aumentando 50%, aí vai aumentar mais ainda a inadimplência. E cadê a estrutura do Estado que não tem, não cobra, não recebe esse dinheiro?

Eu defendo uma Lei seguinte: venceu o IPVA, vamos dar 90 dias no máximo, se as pessoas não pagarem, tem que recolher o carro. Mas colocar um IPVA justo, não um IPVA absurdo. Vamos colocar um preço de IPVA justo, porque imposto tem que ter mesmo, mas tem que ser justo e as pessoas têm que pagar.

Agora, a metade do povo não paga imposto, aí os que pagam vão ter que pagar a conta sozinhos? É assim na energia, é assim na água, é assim no IPVA, é assim em tudo. É, infelizmente, vamos jogar claras as coisas, vamos dizer para o que é que o Governo quer aumentar, e o que é que ele quer fazer com o dinheiro. É para cobrir rombo ou é para investir em alguma coisa, para fazer alguma coisa? O que é que vai fazer com esses aumentos de impostos?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Hermínio.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos conceder a palavra...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só para registrar aqui e agradecer a pessoa do nosso Secretário de Finanças Wagner, e também do nosso Coordenador de Receita, Dr. Wilson, por essa forma que tem de conduzir a Secretaria e principalmente a responsabilidade em conduzir as finanças do Estado. Nós, nos últimos dias, temos vivenciado que vocês estão diversas horas e horas presentes na Assembleia Legislativa. Quando a gente procura a Secretaria de Finanças do Estado, estão sempre à disposição, há uma equipe técnica à disposição. Então, em nome da população de Rondônia, nós agradecemos exatamente por esta dedicação que vocês têm dispensado não só para conosco, representantes do povo, mas acima de tudo, exatamente, pela dedicação que têm feito para controlar as finanças do Estado de Rondônia. Então, obrigado, parabéns e que Deus abençoe para que vocês continuem conduzindo e agindo desta forma. Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Só registrar a presença do Vereador Sebastião Costa Carneiro, da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé. Deputado, vamos passar a palavra primeiro... Vai registrar presença?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Eu só quero aqui registrar a satisfação do Secretário da SEFIN, Wagner, e também do Dr. Wilson. Essa preocupação de ajuste que está trazendo para esta Casa. Sabemos que não é tarefa fácil para ninguém. Até dentro da nossa família, nossa casa, quando você chega para seus filhos e diz que tem que cortar gastos para você poder atingir o seu objetivo que é a sua renda, que você tem. Nós sabemos aqui, nós, 24 Deputados, que hoje se encontram 11 Deputados Estaduais provenientes do mandato passado que aqui foram aumentados, Presidente, Deputado Dr. Neidson, muitas despesas correntes. Aquela que você não pode retirar. É como, eu aumento o salário do Deputado Jean Oliveira, depois eu chego para o Deputado Jean Oliveira e vou dizer 'vou cortar o seu salário em 10, 15%', ninguém admite isso. Isso é muito difícil para um Governador de Estado, um Presidente, um Prefeito fazer isso com seus funcionários.

Mas nós somos conscientes disso, que nós aprovamos aqui nesta Casa sem debater de onde vinham as receitas, de onde os recursos viriam, Deputado Jean, Deputado Hermínio Coelho, para poder pagar isso. Nós saímos de uma folha de pagamento, eu venho falando isso há muito tempo, desde 2011, que nós estávamos em ascendência. Nós chegamos em 2011 a crescer quase 17% excedentes do que nós prevíamos. É muito dinheiro. Mas nós estamos, será que nós vamos estar e isso não foi feito o nosso dever de casa e nós, nesta Casa aqui, esquecemos de fazer esse debate aqui. Porque hoje o Estado de Rondônia gasta 220 milhões com folha de pagamento de pessoal. Em 2011, exatamente agora, quando for janeiro de

2016 faz exatamente cinco anos, gastava R\$ 136 milhões. Um acréscimo na folha do Estado de Rondônia, com todos os seus excessos, R\$ 100 milhões. Significa 02 bilhões e 200 milhões de reais em um ano. Isso é folha. É muito ruim para um Prefeito, um Governador e um Presidente ser um Governador de Estado para tomar conta de uma folha de pagamento.

Então isso, nós agora vamos discutir o que nós vamos fazer com o nosso Estado de Rondônia, pensando no futuro dele, porque lá atrás nós nos esquecemos de sentar e discutir, Deputado Saulo, de onde saíam os recursos para nós fazermos tudo isso que nós estamos fazendo hoje.

O Estado precisa avançar na Educação, na Saúde, Segurança e demais problemas do Estado de Rondônia. Mas hoje, com esse acréscimo de despesas que você não tem como retirar de um dia para o outro, agora chegou o momento de ajustar. E aí eu só quero aqui, só mais uma vez, agradecer a presença aqui do Secretário de Estado de Finanças, o Wagner, e também o Coordenador de Receita, Dr. Wilson. Estamos aqui, doutores, para poder encontrar uma saída para esse impasse.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu vou passar a palavra para...

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem também, senhor Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Saulo, eu queria passar a palavra para ele poder se explicar e depois nós vamos abrir para as perguntas.

O SR. SAULO MOREIRA – Só uma questão... Eu já falo tão pouco, senhor Presidente. Se o senhor não deixar eu...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Saulo, pode falar.

O SR. SAULO MOREIRA – Dizer para o Secretário Wagner que para nós é muito bom a vinda dele aqui para esta Casa, Wagner. Sabemos que o senhor ocupa uma pasta importantíssima, uma Secretaria difícil, que é cuidar das finanças do Estado, mas que o senhor tem feito um grande trabalho. Tem aqui o nosso reconhecimento, diante de tantos Secretários que o Governo tem, alguns que realmente não merecem estar na Secretaria, mas o senhor tem se destacado. Está de parabéns por esse trabalho e esperamos que com a sua vinda aqui nesta Casa o senhor possa contribuir bastante para que a gente tenha um entendimento com relação à aprovação ou não dessas leis. O importante é que o senhor terá oportunidade de aqui explicar e justificar para esta Casa realmente os motivos que levaram o Governo do Estado a elaborar esta lei, que eu diria uma lei cruel, não é? Cruel para o povo, para a população, para as pessoas, que a partir do momento que nós autorizarmos o Governo aumentar o índice de impostos, nós estaremos indo diretamente no bolso das pessoas porque esta carga tributária será repassada, sem dúvida nenhuma, para o consumidor.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Saulo. Vou passar a palavra aqui ao Secretário de Finanças,

mas registrar a presença também dos Vereadores João Leitoa, Silvânia Maria da Silva e Valdecir de Andrade, de Nova União. Vamos passar a palavra ao Secretário Wagner.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Bom dia, Presidente, Deputado Dr. Neidson em nome de quem eu cumprimento os demais Deputados e a sociedade em geral.

Nós estamos nesta Casa hoje atendendo a convocação dos Deputados Hermínio e Deputado Jesuíno. Bem, coube-me discutir com Vossas Excelências um pacote de leis que foi enviado a esta Casa de Leis, defendendo o ajuste fiscal de Rondônia.

Todos os Estados da Federação estão, nesse momento, os que já não fizeram, estão propondo ao Parlamento o ajuste fiscal, e por quê? Não é novidade para ninguém o quadro recessivo que o país está vivendo. Todos os Estados estão perdendo receita. Rondônia veio numa curva ascendente de receita até julho, ela se estagnou até setembro, caiu um pouquinho em outubro, em novembro nós tivemos uma queda de 5.75%. Isso significa na receita própria total uma perda de R\$ 24 milhões ao mês. Se essa tendência perdurar para o exercício de 2016, e tudo indica, neste momento, que vai acontecer, nós teremos um déficit previsto para o ano que vem de R\$ 300 milhões brutos.

Veja bem, Rondônia vem neste momento discutir com Vossas Excelências um ajuste fiscal, não para cobrir rombo do Governo. Rondônia, ao contrário de outros Estados, já vem enxugando, demitindo, cortando custos, de tal forma que Rondônia figura entre os 3 Estados da Federação que estão em situação de equilíbrio fiscal. Só que eu, na posição de Secretário de Finanças, e agradeço muito e com carinho as palavras ditas por Vossa Excelência, eu não vou me furtar a prevenir o que vai acontecer.

No setor público nós temos dois tipos de despesas, as de caráter obrigatório e as de caráter voluntário. As de caráter obrigatório são despesas de folha, que como o Deputado já falou aqui, despesa com folha não regride mais, uma vez concedida não se volta. E as despesas previdenciárias. As despesas de caráter voluntário o Governo do Estado já vem cortando: diárias, viagens, despesas de combustível, de telefonia, só que tudo tem limite, nós não temos mais onde cortar, sob pena de engessar o Estado.

Então nós viemos aqui que defender uma missão inglória, eu sei que não é missão fácil de defender, aumento de carga tributária, mas ela não é um aumento de carga pura e simplesmente para cobrir rombo, eu quero deixar bem frisado isso aqui. Tanto é fato que nós já chegamos até aqui com a folha de pagamento em dia, nós não estamos com atraso de fornecedor. Hoje o prazo de atraso com fornecedor de 45 dias, que é normal da administração pública, vai da tramitação processual.

Pois bem, Deputado Jesuíno, com relação a PL 212/15 que está propondo realinhamento de carga tributária de ICMS na alíquota modal de 17% para 18%, isso aqui foi discutido lá no Conselho Nacional de Política Fazendária. Quase todos os Estados anuíram em realinhar essa carga tributária. Nós estamos fazendo isso em bloco com os demais Estados, de tal forma que 2016, Alagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins

e mais o Rio Grande do Sul foram signatários de uma Carta de Secretários, na rodada de Secretários lá em Brasília, se comprometendo a propor isso ao Parlamento. O que nós estamos fazendo agora somente em dezembro, porque a SEFIN tentou segurar o máximo possível esse realinhamento.

O senhor perguntou sobre o possível impacto e crescimento da receita. No realinhamento da carga tributária de 17% para 18%, o incremento de receita estimada para 2016 é R\$ 56 milhões.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para a gente esclarecer, quantos Estados da unidade da Federação majoraram alíquota de 17% para 18%, o senhor tem?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Está nessa folha, Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O total de...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O Deputado Jesuíno que é o autor, o Deputado Jesuíno que é o proponente dessa convocação, eu queria, a título de colaboração, pedir para que o Secretário discorresse tudo sobre o tema e aí gente pegasse, aí depois, os Deputados que quisessem se inscrever, apontavam as suas dúvidas e faziam os seus pronunciamentos voltados para a fala dele e do projeto evidentemente, e no fim o Secretário iria explicando caso a caso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas, Deputado, até concordo até em função do horário, não é...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Independente do horário, nós estamos aqui para entender...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Independente do horário, a gente tem que discutir os projetos. A minha pergunta para ficar claro e pode ser rápido, não é uma pergunta para fazer discurso. A gente tem que perguntar para ele coisa direta, quantos Estados? Ele me entregou documento, aí Vossa Excelência também pode fazer uma pergunta. Porque se a gente ficar fazendo anotação, que eu já tenho um monte de anotação. São três projetos que ele vai ter que se manifestar aqui, ou mais. Então é mais fácil a gente perguntar, para a gente já fazer as devidas anotações, o porquê dessa pergunta, a minha motivação de perguntar, eu tenho o total aqui, vou somar, tenho o total, o senhor já me deu a informação. E quantos, nessas proposições de leis, majoraram lá, integrando 18%. Porque são várias alíquotas, cada produto tem uma alíquota. Eu pergunto, 17 para 18, se todos majoraram de uma forma linear ou alguns Estados optaram para não majorar alguns produtos, o senhor tem informação?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - De 17% para 18% está constante nessa lista. Os outros que não majoraram a alíquota de 17%, eles majoraram outros impostos e tributos. Esse é o de 17% para 18%.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para esclarecer outros, o senhor está se referindo a imposto ou a Estado?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Pode aumentar, por exemplo, a margem de lucro agregado, presumido, é uma forma de majorar.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, quando eu falo outros, eu falo...

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Outros Estados.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Outros Estados, não outros impostos.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Outros Estados.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Questão de Ordem, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Só essa questão de... Eu não sei por que a gente está metendo muito para esse negócio de outros Estados. Não tem porque estar discutindo aqui essa questão de outros Estados, Deputado Jesuíno. A questão somos nós aqui. Como é em outros Estados, se os outros Estados aumentarem, aí nós teremos que aumentar também? Não. Para mim não interessa nada de outros Estados, interessa Rondônia, eu moro em Rondônia, vivo aqui, para mim interessa Rondônia. Essa questão de... Se os 26 Estados, fora Rondônia, aumentaram, fizeram lá do jeito deles, nós temos que seguir? De jeito nenhum. Vamos discutir Rondônia.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Continuando então, com a sua licença, Presidente.

Deputado Jesuíno, a receita estimada para o realinhamento da alíquota modal é de R\$ 56 milhões. Claro que é uma estimativa, porque nós estamos olhando a série histórica, caindo a curva de demanda, ou seja, caindo o consumo, e isso tem acontecido de forma intensa, essa receita deve cair. Desses R\$ 56 milhões, respondendo ao Deputado Hermínio, o repasse, isso aqui é a própria Constituição Federal que fala, R\$ 56 milhões, 25% são distribuídos pro rata conforme o índice de participação de cada município, 25% são para os municípios. Tirando a parte dos municípios, 25% são para a educação, 13% para a saúde, do restante que sobra dessa receita é distribuído para os Poderes, que são os repasses constitucionais para os Poderes, os duodécimos, e custeio da Secretaria. Essa é a distribuição.

O SR. HERMÍNIO COELHO – São R\$ 56 milhões, mais ou menos, que é estimado, que seria a receita que esse aumento ia gerar para o Estado, é isso?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Pode gerar até R\$ 56 milhões, no exercício de 2016.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Aí esses R\$ 56 milhões seriam rateados para vários, para os municípios e tal. A gente vê que é uma, para falar a verdade, é um aumento de imposto e uma merreca para o Estado.

Por exemplo, hoje o Estado tem mais ou menos 6 mil cargos comissionados de valores de mil e pouco a quinze, vinte mil. Se o Estado reduzisse, eu acredito que se o Estado, em vez de ter 6 mil funcionários, que a maioria o Estado não precisa desses 6 mil comissionados, precisa lá de um pouco, mas não precisa de todos. Se o Estado reduzisse, pode fazer a conta, é uma conta simples, se o Estado mandar, Deputado Marcelino, 2 mil desses 6 mil embora, no final do ano, em 12 meses a economia para o Estado, e não precisa ratear com ninguém, vai ser maior que R\$ 56 milhões, pode fazer que é.

Porque o Estado está mandando esse pacote para cá de aumento de imposto e não está mandando nada reduzindo nada do Estado, dizendo '*vamos demitir isso, vamos reduzir despesa ali, vamos economizar ali*', só quer aumentar e não reduz nada. Inclusive vai aumentar, se nós aumentarmos os impostos, eles vão criar mais despesa para gastar dinheiro.

Por isso que eu falo, é um desgaste muito grande que o Estado, principalmente a Assembleia vai pegar com esses aumentos e que é praticamente insignificante. Se você cortar a metade da roubalheira que tem em Rondônia, esses R\$ 56 milhões aí não é nada, a gente economiza numa semana esses R\$ 56 milhões.

Isso é aquele Secretário de Planejamento que faz esses cálculos, nem o Confúcio está sabendo desses cálculos. E um desgaste, Deputado Marcelino, desnecessário. Esses R\$ 56 milhões divididos para o Estado, vai sobrar uns R\$ 30. Isso não vai ajudar o Estado em nada, não vai ajudar em nada e vai criar um desgaste muito grande para o povo que vai pagar o imposto mais caro e para nós principalmente, os Deputados, que vamos aprovar esse tipo de imposto.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Deputado Jesuíno, com relação ao Projeto de Lei 216/15, nós estamos propondo o realinhamento da alíquota do ITCD. O ITCD é o imposto sobre Transmissão de *Causa Mortis* e Doações de quaisquer Bens ou Direitos. A grosso modo falando, é como se fosse um imposto sobre herança. Quando há um processo sucessório, você vai transmitir o imóvel no processo sucessório ou de espólio, ele já paga um percentual para o Estado. Essas alíquotas nós estamos propondo que ela seja escalonada de forma gradual de 2%, 4%, 6% e 8%; 2% quando a base de cálculo for até R\$ 70 mil; 4% de R\$ 70 mil a R\$ 350 mil; 6% de R\$ 350 mil a um milhão e setecentos e cinquenta; e 8% acima de um milhão setecentos e cinquenta.

Esse tributo é de arrecadação muito baixa para os cofres do tesouro, ele não implica muito em receita. Ele tem um incremento estimado para 2016 de R\$ 4 milhões. A nossa receita hoje de ITCD flutua entre um milhão e seiscentos, dois milhões/ano.

E por último, segundo eu entendi pela convocação, o senhor se refere também ao PL que propõe o realinhamento de IPVA.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou passar a Presidência ao Deputado Jesuíno, e antes quero registrar a presença do Vereador Jaílton Ferreira, de Alto Alegre dos Parecis; Vereador Reinaldo Pereira, de Alto Alegre dos Parecis também e o Vereador Jarlei Batista, de Alta Floresta d'Oeste.

(Às 11h24min o senhor Dr. Neidson passa a presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)

O SR. JEAN OLIVEIRA – O nosso convidado, o Secretário, está com a palavra ainda?

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Está.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Enquanto que o Secretário está pegando a documentação para falar, Presidente, eu gostaria de pedir Questão de Ordem.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu queria falar ao Secretário também para, eu sei que, parabenizar pelo trabalho que vem fazendo, mas também questionar porque a gente sabe que a questão do imposto cada vez mais é mais difícil. Nós temos várias fontes que podem aumentar a arrecadação. Nós temos a questão da energia, aumentou mais de 50% este ano, o imposto automaticamente aumenta 50% por efeito cascata. Por exemplo, quem pagava R\$ 500, está pagando por mil reais. Eu conheço madeireira que fechou porque pagava R\$ 18 mil, foi para R\$ 40 mil, R\$ 39 mil, R\$ 40 mil. Então, também tem que prever essa receita.

O aumento de frota de carro também tem um aumento de receita. O combustível, o combustível o aumento do combustível também eu creio que é um aumento de receita. Aumenta o preço, aumenta o valor do imposto.

A transposição. Já foram transpostos muitos funcionários, enxugou a folha, e está previsto agora para o ano que vem, na transposição, na Justiça, se não for administrativo vai ter bastante gente que vai ser transposta.

Então, nós estamos querendo, Secretário, para ver se já foi feita essa previsão, que tem uma possibilidade de caixa sem aumentar impostos, Deputado Marcelino. E discordar também do Deputado Marcelino quando fala que a responsabilidade é da Casa aqui também quando referiu tal... Aumento de funcionários, despesas, quem planeja, eu fui 12 anos Prefeito, é o Governo. Quem planeja a despesa e tem que saber o que é que pode dar e o que não pode dar do planejamento é o Estado. Nós, Deputados, não temos como frear qualquer aumento que o Executivo manda porque subentende que quando vem para cá o Governo já planejou e já tem caixa para pagar. Não tem como nós barrarmos qualquer previsão de aumento de funcionário ou despesas outras que o Governo cria e manda para a Assembleia.

Então, nesse sentido a responsabilidade da Assembleia é aprovar, sim; questionar, se achar que deve questionar, mas dificilmente alguém, porque nós não temos subsídios, nós não temos dados suficientes para contrabalancear e que o Estado mandou para cá uma despesa e que ele não tem condições de cumprir. Então, é incapacidade da equipe técnica também. Então, quero deixar, esclarecer essa situação que nós não concordamos. Mas eu acho que nós temos muitas previsões, realmente receita no futuro, a soja está aumentando também, a produção de soja está crescendo muito no Estado de Rondônia e tem outra questão da agricultura tem melhorado. Então tem várias opções que a gente pode e, além disso, cobrar de quem não paga, o mau pagador tem que buscar o recurso e tem que pagar, porque se todo mundo pagar, todo mundo paga menos.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Deputado Adelino, só para a gente, até porque ele tem que interromper o Secretário. Eu já tenho inscrito aqui, está o Senhor, o Deputado Adelino inscrito; o Deputado Jean, o Deputado Adelino, tem eu. Então, os Deputados que quiserem se inscrever para a gente debater o tema, é importante fazer essa anotação. Então, o senhor dá continuidade do IPVA agora.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Pois não, Presidente. O último PL é o Projeto de Lei nº 217/15, que propõe a majoração das alíquotas do IPVA.

De fato, é um Projeto de Lei de alto impacto social, que ele é um imposto direto que aqui é o único caso de imposto estadual onde o contribuinte de fato e de direito se fundem, porque o ICMS realmente não é pago pela empresa, ele vem embutido no preço da mercadoria.

Aqui se propõe alteração da alíquota de 2% para 3% de IPVA para motocicletas, e de 3% para 4% para veículos de passeio. Não está mexendo na alíquota nem de caminhões e nem de ônibus. O incremento da receita estimada para 2017: R\$ 119 milhões. A nossa alíquota máxima aqui de IPVA no Estado hoje é de 3%, alíquota mínima de 1%.

Nós fizemos o comparativo com todas as unidades federadas e a nova proposição se mantém na média. Vossa Excelência vai ver aqui, aqui estão todas as alíquotas mínimas e máximas de IPVA em todos os Estados. Têm Estados como Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins já estão com uma alíquota de 4%. Então, nós ficaremos flutuando na média entre a alíquota mínima e máxima.

Então é isso, eu estou à disposição de Vossas Excelências para qualquer questionamento.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Vou passar, o Deputado Adelino vai fazer algum questionamento?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Pode passar a palavra para mim.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Passar a palavra para o Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Eu quero aqui, Deputado Adelino, comentar sobre a sua fala. Esta Casa é composta de 24 Deputados Estaduais, nós somos, o Governo manda os projetos, nós é que aprovamos. Nós temos sim a responsabilidade de observar e votar o que é bem para o Estado de Rondônia. É como nós estamos agora, Deputado, estamos discutindo o aumento de tributos que vai incidir no bolso do contribuinte. Então, o debate está aqui nesta Casa. Lá atrás quando vêm os aumentos de despesas, não foi feito esse debate como nós estamos fazendo aqui, que é muito fácil eu falar que vou gastar. Mas vou gastar como? De que fonte vai vir esse recurso? Então, nós como legisladores e fiscalizadores, nós temos a obrigação de saber de onde vão ser advindos aqueles recursos. Despesa eu crio, mas de onde eu vou buscar ele? Eu tenho, Deputado Adelino Follador, de buscar incrementar no nosso Estado políticas públicas de investimentos para gerar recursos, aí sim, aí eu tendo geração de recursos, eu posso gerar despesas. Agora, eu simplesmente gerar despesas sem dizer

de onde estão vindo os recursos, porque naquele momento nós tínhamos recursos de onde, as empresas hidrelétricas estavam aqui, investimento de mais de R\$ 20 bilhões. Mas ela tem uma data a vencer. É como nós estamos discutindo aqui esses aumentos de impostos, eu sei que é o momento de discutir, o nosso Estado não pode parar, nós, nosso país em geral, e principalmente Rondônia, ganhamos muito nesses últimos 6, 7 anos. E se é neste momento que nós podemos dar um pouquinho do que nós ganhamos para que o Estado não pare de andar, para que lá na frente nós possamos colher esse fruto, Deputado Hermínio Coelho, temos que discutir isso aqui. Porque é dessa maneira que eu vejo o Parlamento, o Executivo planeja, mas nós somos responsáveis de fiscalizar e orientar e de votar, porque a medida só entra em vigor se esta Casa, os 24 Deputados, se 13 Deputados aprovarem.

Então, nós esquecemos no momento de aumento de despesa, saber, Deputado Adelino Follador, de onde nós vamos tirar. Porque é como eu sempre falo, estar é uma coisa e ser é outra. Então, hoje nós estamos num momento bom, hoje nós estamos num momento difícil por isso estamos discutindo tudo isso aqui na nossa Assembleia.

Agora, quando fala aqui, o Deputado Hermínio Coelho levantou aqui um tema que eu acredito que isso deveria ser a nível, Deputado Hermínio, em nível de Estado. Nós estamos discutindo no Estado de Rondônia, não estamos discutindo simplesmente o Governo do Estado, a Secretaria ou os fundamentos daqueles recursos que vão ser para ser investidos no nosso Estado de Rondônia. Nós somos um conjunto, a sociedade é uma só, se o Estado sofre, todo mundo vai sofrer, de quem ganha um milhão, e de quem ganha mil reais.

O SR. ADELINO FOLLADOR Presidente – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Nós estamos nos atendo a... Até para não delongar essas perguntas, eu acho bom a gente dinamizar isso aqui. Perguntar de uma forma, 'sobre isso? quanto aquilo?', para a gente traçar... Porque se for... O Deputado Hermínio falou que não compete ao Estado, aí o Deputado Adelino deu algumas sugestões, era bom a gente começar a fazer as perguntas para a gente incluir. Quanto à questão até, a questão do Deputado Marcelino, eu discordo do senhor também, discordo porque, eu quero saber qual foi a isenção fiscal que foi dada para as usinas do Madeira, quantos milhões de reais deixaram de arrecadar? A gente vai entrar nessa seara daqui a pouco. Eu quero saber qual é hoje o mau pagador dos tributos que deverão ser arrecadados pelas grandes empresas, quanto a SEFIN está deixando de arrecadar, qual é o débito.

Então, tem muita coisa que a gente pode perguntar, igual o Deputado Adelino falou, a questão de transposição é algo que poderá ocorrer. Mas hoje nós temos que esta Casa isentou, fez uma isenção que eu já tive informações que chega a bilhões, chega a bilhões, é fato, é verdade? Então, é o momento oportuno do Secretário responder para a gente.

Outra coisa que eu quero deixar claro, Secretário, bem específico aqui. Primeiro, esses Projetos de Leis, eles têm que ter, eles têm que nascer de um fato, um fato gerador. Eu já requeri, já foi aprovado, deferido cópia na integra dos proces-

sos administrativos que altera dispositivo, qual é a justificativa do Poder Executivo para majorar; parecer dos órgãos competentes em todos esses Projetos. Eu vou requisitar essas informações, por quê? Quem está propondo essa medida de aumento de imposto é o Governo, mas quem vai sofrer todas as penalidades perante a sociedade são os Deputados. Infelizmente é isso.

Eu sei que o senhor está traçando a questão do aumento com a folha, isso aí tudo bem, mas nós temos que debater que hoje a arrecadação estimável era de R\$ 7 bilhões, para o ano que vem vai majorar? Os senhores estão fazendo apontamentos de vai R\$ 52 milhões para aquilo... Não tem realmente... Já me falaram até em R\$ 400 milhões. E aí eu fico, cada hora é um valor, cada hora é um montante, então essas perguntas para a gente dinamizar.

O SR. DR. NEIDSON – Só acrescentar uma perguntinha, Deputado Jesuíno, Deputado Marcelino.

O que é que o Governo está fazendo na fiscalização nas fronteiras com outros Estados? Nós temos lá em Guajará-Mirim, recebi umas empresas lá que me disseram que o Estado do Acre, como tem um imposto mais reduzido, eles estão vendendo aqui para o Estado de Rondônia, e o Governo de Rondônia está perdendo essa arrecadação aqui para o Estado do Acre, porque é mais vizinho, principalmente aquela região de Vista Alegre, Extrema. Então, o que o Governo está fazendo também nas fiscalizações de fronteiras com outros Estados para que possa ter essas arrecadações?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu queria fazer aqui uma explanação.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, tem que colocar em sequência, porque você inicia, para no caminho, outro já entra, outro já entra, aí você não vai a lugar nenhum.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Deputado Jean então vai falar, o próximo é Deputado Adelino, e o senhor.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, mas é bom o Deputado Marcelino concluir então, e depois, eu fui citado, eu queria falar rápido.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de ordem?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Essa discussão entre o Deputado Adelino e o Deputado Marcelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não é não, é interesse da Casa, interesse do assunto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas esse momento aí tem que ser discutido na hora que nós estivermos discutindo o Projeto. Aí está correto Vossa Excelência defender uma tese, outro defender outra, mas agora não é o momento de nós estarmos discutindo aqui. O importante agora é a gente pegar informa-

ção dos Projetos, da equipe técnica do Governo. Não é o momento de a gente estar...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o momento sim, Deputado, meu assunto, eu estou inscrito aqui, eu vou falar sobre o assunto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas isso só vai prolongar. Se todo mundo for dar discurso aqui, como se a gente tivesse já discutindo um Projeto para votar era outra coisa. Nós não estamos discutindo um Projeto aqui para votar ainda. Nós estamos discutindo, todo mundo se informar bem, o que nós vamos discutir depois na hora de votar o Projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – É porque, Deputado Hermínio, aqui é um Parlamento, e o Parlamento é nessas funções, o Deputado Adelino como Prefeito, como a Prefeita Lúcia Tereza, então tem esse entendimento. Mas eu só queria aqui encerrar e dizer, Deputado, Presidente Jesuíno Boabaid, a nossa população do nosso país hoje, Deputado Dr. Neidson, está endividada em 65% da população nacional. Isso significa que hoje não existe dinheiro, dinheiro novo. Nesse momento, Deputado Jean, era hora de o Estado brasileiro, Deputado Adelino, colocar recurso no nosso país, mas vai buscar dinheiro aonde? Nós perdemos aquele status de países que têm dinheiro como o Japão, Estados Unidos muito mais, investir em nós aqui. Nós não temos esse dinheiro novo. Então, qual é o dinheiro que existe, Deputado Jean, Deputado Adelino, hoje? É o dinheiro da população. Infelizmente nós não fizemos esse dever, quando eu falo aqui, Deputado Adelino Follador, é que a causa existe e o efeito está havendo agora, e nós temos que discutir ele, Deputado Adelino Follador.

Por isso que eu falo, quando nós tomamos uma decisão aqui, ela reflete sim, nos dois, três, dez, quinze, vinte anos, nosso Estado de Rondônia, qualquer Lei que nós aprovamos, Deputado Airton Gurgacz, se ela não for bem-vinda, ela vai refletir no nosso Estado de Rondônia e aí nós vamos colher os frutos, ou bons ou ruins. Mas aí, Deputado, Presidente Jesuíno Boabaid, então nós estamos discutindo aqui, como falou o Secretário Wagner, uma previsão.

Previsão é aquilo que se prevê, não é realidade de um acréscimo de quase, com esses aumentos de impostos de aproximadamente R\$ 150 milhões nos cofres do Estado.

O IPVA, como falou aqui o Secretário, incide diretamente no bolso do consumidor, é aquele que se vai pagar no ato, foi feito discussão, nós discutimos, Deputado Airton, Deputado Dr. Neidson, ali atrás, que esse imposto fosse só implementado a partir de 2017 ou então que se fizesse uma redução de 0,5%, se ele está querendo 1% que venha para meio por cento. E também que se desse isenção, Deputado Luizinho Goebel, no primeiro emplacamento, Deputado Jean, que pelo menos ameniza mais. Sabemos das necessidades que os nossos municípios vão passar.

Os municípios dos quais falo, a região na qual eu trabalho, Deputado Luizinho Goebel, esse ano vai cair a sua receita em aproximadamente, aproximadamente, na média, quase 8%, 9% da sua receita. Mas os serviços que ele presta não pode faltar. Ele não pode deixar de ter o transporte escolar, ele não pode deixar de ter a sua saúde, ele não pode deixar de cuidar

das suas estradas vicinais, e não pode deixar de fazer o serviço do seu município, porque senão nós vamos perder esse andar da carruagem.

Então, por isso aqui que nós estamos discutindo, Deputado Jean, e procurar realmente onde nós vamos buscar esse recurso. Aqui falou o Deputado Hermínio Coelho, Deputado Adelino Follador, seria muito bom que o Estado de Rondônia, quando eu falo o Estado de Rondônia, quando eu falo Estado, os Poderes constituídos sentam em uma mesa e dissessem assim, Deputado Airton Gurgacz: 'eu posso cortar do meu orçamento 2%, 3%'. Vai doer? Vai. Mas é por uma causa justa. Então seria isso Deputado Adelino Follador que nós poderíamos também buscar esse entendimento, para que assim nós pudéssemos o Estado de Rondônia estar na sua evolução. Ele não vai continuar, Deputado Jean, da mesma maneira que estava vindo, crescimento rápido, mas pelo menos nós não vamos perder esse crescimento. Que seja um crescimento lento, mas com a finalidade de amanhã ser muito melhor.

Então aqui os meus agradecimentos, Deputado Presidente Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, quero cumprimentar a todos os colegas, o Secretário Wagner Garcia, juntamente com o Wilson da CRE, Coordenador de Receita do Estado. E dizer que... Olha, eu estou vendo aqui no Plenário uma situação que está acontecendo, semelhante à situação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados quando o assunto é o provimento do Processo do Deputado Presidente da Câmara Eduardo Cunha, está bem parecidão. Base, ou seja, aliados de um jeito, oposição do outro e briga, vira uma lambança e não se chega ao denominador comum que é o entendimento da razão pelo qual o Executivo está encaminhando esse Projeto.

O Secretário Wagner Garcia, eu evidencio, uma pessoa que eu tenho um carinho especial, talvez seja um dos Secretários que eu mais respeito pela afinidade e pelo afeto pessoal que eu tenho a ele, uma vez que eu já o conheço há mais de 20 anos, e eu tenho 26, até mais, não é, Wagner? Começou como Auditor Fiscal, ele é Auditor Fiscal de carreira e o seu primeiro posto foi na minha cidade de Alta Floresta.

Então, eu tenho uma afinidade muito grande com o Secretário, mas eu bati no ombro dele e falei: "*Meu companheiro, hoje é o dia que a gente vai ficar de lados opostos*". Porque eu não comungo com a proposta do Governo. Não comungo, isso não é politicagem, não é politicagem, eu só não consigo entender por que o Governo do Estado está fazendo isso. Nós estamos tratando com um Governo reeleito, nós não estamos tratando de um Governo que está no primeiro ano de mandato, que precisa de receita para cobrir rombo do Governador que passou.

Nós estamos em um Governo que está dentro dos trilhos há cinco anos. Que ele já vem impulsionado. Nós, nesta Casa já colaboramos demais para o Governo. Nós tivemos aqui medidas para salvar o Governo no momento em que estava no vermelho. Nós autorizamos aqui o endividamento de um bilhão de reais em empréstimos concedidos pelo BNDES e pelo Banco do Brasil. Empréstimo esse que foi muito, mas muito mal aplicado, muito mal gerido. E aí não conseguiu, através

desses financiamentos, que tinha uma razão de buscar, não levar benefícios para os municípios, mas investir num setor que amanhã ou depois pudesse recompensar o empréstimo. Infelizmente o que foi feito, foi investido em asfalto nos municípios, e se fosse asfalto de qualidade eu me calaria, porque é benefício, mas foi investido em asfalto casca de ovo que nessa altura do campeonato só está dando trabalho para o Prefeito ajuizar a empresa que fez esse asfalto nos municípios. Parte desse recurso, Deputados, que nós autorizamos para investir com a finalidade econômica e social, ou seja, investir no social e que esse investimento voltasse...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deputado, só para...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu estou terminando, Deputado...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Não, mas aí, o que eu quero deixar aqui, não, eu não vou 'a', 'b' 'c' ou 'd'. A gente... Está virando discurso. O que o senhor falou...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Ou a gente coloca... O Secretário Wagner, até peço desculpa, perdão para o senhor. Eu não... A minha proposta junto com o Deputado Hermínio, junto com os senhores é ouvir as medidas e as perguntas. Deputado, Jean, pergunto, eu vou perguntar... Porque o senhor está... É um horário... A gente sabe disso...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, vamos fazer perguntas, até para não abrir o precedente para todo mundo.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Vou concluir para que Vossa Excelência saiba, eu estou dissertando, Vossa Excelência está no seu primeiro ano de mandato, eu estou dissertando o que passou...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não é questão de mandato, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu só estou querendo lembrar, para Vossa Excelência que não esteve aqui no mandato passado, o que é que aconteceu...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Toda vez vem com esse negócio de mandato...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Então eu só quero dizer para Vossa Excelência que nós aprovamos aqui essas medidas. E o senhor sabe o que é que foi feito com o dinheiro do BNDES que é para investir, por exemplo, na agricultura, para investir na agroindústria? Foi comprado carro de luxo para Secretário de Estado, com o dinheiro que era para investir na agricultura do Estado, que poderia voltar recurso. São medidas como essa que eu quero só aqui adentrar o discurso do Deputado Marcelino, que eu gosto muito, mas dizer que eu não concordo, Deputado. Sabe por quê? O consumidor não pode arcar com a irresponsabilidade dos governantes.

Deputado Jesuíno, quantos projetos nós aprovamos aqui, dizendo o seguinte, que o aumento para a carreira do servidor se daria em consideração à economia, como tivesse a economia do Estado. Se nós aprovarmos esse reajuste de impostos, nós vamos, evidentemente, crescer, é fato, nas custas do trabalhador. E aí nós vamos ter o quê? Nós vamos ter o gatilho dos planos de cargos e salários aumentando. Isso é evidente, e vai continuar crescendo a folha de pagamento. Isso não vai resolver o problema.

Agora eu pergunto, Deputado Jesuíno, essa alíquota, o que eu gostaria de ter aqui hoje? O que é que eu gostaria de ter aqui hoje, nesta reunião? Aumento da alíquota de 17% para 18%, linear; quem é 17% passa para 18%. Os produtos que são 17% passam para 18%. Eu gostaria, Secretário Wagner, de quê? Que o senhor fizesse uma exposição de quais produtos são esses, quais são esses produtos, que tipo de produto é esse, se é camisa, é sapato, é cinto, é boné, é perfume, é desodorante, é papel higiênico, o que é que é esse produto, para a gente saber o que é que a pessoa compra com seu orçamento doméstico, colocar aqui o que é hoje arrecadação desses produtos e o que vai ser amanhã. Sabe por quê? Porque, Deputado, o que eu estou vendo aqui é pegar carona em Estado que está lascado politicamente e economicamente, nós estamos entrando na carona deles, sem necessidade. Para quê? Para ter um Estado rico, com grande poder de investimento, mas o coitado do trabalhador lascado, pagando imposto, não podendo consumir direito porque está muito alta a carga tributária. Tem que parar de ser irresponsável. Não adianta ter um Estado que cresce, cresce, cresce, sendo que o povo não compartilha do crescimento. O povo não compartilha. Agora há pouco, Deputado Jesuíno, eu falei da coca-cola. A coca-cola, hoje, está R\$ 8,00, amanhã vai para R\$ 10,00, R\$ 11,00. Vamos parar de consumir coca-cola. O Estado vai perder, a indústria vai perder, automaticamente quem é empregado da indústria vai ser demitido, porque o cidadão vai começar a consumir suco ou vai começar a beber água de filtro, que não tributa imposto para o Estado. E é isso que o Estado quer? Diminuir o conforto das pessoas de comer e beber o que querem e automaticamente as pessoas param de se alimentar como querem, passam a se alimentar conforme a necessidade e o Estado vai perder com isso também.

Então, eu gostaria que o Estado, antes de tomar uma medida como essa, Deputado Jesuíno, Presidente, Vossa Excelência que conduziu esse processo até agora, eu queria que o Estado fizesse um estudo mais aprofundado, porque é muito cômodo mandar um papel escrito aqui para nós aprovarmos, aumentado a carga tributária do coitado que está lá fora.

Outra coisa que eu gostaria, para concluir, Presidente, outra coisa que eu gostaria de deliberar aqui. Além disso que eu pedi, os produtos que são de 17% para 18%, hoje o quanto eles estão arrecadando em nível de ICMS para o Estado e o quanto eles passarão a arrecadar, eu gostaria de pedir do Secretário de Fazenda a mesma coisa com o IPVA. A mesma coisa com o IPVA, o que é que se arrecada hoje com moto, qual é a estimativa para se arrecadar amanhã com o aumento de 50%. O que se arrecada hoje com veículo de médio, de pequeno e médio porte, que hoje vai ser aumentado 33% se caso passar esse projeto, o que é que vai passar a arrecadar. A mesma coisa com os demais impostos que aumenta da

alíquota de 25% para 28%. Eu gostaria de trazer essa discussão aqui para o Secretário.

E só reforçar dizendo, nós não podemos entrar nessa carona, porque outros Estados estão endividados, nós também fazermos a mesma coisa, não é justo. E só para contribuir, Presidente, nós da Assembleia não estamos atrapalhando ou emperrando o Governo do Estado, não. Tem que parar com essa conversa de que Deputado que é contra a proposta está indo contra o Estado, porque o Estado está cometendo alguns equívocos, como, por exemplo, utilizando recursos de compensação financeira das usinas para fazer aporte financeiro no IPERON e nem por isso nós questionamos, uma vez que nós não queremos jamais prejudicar o aposentado. Porém é irregular e ilegal.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deputado Jean, não é... Olha, o momento oportuno para a gente discutir o projeto é o dia que o Governo acabou todas as documentações aqui, requerimentos que foram lidos, essa data de hoje já está sendo superado, que ele está sendo ouvido. Quando for colocado aqui, a gente vai passar a tarde todinha aqui discutindo isso, que é o momento, que é na hora do vamos ver do projeto, aí vai ser debate.

Agora, a questão das perguntas, o senhor fez duas perguntas, eu quero que o Secretário me responda as perguntas do Deputado Jean. Quais são os produtos que estão na alíquota de 17% para 18%? E o senhor perguntou também a questão do IPVA, qual é o valor, não é isso? Na questão do impacto das motos, os valores...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Das motos e dos veículos, que vai ter um acréscimo de 33% para carro, e 50% para moto. Então, qual é a estimativa, não no bolo, mas individualizando por categoria.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Isso, aí o senhor pergunta. Agora a gente tem que restringir a questão de discurso para a gente só fazer as perguntas, até a questão do horário que o senhor tem outra agenda, já me informaram, então é só para responder mesmo a questão do...

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Pois não, Presidente. Atendendo ao questionamento do Deputado Jean Oliveira, a alíquota modal é a alíquota geral do Estado.

Em tese, todos os bens, produtos e prestação de serviços que são incididos pelo ICMS no Estado de Rondônia, a alíquota de consumidor final é de 17%. As exceções são: animais vivos, carne, miúdos, peixe, feijão, farinha de mandioca, sal de cozinha, produtos hortifrutigranjeiros que são isentos, água natural, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de trigo, leite, fubá de milho 12%; armas e munições, perfumes e cosméticos, embarcações, álcool carburante, gasolina, fogos de artifícios, querosene de aviação, óleo diesel e outros serviços de comunicação é 25%; cerveja 27%, exceto as não alcoólicas que é 17%; cigarros e charutos e tabacos, 30%. Então 17% é a alíquota geral com relação a essas exceções aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – As exceções, então que fique esclarecido para os Deputados, então as exceções: 9% ouro e pedras preciosas; 12%, animais vivos, isso aqui não vai entrar na alíquota de 18%? Me explica só isso.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Essa daí se mantém porque ela vai trazer recursos para o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, lembra que está propondo um aporte de 2% para esse Fundo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, uma coisa eu quero falar para os senhores Deputados também, que foi aprovado aqui à criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, foi colocada a questão da majoração de combustível, e o Fundo era discutido apenas os produtos não essenciais, o combustível ainda continua nesse projeto?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – O projeto está na Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, se aprovarmos, um está conexo com o outro, o Fundo está aprovado.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Foi só criado o Fundo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu quero saber, para vigorar o Fundo vai ser descontado ainda 2%, majorado 2% no combustível, sim ou não?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Não, esse projeto não foi submetido à apreciação de Vossas Excelências ainda.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Está aqui, o senhor falou que está aqui.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Sim, mas ele ainda não foi aprovado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas eu quero saber se foi retirado ou não?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Não, ele está na Casa ainda, até onde eu sei está aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então tem que ser retirado esse produto, foi acordado que seria retirado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então vai ficar no Fundo cigarro, eu quero que o senhor me especifique novamente quais são os produtos que serão agregados ao Fundo de Erradicação, nesse projeto que ainda está sendo discutido?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – O projeto original é mais 2%, assim como está na Constituição Federal, é mais 2% em cima de armas, cigarros, munição, embarcação, fogos de artifício e gasolina, ela não tem óleo diesel.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Senhores, eu quero deixar bem claro, isso não é produto, gasolina, combustível não é produto que se enquadre dentro desse Fundo. Eu já quero deixar um alerta para vocês. Então o fato que foi acordado, que vem sendo discutido era a retirada, a bancada que fosse colocar essa matéria para discutir, era a retirada disso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, eles estão aumentando o combustível em quanto?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mais 2%, mas a situação que ainda tem da alíquota de 18%, não é isso? Não é isso Wagner? Me explica isso. É 18% mais 2%, não é isso?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Exatamente, para o Fundo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então não dá 18%, então...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu tenho uma sugestão para o Governo aí, o Governo podia comprar um monte de arma e sair logo assaltando o povo, tomando o dinheiro do povo logo, na cara dura.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, então a alíquota de 17% para 18% o senhor colocou, eu não entendi até agora. Que fique esclarecido, quais são os itens que vão aumentar na execução dos 18%? Me explica.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Alíquota modal, a alíquota modal é a alíquota geral. Todas as mercadorias são tributadas em 17% consumo final, de 17% para 18%, a exceção é 12% para animais vivos, como eu disse, carne, a exceção é animais vivos, isso aqui não está aumentando.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Não, certo.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Animais vivos, carnes, miúdos, peixe, feijão, farinha, mandioca, sal de cozinha, produtos hortifrutigranjeiros, que na verdade são isentos, não é nem 12%, que aqui em Rondônia é isento, água natural, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de trigo, leite, fubá de milho, isso aqui não está mexendo, está mexendo na alíquota geral só.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Cadê a lista dos 18%?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Excelência, são infindáveis.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, tudo que não tiver vai ser... E o combustível vai para 28%, é isso?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Armas, munições, perfumes, cosméticos, embarcações, álcool carburante, gasolina, fogos de artifício, querosene de aviação, óleo diesel e serviços de comunicações já está na alíquota máxima, é a lei do ICMS, 25%.

O SR. HERMÍNIO COELHO - É 25%, Wagner, e vai para quanto?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Esse é outro projeto de lei que nós estávamos discutindo que era a proposta de mais 2% para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Segurança Alimentar.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Como é, erradicar pobreza? Quem imposto para erradicar?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Programa de habitação, Excelência, investimento na habitação.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Wagner, você sabe que quando é que... Esses infelizes estão acabando de deixar o povo mais pobre, mais miserável. Como é que vai erradicar pobreza aumentando, criando, todo mundo sabe que isso é conversa fiada. E outra coisa, a gasolina já aumenta, a Petrobras lá, o Governo Federal aumenta toda semana a gasolina, automaticamente os 25% do Estado aumenta também.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Não necessariamente, não necessariamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Mas se aumenta...

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Com queda de demanda não.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Se o litro era R\$ 3, 25% era um valor, se é R\$ 4, 25% é outro valor, já aumenta automático e ainda aumentar mais 2%, de 25% para 27%? A cerveja também, a maioria do povo gosta de tomar cerveja e quem toma cerveja não é rico, não. É como eu falei, hoje você tem que passar raiva de todo tamanho e não pode tomar mais nem uma cachaça. Tem que engolir seco tudo, não pode nem beber uma, o fumo está entrando e faz muito tempo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Deputado Hermínio, o Wagner vai responder agora a questão do IPVA. Eu vi que aqui não tem como...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, o mais interessante seria dizer o seguinte, aqui não adianta nós estarmos entrando em detalhe se é papel higiênico, se é não sei o quê que vai ser aumentado ou não. O mais importante é saber o seguinte: o Governo está precisando de quanto, qual é o rombo? O que é que ele tem que arrecadar e o que é que ele está fazendo também de redução nas despesas do Estado, que pode ser reduzido, Deputado Luizinho.

Infelizmente, eu sei que o Wagner nem tem isso, porque o Governo não tem, ele não tem essas contas, eles fazem tudo aleatoriamente, ele não faz conta, não faz essas contas. Por isso que eu falo, o Governo mais uma vez está indo no caminho que não vai resolver, Wagner, o problema do Estado. O que resolve o problema do Estado é cobrar de quem não está pagando, o Governo melhorar a máquina para fazer os sonegadores pagarem o imposto e vamos investir para o Estado produzir mais, para arrecadar mais. Não é aumentando imposto da forma que nós estamos aumentando, Deputado Luizinho. Deputado Luizinho, é muito sério este pacote que está aí do Governo, é muito sério. É muito desgastante para nós, é uma facada nas costas do povo deste Estado. Por isso que é importante a gente discutir muito mais isso. O Governo tem que ver que isso não vai trazer resultado para o Governo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Deputado Hermínio, vamos ouvir ele aqui. Wagner, o IPVA.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Só fazer um comentáriozinho, Deputado Hermínio. Eu gostaria de lembrar que a União está cortando R\$ 10 bilhões este ano, isso tudo vai estourar nos Estados.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Quem é que está cortando?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - A União. A União está com déficit projetado de R\$ 60 bilhões, R\$ 10 bilhões serão cortados este ano. Quem presta saúde à sociedade é o Estado, quando faltar dinheiro na saúde, quando faltar dinheiro na saúde e a União não socorrer, eu quero ver quem vai socorrer. Os municípios todos estão em situação de endividamento. Rolim de Moura o senhor vê a situação que está; o Governo do Estado assumiu a saúde pública de Cacoal, não tem como fugir disso.

Agora, veja bem, eu não quero fazer aqui o papel de advogado do diabo, agora, quem custeia o Estado é a sociedade, sim, através de pagamento de tributos. E eu respeito muito esta Casa, eu estou vindo trazer o problema para cá. Agora, se a minha receita já caiu 5.75% em novembro, eu estou perdendo R\$ 24 milhões em novembro e se projetar para o futuro vou perder R\$ 288 milhões o ano que vem. Como é que nós vamos custear a atividade do Estado? Eu gostaria de lembrar que esse atual Governo não deu reajuste salarial em ano de reeleição, isso é responsabilidade, já fez três reajustes. O quadro de CDS do Estado são ocupados por atividade meio, nós não temos carreira na SEPOG, o Estado nos últimos 33 anos fez concurso para atividade fins, nós fizemos concurso para a PM, para Polícia Civil, para Auditor, para Professor, nós não temos atividade meio. A SEPOG não tem carreira, a SEDAM não tem carreira. E quem faz atividade meio? Quando nós propusemos para Casa a criação do Gestor Público era justamente para profissionalizar a Administração Pública, isso vai ser debatido com a Casa, vai substituir o CDS por concursado, essa é a verdade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, eu serei bem breve aqui, só algumas perguntas. Só antes eu gostaria de enaltecer a pessoa do Wagner, que eu acho que é um dos melhores quadros que nós temos aí, que o Governo tem no seu Secretariado, Wagner, e sempre a sua presença aqui na Casa, sempre que convidado você não se omite, você vem, coloca a cara, debate, eu acho que isso é importante. Você dá oportunidade àqueles que têm dúvidas tirar suas dúvidas.

Eu já me posicionei quanto à questão dos projetos de aumento de impostos, eu sou contra, questão de consciência minha, a questão de ser a favor ou contra Governo é uma questão minha, eu já me posicionei.

Só um pouquinho, Senhor Presidente, tenha calma, Vossa Excelência está conduzindo muito bem, relaxe.

Algumas questões que eu acho, Wagner, umas perguntas: a dívida do BERON, eu não sei se já foi falado aqui, como

ela está consolidada; aquela isenção das Usinas de um bilhão, o que o Estado está fazendo para nós resgatarmos esse dinheiro, isso foi um assalto aos cofres do Estado isso que fizeram, eu não estou aqui culpando ninguém, mas foi um assalto tanto aos cofres públicos do Estado quanto como dos municípios, um bilhão de isenção de uma obra que foi uma vez só e nunca mais vai ter na história de Rondônia.

A dívida ativa, qual o valor da dívida ativa do Estado hoje e o que está sendo feito para receber tanto administrativamente como judicialmente, principalmente na questão criminal, porque também passa a ser criminal.

As isenções, eu tenho falado muito com você, Wagner, porque uma das coisas que me motivam e que me faz ser contra esse Projeto, porque nós temos, não é um hábito, mas o brasileiro é dessa forma, as administrações, e aí é meio generalizado, nós temos várias indústrias, muitas indústrias em Rondônia e realmente eu não sou contra a isenção que tem isenções de até 85% dentro de uma escala.

Então, o primeiro remédio que eu acho que na crise deveria ser feito é, Deputado Dr. Neidson e Deputado Luizinho, era rever algumas das isenções, porque não se justifica, por exemplo, o frigorífico ter isenção, “Ah, mas gera tantos empregos”, mas está prejudicando milhares, centenas de milhares de produtores com essa questão do preço do boi, da mesma forma o laticínio, eu mandei uma... Eu já estou concluindo, senhor Presidente.

Eu encaminhei uma solicitação sobre a questão do Italc ao CONDER, informações e ele me disse que o CONDER, que o Italc ainda encheu de louvores, na época que o CONDER ainda estava na Secretaria de Agricultura, dizendo que o Italc gera duzentos e poucos empregos, então ele está cumprindo. Mas e os milhares e milhares de produtores que eles arrocham todo o mês? Porque é arrochar o que fazem com os nossos produtores, concentrando renda só na empresa, aumentando os seus lucros em vez de pagar preço justo para os produtores que com certeza o dinheiro ia girar na economia, no comércio e nós íamos ter uma receita melhor.

Então, eu queria fazer essas perguntas aqui e só finalizando, colocar o que o Wagner disse aí na questão da saúde, Wagner. Nós não podemos condicionar qualquer projeto seja questão da saúde, por exemplo, Cacoal por que é que o Estado assumiu a saúde de Cacoal? Porque o município de Cacoal foi incompetente para fazer a sua gestão de saúde. Por que é que você vai a Ji-Paraná as coisas estão acontecendo e em alguns municípios estão acontecendo, Deputado Airton?

E Cacoal, aliás, o Estado abriu um precedente muito grave de ter assumido a saúde de Cacoal, foi obrigado a fazê-lo, mas nós não podemos condicionar isso, porque a saúde tem dinheiro, 90% do problema da saúde é gestão, é má gestão.

Então, eu só queria colocar isso e ressaltar mais uma vez a sua competência, que eu acho, eu disse isso ao Governador que eu considero você um dos melhores quadros que ele tem no seu Secretariado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Secretário Wagner, com a palavra.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Eu não vou entrar no mérito sobre a questão da saúde, eu acredito que o Governador foi motivado justamente pensando no cidadão.

Em relação à isenção das usinas hidrelétricas, não existe isenção para usina hidrelétrica. A geração de energia elétrica aqui ela é integrada no Sistema Integrado Nacional, as Operações Interestaduais é um caso de não incidência tributária prevista na Constituição Federal.

O SR. LAERTE GOMES – As isenções da construção é na construção, estou dizendo geração.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Na geração é o princípio de tributações, é no consumo. Diferencial de alíquota, nós temos lançado em dívida ativa e está em cobrança judicial, a última vez que eu consultei um bilhão e noventa milhões de reais...

O SR. LAERTE GOMES – Um bilhão?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Um bilhão...

O SR. LAERTE GOMES – Então teve a isenção, porque esta Casa aqui aprovou a isenção.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Ela está sendo tributada porque entraram com ADIN, lembra que o MP entrou com a ADIN, a Lei está vigendo, está em cobrança judicial, aí é o devido processo legal, um bilhão e noventa.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É um milhão ou um bilhão?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Um bilhão e noventa, a última vez que eu consultei, isso é atualizada monetariamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – BERON. Esse contrato é da Secretária de Estado de Finanças. Nós contratamos a melhor instituição do país, uma das melhores da América Latina para fazer a revisão da dívida fundada e flutuante do Governo de Rondônia.

A primeira dívida que nós já eliminamos, existia uma dívida desde a criação do Estado de INSS, estava sendo paga, um milhão e oitocentos por mês, R\$ 144 milhões era dívida. Nós eliminamos a dívida, nós não devemos mais nada para o INSS, ficamos com R\$ 60 milhões de crédito contra a União que vão ser abatidos em outras dívidas.

Nós já não descontamos mais um milhão e oitocentos do FPE, já eliminamos essa dívida. Esse é um trabalho inédito do Governo. Foi a primeira vez na história de Rondônia, essa foi uma proposta minha para o Governador que eu não ia ficar só cuidando de receita. Como nós não temos no quadro e precisa de gente altamente capacitada para fazer esse tipo de trabalho, nós estamos fazendo essa revisão da dívida de tal forma que INSS nós já tivemos sucesso.

BERON, essa mesma Instituição contratou no mercado os melhores profissionais aposentados do Banco Central, gente que trabalhou no PROER e no RAET do Fernando Henrique Cardoso para fazer a revisão da dívida do BERON. Eu não quero falar em números, está nas mãos desses auditores, vocês vão ficar surpresos com o resultado.

O SR. LAERTE GOMES – Ativa, o valor da dívida ativa, você tem?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Dívida ativa, a dívida ativa fica com a PGE, porque a PGE é que ajuíza. Mas se não me engano está em torno de R\$ 4 bilhões.

O SR. LAERTE GOMES – Está sendo judicializada?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Está sendo judicializada, nós investimos agora na PGE, R\$ 8 milhões no PJE, no Processo Eletrônico em equipamentos de ponta para eles poderem ter agilidade na cobrança. Já estão fazendo protestos, esses débitos estão todos protestados, estão com processos de cobrança sendo ajuizados.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir, Presidente. A transposição, quanto já está sendo feito de economia na folha do Estado? Vocês têm esses dados?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Administrativamente, até agora só foram 400, deve dar aí uns 6, eu tinha que pegar lá com o pessoal da Folha isso aí...

O SR. LAERTE GOMES – Passa do que, dos R\$ 50 milhões ao ano?

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Não, dos que foram transpostos não, não, não. A economia estimada lá pela SEGEF, pelo pessoal lá da Folha, vai ser entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões/mês, mas quando todos forem transpostos.

O SR. LAERTE GOMES – Satisfeito, Presidente.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Isenção a incentivos. Nós temos sim um programa de incentivo tributário para a indústria, a indústria de Rondônia, a indústria, não é para frigorífico.

Eu estou esperando vocês chamarem a gente na Casa para discutir incentivo. Agora, a regra vale para todos. Nós estamos dizendo que vai aumentar tributo e nós vamos onerar o consumidor final, a desincentivação, a regra vale, é a mesma.

O SR. LAERTE GOMES – Mas você pode ter certeza, Wagner, que eles não repassam isso lá na ponta, você pode ter certeza disso, que é só você ir aos Estados que você vê os preços das mercadorias.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Nós podemos melhorar o sistema.

O SR. LAERTE GOMES – Na verdade, essas empresas estão é se beneficiando disso. Eu não sou contra o incentivo. Agora, eu acho que deveria ser revisto neste momento de crise, diminuir.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Concordo. Agora, nós temos que ter cuidado, fazer uma discussão madura e séria para nós não perdermos a indústria para o Estado vizinho, que o Mato Grosso tem um programa de incentivo fiscal muito arrojado e muito...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O senhor respondeu já? Até para, já que nós, para mim, para nós Deputados, eu precisava mais dados. Mas, independente de te ouvir, Wagner, eu quero te agradecer realmente pela tua coragem realmente de vir aqui junto com o Wilson, vir aqui conosco para gente explicar esse tema que é muito...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já vai terminar?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – É porque, na verdade, Deputado, a gente só está falando e não está evoluindo...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas o mais importante era isso, é saber quanto é que o Governo quer arrecadar com esses projetos e o que é que ele vai fazer; qual é o rombo que ele vai cobrir, ou coisa parecida, que não foi dito.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deputado Hermínio, está aqui no Requerimento, a vinda do Wagner aqui era para explicar de uma forma, dar a devida publicidade para a sociedade e para os Deputados.

Quando ao Requerimento, essa sua pergunta já está no Requerimento, já está aqui. Ele vai ter que trazer essas informações que é o processo administrativo que motivou a situação dos dados inerentes à arrecadação, ele vai ter que encaminhar para a gente. Eu vou até encaminhar que ele expeça para a gente esses dados para se juntar nos devidos processos.

Então, a gente ouviu atentamente, que é muita diferença de você falar no papel do que ouvir. Então, a gente vai aguardar, nós iremos aguardar os devidos encaminhamentos quanto aos pedidos que foram feitos aqui. Quais foram os pedidos: cópia do processo, parecer jurídico, tudo, motivação, o que o Deputado Hermínio falou, onde está sendo, que está havendo prejuízo. O Deputado Adelino também falou sobre a questão, fez uma série de perguntas, a questão da CERON, a questão da transposição que foi falada novamente e os incentivos tributários até para vocês falarem de uma forma técnica, BERON, tudo isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Só para lembrar que segunda-feira, às três horas da tarde, com as entidades, já tem uma

reunião marcada para poder fechar, o Governo, o Wagner, o Governo em si ficou para mudar, alterar alguma coisa de referência a esse projeto e ficou para discutir então segunda-feira, às três horas com a FIERO, FAZER e seria bom que os Deputados estivessem presentes também, que eu acho que o Wagner vai poder explicar melhor isso aí.

Então, segunda-feira, três horas da tarde, porque nós temos que votar semana que vem, porque senão entra no recesso, se votar, aprovar ou rejeitar, mas é importante que o Governo, o Wagner dê uma olhadinha nas questões receitas possíveis para poder diminuir, porque de fato o povo não aguenta mais a questão de imposto cada vez mais.

Então, diminuir, aumentar o menos possível porque a gente sabe que tem as dificuldades e ver essa questão do combustível que vai, com esse aumento que deu, tem uma arrecadação maior, a questão do aumento da frota de carro, a transposição, tem várias fontes que estão previstas e cobrar o mau pagador, cobrar o máximo que puder para poder evitar aumentar a carga tributária. Obrigada.

O SR. CLEITON ROQUE – Viu, Deputado Jesuíno, Wagner, Secretário Wagner, só para eu até, eu gostaria, Deputado Jesuíno, o senhor só esclarecesse para os Deputados também que essa questão não é para cobrir rombo nenhum, não. É apenas o Estado se organizando, se preparando para um cenário que nós entendemos que pode ser mais difícil do que foi 2015 para 2016. Então, é o Estado se organizando para não deixar o leite derramar e depois nós tentarmos juntar, então não tem rombo nenhum.

Outra situação que é importante o senhor até explicar para os Deputados. Tem uma matéria aqui na Casa que também trata sobre o ICMS, que só ajuda o Estado de Rondônia, só acrescenta, que é que trata do e-commerce, ou seja, é uma matéria específica que atualmente as pessoas que realizam compram pela internet, compram nos Estados, compram de sites, enfim, de São Paulo, Santa Catarina, enfim, que esse recurso atualmente, esse imposto, esse ICMS, ele fica no Estado onde está sediado, enfim, a empresa.

A partir do momento da aprovação deste Projeto aqui na Casa, em três anos subsequentes, vai fazer com que no final dos três anos todos os recursos fiquem para o Estado comprador. Então, para 2016, 40% deste imposto fica para Rondônia, e os 60% o Estado de origem, onde é realizada a compra; no ano subsequente, 60% Rondônia, e 40% para o Estado de origem, e posteriormente, o último ano, 2018, 2019, 100% do imposto será para o Estado de onde foi realizada a compra.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só gostaria que o Secretário Wagner, respondesse a minha pergunta sobre a fiscalização interestadual, e gostaria que repetisse também a previsão de arrecadação do IPVA e ICMS e o ITCD.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ele vai encaminhar, Deputado, ele falou tudo. Porque ficou aqui o seguinte, que eu entendi, Deputado Marcelino falou R\$ 150 milhões, o Wagner falou R\$ 56 milhões, ainda não tem realmente forma concreta do que realmente está sendo estimado, o que vai ser. Então precisa...

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – O Deputado Marcelino falou R\$ 150 milhões de todos os PL. Quando eu coloquei a previsão de receita aqui, foi de projeto por projeto, se somarmos todos os PL dá um aporte de receita, sim, de R\$ 150 milhões.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas pode ser maior.

O SR. CLEITON ROQUE – Que é uma previsão também, não é Secretário? Não tem como conferir, é previsão.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Depende da economia, da demanda.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora uma pergunta aqui, eu quero saber, está consignado. Quanto à questão do IPVA, a matéria vai continuar ou o Governo, porque o que ficou acordado é que o Governo ia retirar.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Ela está em discussão com a Casa ainda, nós temos mais reuniões.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está bom, então.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O encaminhamento? Questão de Ordem.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS – Em nenhum momento, em nenhum momento, nós falamos em rombo.

Eu gostaria de lembrar que há três ou quatro semanas eu estava apresentando os relatórios de gestão fiscal para a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia. Eu gostaria de lembrar aos senhores que é o primeiro exercício dessa gestão, onde nós vamos virar com restos a pagar de R\$ 48 milhões e com recurso em caixa.

Em 2012, nós perdemos receita por causa da desoneração do IPI, da queda do Governo Federal. Rolamos despesas em 2012, em 2012 nós rolamos R\$ 260 milhões de 2012 para 2013.

Agora em 2013 para 2014, nós rolamos R\$ 160 milhões, dos quais R\$ 120 milhões foram pagos nesse exercício. Vai ser o primeiro ano que nós vamos fechar o exercício com restos a pagar, com endividamento de curto prazo, com recurso em caixa. Agora, o senhor veja bem, é o que eu disse, além de todos os indicadores que nós estamos trabalhando, nós temos um quadro atual e evidente de perda de receita, de recessão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Wagner, todos os Estados e a União estão discutindo aumento de imposto porque têm rombo, é para cobrir rombo. Se o Estado de Rondônia está crescendo e não tem rombo, para que justificar, aumentar os impostos dessa forma? E como eu te falei, tem sim rombo, tem, o problema é que o Governo não fala, porque o Governo nem sabe, o Governo não sabe, ele não sabe quanto vai arrecadar, ele não sabe o que vai fazer com o que vai arrecadar, não sabe. Você não sabe, porque quem fez isso aí foi o Planejamento, e aquele Secretário de Planejamento é incompetente demais. Ele não sabe o que está fazendo, e Deus não vai per-

doar, porque diz: 'Deus perdoa porque ele não sabe o que faz'. Deus não vai perdoar esse tipo que vem subestimado os orçamentos todos os anos. Todos os anos, desde 2012 vem subestimando, dizendo que o Estado vai crescer 20% e repassando para os Poderes, e aumentando o repasse dos Poderes. E agora estão atrás de merreca, porque R\$ 100 milhões para o Estado, para falar a verdade, num orçamento de R\$ 7 bilhões, é uma merreca. Isso vai sair pelo... Isso, se o Estado reduzir esse bando de cargo comissionado que tem e reduzir um monte de contratos aí, que tem aí, de que o Estado nem precisa, principalmente desse negócio de, não é assessoria, não, é o que o filho do Lula fez lá para o cabra da Petrobrás.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Consultoria.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Consultoria, isso é que está o perigo. Essas consultorias são máquinas de roubar os Estados, os municípios, até porque a gente não tem nem como dizer, porque a gente não sabe o quanto que vale a tal da consultoria, lá não tem cimento, não tem areia, não tem ferro, não tem mão de obra de pedreiro ou de servente. É difícil você dizer: não, é tantos milhões uma tal de uma consultoria. E a gente dizer se realmente vale aquilo ou não. Hoje é um canal da roubalheira, são essas consultorias. Inclusive a gente tem que levantar as consultorias que o Estado tem, que com certeza está... Se cortar essas consultorias, talvez cobrisse esses R\$ 100 milhões.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só, Presidente, para, a título de encaminhamento, seria importante se os Parlamentares encaminhassem as perguntas oficialmente para a SEFIN, durante esta semana para que na próxima segunda-feira, quando já está marcada nova reunião, inclusive com as representatividades dos setores, para a gente já ter alguma coisa já mais concreta e resumida, porque senão o tempo vai encurtando e a gente tem avançado muito pouco. Então é importante que os Deputados já façam esse encaminhamento para que a própria SEFIN já traga também essa coisa já depurada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Presidente Maurão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu ia fazer esse encaminhamento. Eu estou aqui na tribuna justamente para fazer isso para até ganhar tempo dos dois Secretários, da equipe do Governo, a equipe da Secretaria de Finanças e nossa. Encaminha, faça o pedido e na segunda-feira nós vamos ter aquela outra reunião e aí nós vamos ter um resumo.

Secretário falou aqui da previsão de orçamento de acrescentar R\$ 150 milhões, é uma previsão. Nós não temos como saber os números reais que vão ter o ano que vem de receita, até porque nós tínhamos uma previsão de crescimento de receita, ela vinha crescendo e nós achávamos que ela não ia cair. Chegou agora no final do ano, fechamos o mês agora, com R\$ 24 milhões de queda.

Então, a Secretaria de Fazenda está certa em ter essa preocupação porque ela tem que arrumar esses recursos para cobrir o furo no orçamento. Senão, daqui a pouco, Secretário, o Deputado Cleiton Roque já tem que começar a cortar o orçamento que veio para cá, que já foi previsto há 90 dias, que foi feito esse orçamento, já começar a cortar porque não vai ter o recurso. Agora há pouco eu recebi no whatsApp aqui uma pessoa lá de São Miguel, me cobrando uma ambulância para o município de São Miguel, porque disse que o município não tem dinheiro para a saúde, que disse que alguns políticos vão lá só pegar o voto, que não leva recurso para lá. E nós, Deputado Laerte, Vossa Excelência que é lá de São Miguel, então nós que somos... E eu tive lá uma votação razoável, sempre fui bem votado e isso agradeço ao município de São Miguel, mas nós colocamos uma ambulância, das 52 ambulâncias que esta Casa economizou, nós colocamos. Só que deram um jeito de tombar e acabar com ela lá. E ontem, anteontem, aconteceu um acidente lá e uma pessoa, teve um acidente e acabou queimando 75%, foi muito grave a queimadura. E com isso o paciente não tinha como sair porque não tinha ambulância e aí causou revolta grande lá na cidade por falta de uma ambulância. E acaba sobrando para nós. E o Governo e esta Casa têm feito muito para ajudar, Deputado Airton, os municípios. Agora, se não tiver recurso e também a Secretaria não tiver essa preocupação de arrumar fonte de arrecadar, quando se fala de 17% para 18%, o aumento, eu sei que a maioria dos Deputados não tem entendido, não tem concordado em votar de 17% para 18%, mas a maioria dos Estados, a grande maioria, Deputado Ezequiel, dos Estados, já é 18%, não 17%. Já é 18% e os outros estão se adequando, porque infelizmente a União está, a cada momento, cortando os recursos. Está caindo a receita dos municípios e está caindo a receita do Estado. Se já caiu até agora, o ano que vem vai cair mais porque se continuar a política que está hoje em Brasília, cassa, não cassa, essa baixa credibilidade da Presidente Dilma, que isso aí só vai piorar. Porque se ela continuar no cargo vai piorar, porque ela não tem mais, hoje, a credibilidade para buscar recurso ou conseguir melhorar a economia do país. Como está a política toda desequilibrada, como está acontecendo hoje isso, e esse período, eu tenho certeza que vai rolar aí até no meio do ano, no mínimo, para decidir, e enquanto isso o país vai ter mais prejuízo, vai perder mais receita e vai refletir aqui no Estado e nos municípios.

Então, eu vejo a preocupação da Secretaria de Fazenda com bons olhos. Eu não concordo integralmente no pacote porque eu vejo a questão do IPVA, não aumenta tanto a receita e vai direto para o pequeno, enquanto você tem que buscar receita, tem que buscar dos grandes. Tem que buscar dos grandes. Hoje à tarde nós vamos estar aqui discutindo, Deputado Jesuíno, eu já estou concluindo. Nós vamos estar aqui com os donos de frigoríficos, nós vamos estar aqui com os pecuaristas discutindo a questão do preço do boi, desses frigoríficos que estão extorquindo o nosso pecuarista e que estão deixando de pagar imposto. E que nós já propomos à Secretaria de Fazenda em baixar a pauta do boi para que, pelo menos, nossos produtores rurais tenham livre negociação do preço do gado, para que tenham concorrência justa no nosso Estado. E nós...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, os frigoríficos... Se nós abrímos a pauta para o gado sair para fora, para prender o gado aqui dentro, se subir, se baixar aí tem a questão de imposto...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Não, nós vamos perder um pouco, mas nós vamos ganhar lá na frente porque aí eles vão ter que entrar... Vai ter que concorrer com um preço justo. Porque 30, 60 dias esvazia, tira um tanto de boi, de bezerro e de vaca daqui do nosso Estado, eles não vão ter gado para comprar, aí eles vão ter que pagar o preço que pagavam antes. Se o boi era R\$ 140 a arroba há 90, 120 dias, a carne não abaixou lá no açougue para o consumidor, a carne não abaixou lá em São Paulo, no Paraná, nos outros Estados, no Mato Grosso não abaixou.

Nós tínhamos o preço mais caro do que o preço da carne do Mato Grosso e hoje nós estamos perdendo para o pior Estado que tinha carne mais barata, que é o Pará. Então, a Casa não vai aceitar esse tipo de cartel de empresários no ramo de frigorífico extorquindo os nossos produtores e tendo incentivo fiscal. Então, a proposta desta Casa, e hoje nós vamos debater e eu peço o apoio aqui de todos os colegas que fiquem hoje nesta Sessão das 17 horas, porque é um tema importante e nós temos que colocar às claras e achar uma saída para o nosso produtor de gado, que o Estado está perdendo diretamente e indiretamente.

Portanto, Secretário Wagner e o nosso Coordenador Wilson que estão aqui dando esse esclarecimento, vocês, eu sei da competência, da dedicação que vocês têm tido na Secretaria de Fazenda e, portanto, esta Casa tem um carinho especial e reconhece o trabalho que vocês vêm fazendo.

Agora, é importante que os Deputados tirem essas dúvidas para que a gente possa votar o projeto com clareza e, portanto, ajudando o nosso Estado e podermos justificar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Presidente, só para, Deputado Maurão, eu acho... Eu acho não, a única certeza que nós temos é que o consumidor vai ter um aumento, a única certeza que nós temos. Os Deputados que se encontrarem presentes já têm a informação, outros já têm a sua opinião quanto à matéria. Eu quero novamente agradecer, Wagner. O Requerimento já foi entregue e todos os documentos que foram solicitados, eu vou, de forma regimental, deve ser respeitado.

Então, enquanto não chegar a esta Casa, aportar a esta Casa as devidas informações, os projetos de lei, seja de caráter de urgência, ou urgentes, estão suspensos. Então fica aqui também essa informação. Eu não retiro meu Requerimento. Não vou retirar meu Requerimento porque para mim o Estado de Rondônia está apenas, até o presente momento defendendo, nunca fui e não vou ser de forma alguma inconsequente e irresponsável com o povo de Rondônia, mas é inaceitável, apenas com estimativa, estimável, estimável, estimável, que aumentamos tributos da forma que está sendo aumentado. Não tem justificativa até o presente momento. Não me satisfaz, eu falo para mim, Deputado Jesuíno Boabaid, não me satisfaz até o presente momento essas devidas informações. Os Estados que o senhor elencou aqui, eu vou dar exemplo, Rio Grande do Sul, 18%, crise. Rio de Janeiro, crise. A maioria está em crise e não teve nenhuma segurança que esta majoração de imposto garantiu qualquer previsão para salvar os Estados. Não é. Concordo com o senhor quando o senhor fala a questão da insegurança política que o Estado vive. A Presidente Dilma hoje, sim, deveria renunciar, mas não é o fato da Presidente, é a questão política, é insustentável a manutenção do seu cargo

hoje perante o Congresso. Isso é fato. Redução de impostos, é lógico que vai ter a majoração de impostos, porque não vai ter mais a questão dos repasses. Isso já é noticiado. Isso sim deve ser alertado para a sociedade, SUS, aí vem saúde, educação, tudo vai ser uma contenção para o ano que vem do Governo Federal. Mas o Estado de Rondônia é diferente.

Então, peço para o senhor, Secretário, a paciência que o senhor teve, a discussão que houve aqui, o respeito que eu acho que tem esta Casa com o senhor, independente de qualquer bandeira partidária. O que nós estamos discutindo hoje e que vem se discutindo são esses aumentos de impostos, é a questão de que não é justificável neste presente momento. Para o ano que vem, aí é outra discussão, quando realmente chegar a crise e instalar. Agora, essa arrecadação de R\$ 26 milhões eu posso lhe aportar também, informar que o senhor bem sabe que nós tivemos a questão da suspensão das usinas termoelétricas que era mensal R\$ 26 milhões. Foi noticiado agora que retornou, não tivemos prejuízo.

Então, era isso que eu queria falar, até para finalizar a minha fala, fazer as considerações finais, que se manifestar, dizer que os devidos ofícios, quem quiser manifestar pode informar, mas os meus Requerimentos que estão deferidos, estão e devem ser, os três projetos de lei, que eram vários projetos, mas foi aprovado, enquanto não vier, está suspenso o projeto. Se o Presidente quiser insistir, aí ele está passando até, inclusive pelo próprio Regimento Interno e a gente não vai poder aceitar essa quebra regimental. A gente tem que, o que eu sempre digo, a Constituição tem que ser respeitada, a Constituição Estadual e nosso Regimento. Isso deve ser aqui elencado.

E hoje, nesta tarde, eu esperava mais. Não esperava lhe crucificar e também não vou lhe crucificar, porque, senhor Secretário, aqui era para estar todo o staff do Secretariado, todos aqui sentadinhos aqui falando sobre cada pasta, esse é o papel desta Casa.

Não adianta a gente também ficar aqui preocupado com o almoço também não. Não adianta a gente ficar aqui preocupado com horário, não, se isso aqui elencar até uma, duas horas o que importa e sairmos daqui com as nossas opiniões formadas, para amanhã ou depois o Deputado que votou contra, falar: você poderia ter votado contra e hoje o Estado está passando por isso. E aquele que votou a favor... Então esse é o papel do Parlamento estadual.

Era isso que tinha para falar. Então, as suas considerações.

O SR. WAGNER GARCIA DE FREITAS - Gostaria de encerrar agradecendo a oportunidade. Se pergunta muito o quê é que vamos fazer com esse recurso.

Gostaria de lembrar que aqui nesta Casa está o anteprojeto de lei orçamentária. Após a apreciação de Vossas Excelências os recursos vão ser aplicados no que for decidido aqui nesta Casa. O Estado não tem liberdade para aplicar onde quer e da forma como quer.

Agora um fato que eu gostaria de deixar bem claro, e o Deputado Hermínio falou que não quer saber da situação dos outros Estados, o Rio Grande do Sul está numa situação difícil. Eu não posso ser presunçoso de achar que eu sou melhor do que o Rio Grande do Sul. O Distrito Federal está atrasando folha. Minas Gerais vai atrasar folha, Goiás está com proble-

mas de custeio. Alagoas entrou pegando dinheiro do depósito judicial e fundo previdenciário. Eu tenho pelo menos oito Estados da Federação que vão atrasar a folha este ano. A situação é grave e exige medidas hoje. O ano que vem não adianta mais, até porque, Deputado Jesuíno, já saiu daqui majoração de tributos e aumento de carga tributária, respeitados dois princípios: o da anualidade e da nonagesimal. Se não for aprovado até 31 de dezembro só pode valer para 2017. A situação é grave, a proposta é séria porque esse quadro de desaceleração da economia, de retrocesso da economia chegou a Rondônia e nós não vamos sair dele tão cedo. Obrigado, Presidente, obrigado a todos.

(Às 12h37min o Sr. Jesuíno Boabaid passa a presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Wagner; obrigado, Dr. Wilson. Agradecer a todos aqui, a todos os Deputados.

Só complementando aqui a nossa fala, Deputado Jesuíno falou que se nós, que não põe o projeto sem deixar de cumprir o Regimento. Nós vamos cumprir o Regimento e o Secretário com certeza até segunda-feira tem tempo hábil para responder por escrito a pergunta do Deputado Jesuíno. Não precisa perguntar, oficializar, não é, doutor Wilson? Então, os Deputados que queiram oficializar, tem a pergunta, oficializa hoje para que até segunda-feira nós tenhamos a resposta, eles têm que ter prazo também para responder e na segunda, às 15:00 horas, nós vamos discutir. Cada Deputado já fez a solicitação para a assessoria mandar os pedidos, encaminhe à Secretaria de Fazenda. E aí encaminha hoje porque senão não dá tempo também. Como já explicado aqui o prazo já esta vencendo, nós temos terça-feira a última Sessão nossa, depois tem que ser Sessão Extraordinária, alguns Deputados já se programaram para viajar, mas eu penso que até o dia 18, dia 20 se tem algum projeto de urgência nós vamos votar, Secretário. Mas é importante que cada Deputado que tem as suas dúvidas que oficialize para que na segunda-feira nós finalizemos e cheguemos num meio termo para que a gente possa definir essa votação desse projeto.

Obrigado, Secretário Wagner, mais uma vez, obrigado, Secretário Wilson, por estar aqui sendo ouvido a convite dos Deputados, encaminhado por esta Casa.

E daqui a pouco nós vamos encerrar esta Sessão e vamos iniciar uma nova Sessão, mas daqui uns 30 minutos, nós estamos dentro da Comissão Geral e vamos voltar para a Sessão.

Neste momento declaro encerrada a Comissão Geral, e dentro de alguns minutos, num prazo aí de 30 minutos no máximo nós retornamos aos trabalhos da Sessão Ordinária.

Está encerrada a Comissão Geral e está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 12 horas e 39 minutos, e reabre-se às 13 horas e 22 minutos)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos dar continuidade à Sessão. Declaro reaberta a Sessão Ordinária. Passamos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) - Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Dr. Celso Ceccatto.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Dr. Hélio Struthos Arouca.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Dr. Júlio Pérez Antelo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 11 de dezembro de 2015, às 09:00 horas, para o dia 26 de fevereiro de 2016, às 09:00, com a finalidade de discutir e analisar 'A Realização do Termo Circunstanciado no âmbito do Estado de Rondônia'.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para o 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia pelos seus 33 anos de serviços prestados de policiamento ostensivo e preventivo à sociedade portovelhense.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Vida, localizada no município de Ji-Paraná.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Ten. Cel. PM Paulo Sérgio Gomes Sityá.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Soldado da Polícia Militar do Estado de Rondônia Alysso Cristiano de Souza.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 10 de março de 2016, às 15:00 horas, no Plenário das Deliberações desta Casa de Leis, com o objetivo de debater sobre a atual situação dos servidores da saúde do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no município de Guajará-Mirim, a ser realizada no dia 04 de março de 2016, às 15:00 horas, com o objetivo de debater sobre a atual situação da saúde em Guajará-Mirim e região.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com finalidade de apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MOARES. Requer à Mesa na forma regimental seja oficializada ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Superintendência Estadual de Gestão Pessoas - SEGEP, que atenda os compromissos outrora firmados com os seguintes sindicatos: SINDSAÚDE, SINJUR, SINGEPERON, SINTERO, SINSEPOL, SINTRAER, e envie a esta augusta Casa de leis a mensagem que atenda as devidas demandas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 232, de 13 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar por anulação para atender despesas correntes de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, amortização de dívida e outras despesas correntes.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange a Mensagem 239, de 17 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia ao município de Ouro Preto do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 240, de 17 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia ao município de Alvorada do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 241, de 17 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 242, de novembro de 2015, que dispõe sobre o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia para município de Pimenta Bueno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 244, de 17 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia para o município Jaru.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 245, de 17 de novembro de 2015, que dispõe o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificação pertencente ao Estado de Rondônia para o município Novo Horizonte do Oeste.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora seja solicitada ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos no que tange à Mensagem 252, de 20 de novembro de 2015, do projeto de lei, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Poder Executivo cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 264, de 24 de novembro de 2015, que dispõe o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia para o município de Alta Floresta d'Oeste.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora, apoio logístico à Comissão de Segurança Pública, na fiscalização "in loco" nos Quartéis, Bases de Polícia, Unidades Provisórias de Menor Infrator, Delegacias de Polícia, no âmbito do Estado de Rondônia.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, informações atualizadas sobre os Repasses Mensais que são realizados por este Poder Executivo, relativo aos exercícios 2014 e 2015 a todos os municípios pertencentes ao Estado de Rondônia no que tange o "ICMS Ecológico".

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Coronel Delner Freire – Gerente da Folha de Pagamento do Estado de Rondônia, cópia na íntegra da relação dos nomes dos servidores que têm processos Administrativos com pedidos indeferidos sobre: Abono Permanência, Pecúnia e Quinquênio, e a relação dos emergenciais demitidos com as verbas rescisórias ainda a perceber, com data de entrada e saída dos pedidos.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS e Secretária de Estado de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC sobre a necessidade de se fazer uma força-tarefa para retirada de documentos de identidade no município de Buritis/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO.** Indica a reconstrução de Ponte na Rodovia Estadual 010, que liga os municípios de Novo Horizonte do Oeste e Alta Floresta d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO.** Indica a necessidade de construção de um quartel da Polícia Militar no Distrito de Jacinópolis, no município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DOS DEPUTADOS LAERTE GOMES E MAURÃO DE CARVALHO.** Indica a necessidade da substituição das pontes de madeira da área rural por pontes de concreto e tubos de *Armcos*, no município de Cacoal.

- **INDICAÇÃO DOS DEPUTADOS LAERTE GOMES E MAURÃO DE CARVALHO.** Indica a necessidade da construção de duas pontes, uma no travessão da Linha Oitava para Linha T-7 e outra na Linha T-7, ambas na zona rural, no município de Alvorada d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade de encaminhar a esta Casa, Projeto de Lei que trata do "Mês Julho Amarelo", nos termos da Minuta em anexo, para que o referido projeto seja incluído no Calendário Oficial do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade do retorno das Cirurgias Ortopédicas em Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, que determine através do DER a recuperação e recapeamento asfáltico da Rodovia 370, no trecho compreendido entre os municípios de Colorado do Oeste a Cabixi.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia a estadualização da linha Mini Eixo do município de Colorado do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia a estadualização da Linha Zero Eixo do Município de Colorado do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia a estadualização da Linha 2º Eixo do Município de Colorado do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia determinar à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN a elaboração de estudo e encaminhar Projeto de Lei a fim de estender os benefícios de isenção fiscal de IPVA aos portadores de necessidades especiais com deficiência neurológica, mental, paralisia cerebral, Síndrome de Down, autismo e outras, conforme já atendidos por analogia à legislação do ICMS.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de transformar em Rodovia Estadual a Linha 150, localizada no Município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC a necessidade de um profissional que atue na área de perícia criminal para atender o Município de Jarú.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e à Secretaria Estadual de Saúde – SESAU a necessidade de retornar as cirurgias ortopédicas no Hospital Regional no Município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia que determine através do DER a recuperação da ponte sobre o rio São Miguel do Guaporé, setor Primavera, que liga o município de Seringueiras ao município de São Miguel do Guaporé.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS sobre a necessidade de construir duas salas de aula na Casa de Detenção de Cacoal/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Av. Calama, entre as ruas Rio Cautário e Humaitá, no Bairro Planalto, do município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Pedro Inácio Costa, entre Avenida Mamoré e a Rua José Amador dos Reis, no Bairro Juscelino Kubitschek, do município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Vítor de Abreu, entre Avenida Mamoré e a Rua Jaqueline Ferri, no Bairro Juscelino Kubitschek, do município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Luiz Gama, entre Avenidas Mamoré e José Amador dos Reis, no Bairro Juscelino Kubitschek, do município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Cláudio Costa, entre Avenidas Mamoré e José Amador dos Reis, no Bairro Juscelino Kubitschek, do município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia – DER, a recuperação e reabertura da estrada em 35 Km, bem como colocar bueiros com tubos Armicos, que liga o município de Alto Paraíso e Distrito de Rio Pardo/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Aires Moura a necessidade de instalação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros Militar no município de Presidente Médici/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Aires Moura a necessidade de reforma da Delegacia de Polícia Civil no município de Presidente Médici/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine as medidas necessárias para providências de encascalhamento da Rua Vicente Fontoura, Bairro São Francisco, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine as medidas necessárias para providências de encascalhamento da Rua Anchieta, Bairro São Francisco, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine as medidas necessárias para providências de encascalhamento da Rua Felipe Camarão, Bairro Mariana, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a possibilidade em elaborar, com urgência, o Georreferenciamento da Área da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, nos termos do acordo realizado entre a Secretaria do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e a Superintendência do Patrimônio da União, neste Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Solicito o Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas. Chegou matéria?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Sim, Presidente.

- **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no município de Guajará-Mirim, a ser realizada no dia 04 de março de 2016, às 15:00 horas, com objetivo de debater sobre a atual situação da “Saúde” em Guajará-Mirim e região.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Em discussão única. Não havendo Deputados para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 10 de março de 2016, às 15:00 horas, no Plenário das Deliberações desta Casa de Leis, com objetivo de debater sobre a atual situação dos Servidores da Saúde do Estado de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Requerimento da Comissão de Saúde. Requerimento em discussão. Requerimento em votação. Os Deputados que são a favor permanecem como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com a finalidade de apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID. Requer Voto de Louvor para o Primeiro Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelos seus 33 anos de serviços prestados de policiamento ostensivo e preventivo a sociedade portovelhense.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 11 de dezembro de 2015, às 09:00 horas, para o dia 26 de fevereiro de 2016, às 09:00 horas, com a finalidade de discutir e analisar a realização do Termo Circunstanciado no âmbito do Estado de Rondônia. Na verdade, eu quero que seja retificado, “no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Vamos convidar agora todos os Deputados, que agora precisamos da maioria dos Deputados em Plenário. Precisamos de todos os Deputados em Plenário, 13 Deputados, no mínimo.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – Presidente, eu peço que faça a verificação de quórum.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Procedo, portanto, nos termos do Regimento verificação de quórum. Peço aos Senhores Deputados que registrem as presenças.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Convidar os Deputados que estão nos gabinetes e na Assembleia Legislativa que neste momento está acontecendo verificação de quórum, precisamos da presença de Vossas Excelências.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Peço aos Senhores Deputados que registrem as presenças.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airtton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- presente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- presente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Uma sugestão aqui para a gente evitar interromper as Sessões, na terça-feira. Acho que nós temos que dar prioridade na terça-feira, fazer Sessão Solene, deixar para poder votar as matérias. E terça-feira é o único dia que nós votamos de fato aqui, porque foi interrompido agora cedo. Evitar os colegas para não interromper, para a gente aproveitar melhor.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Mas terça foi ontem, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, por isso que foi interrompido hoje com a Comissão Geral, que seja dado prioridade de votar as matérias que estão na Casa, na terça-feira. Uma sugestão para os colegas, nós já poderíamos ter votado as matérias todas hoje cedo.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, Deputado Adelino, comunicar a Eletrobras também, comunicar não, exigir que não falte energia aqui no horário da Sessão Ordinária, dois dias, o trabalho ficou comprometido.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Duas terças-feiras seguidas.

O SR. AIRTON GURGACZ – Presidente, eu estava na Presidência da Sessão ontem e acabou a energia elétrica, e por isso esperamos até as 18:00 horas hora e não veio a energia. Fomos embora e cancelou. Mas não é má vontade dos Deputados, não. Nós estávamos todos prontos para votar, o motor está quebrado, não aquece a força, não tem recurso na Casa, e o motor está muito antigo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tendo quórum legal, vamos dar continuidade aos trabalhos.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias do dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – VETO TOTAL 039/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 216. Veto Total ao Projeto de Lei 098/15 de autoria do Deputado Dr. Neidson, que “Dispõe sobre o transporte inter-hospitalar e intermunicipal de pacientes graves e com risco de morte no Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Projeto de Lei do Executivo, Veto Total 039/15, está sem parecer.

Solicito ao Deputado Adelino, membro da Comissão dar o parecer para nós.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 216, do Poder Executivo, Veto Total 039/15. Veto Total ao Projeto de Lei 098/15 de autoria do Deputado Dr. Neidson, que “Dispõe sobre o transporte inter-hospitalar e intermunicipal de pacientes graves e com risco de morte no Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O parecer que nós demos é pela rejeição do Veto, tendo em vista que o Deputado Dr. Neidson fez o projeto, com certeza, tentando ajudar a população. E nós somos de parecer favorável, senhor Presidente.

Somos pela rejeição do Veto, pelas Comissões pertinentes.

O SR. DR. NEIDSON – Eu peço que derrube o Veto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer pela rejeição do Veto. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Para discutir, Deputado Doutor Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – O Projeto se trata, Deputado Lazinho, obrigando aí os municípios do interior a encaminhar, junto a pacientes graves e com risco de morte, para esta capital ou para outro hospital de referência, que esteja uma equipe médica de enfermagem habilitada para poder acompanhar esses pacientes. Isso foi feito porque quando eu trabalhava no Hospital João Paulo II, no Pronto Socorro, muitos pacientes já chegavam em óbito, já chegavam ali falecidos e não tinha nem como eles serem atendidos porque já chegavam em óbito lá. E a gente via aí as Secretarias Municipais de Saúde que não davam a devida assistência para essas pessoas. Ou estabiliza no município e se for encaminhar, que encaminhe com uma equipe preparada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu só vejo uma preocupação, é lógico que pessoa que pode falar de saúde aqui, com conhecimento, Deputado Doutor Neidson, respeito muito isso, reconheço. Mas há uma preocupação, Deputado Doutor Neidson, em relação a esse projeto, é exatamente que há pequenos municípios no Estado de Rondônia e que muitas vezes não têm nem sequer um médico na cidade. Acontece de não ter médico na cidade. Há poucos dias, nós vimos aqui noticiado que o município de Costa Marques, que não é um dos pequenos municípios de Rondônia, é um município médio do Estado, não tinha nenhum médico. E o que é que vai gerar essa questão? O Secretário de Saúde ou o Prefeito, quem for que seja a pessoa responsável para liberar um paciente, se eles não estiverem enquadrados dentro dessa Lei que é obrigatoriamente necessário se colocar uma equipe médica para acompanhar o paciente, ele não vai mandar, aí a gente fica entre a cruz e a espada. Daqui a pouco acaba, o paciente acaba morrendo lá na cidade exatamente porque não tem um médico para sair da cidade, ou a equipe médica para acompanhar esse paciente. Então eu... É só essa questão que eu tenho um pouco de dúvida. Eu acho que até o Deputado Follador, já foi Prefeito...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que neste caso ele vai ficar melhor assistido lá no hospital do que mandar dentro do carro, se ele não tiver condições.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas isso é um caso...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Isso é dentro dos casos graves. Está citando os casos graves que precisam de acompanhante. Então, se não tiver o médico, o enfermeiro para mandar, é melhor esperar lá e tentar fazer o que puder para fazer lá.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas se não tiver...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agora, colocar dentro do carro para morrer na estrada, é isso que ele está citando. Eu acho que ele está certo. Nós discutimos na Comissão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Só informando os Deputados que a discussão é o parecer, por enquanto. O resto nós discutimos depois. Já estão discutindo o Veto.

O SR. DR. NEIDSON – Só para...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos colocar em votação o parecer, então. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão os contrários se manifestem.

Aprovado.

Agora sim, em discussão o Veto. Deputado Doutor Neidson, por favor.

O SR. DR. NEIDSON – Só para esclarecer, já tem no projeto que municípios que não tenham essa equipe, não tem nenhum médico lá, pelo menos, um enfermeiro, não vai se aplicar essa lei.

Então já está esclarecido e vou pedir a sua rejeição pelo Veto, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – No projeto já vem dizendo que não tem. No caso do transporte aéreo, que também hoje, o próprio Governo do Estado faz através do Corpo de Bombeiros, também é obrigatório de se ter um transporte. Já aconteceu assim, eles têm o médico, têm a equipe, mas já aconteceu, por exemplo, na cidade de Vilhena, de eu buscar um apoio aéreo para o transporte de um paciente e na época não tinha nenhum médico, naquele momento, que pudesse vir. Então seria importante, Deputado Dr. Neidson, nessa questão também, assegurar, já está no projeto?

O SR. DR. NEIDSON – Já tem aí transporte aéreo, aquaviário, terrestre e o Governo do Estado...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Por isso que é importante a gente falar com quem tem conhecimento de causa, como o Deputado Dr. Neidson. Então, vamos acompanhar o parecer do nosso nobre Relator.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Em votação nominal, votação única. O painel está aberto. Podem votar.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Ailton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente

- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

**Com 14 votos contra, o Veto foi rejeitado.
Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – VETO TOTAL N° 040/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 246. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar n° 037/15, de autoria da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que “revogam-se os artigos 6°, 8° e 10 da Lei Complementar n° 714, de 17 de maio de 2013, que institui a Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - POLECOOP e dá outras providências”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – O Projeto está com parecer para rejeição. Porém, esse projeto, eu gostaria de justificar aqui, explicar.

Esse projeto foi encaminhado pela Comissão de Agropecuária, um projeto que trata de uma lei criada o ano passado ou o ano retrasado, não me lembro bem, com relação às cooperativas do Estado.

Hoje, uma cooperativa, segundo a Lei de 1971, toda cooperativa criada teria ou tem que ser filiada à OCB para conseguir seu registro. Na Constituição, dá livre arbítrio para se filiar ou não. E nós encaminhamos o projeto no entendimento de que o Governo iria manter a legislação, alterar a legislação porque ela é inconstitucional. Você não obriga ninguém a se filiar a nada, não é isso? Então, nós, ainda essa semana, ontem, em conversa com o Governador, em conversa com o Procurador Chefe, Helder, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Juraci, Procurador Geral.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Isso. Ficou acordado de nós mantermos o Veto e no começo do ano agora, a gente, junto ao Governo, o Governo encaminhar para nós o projeto de lei, assim como foi feito num outro que foi vetado.

Então, tem um acordo feito conosco de a gente manter o Veto, que eles não tinham um entendimento claro ou não quiseram entender claramente, da gente, no começo, no mês de fevereiro já entrar com um projeto de lei definitivo. Então, embora o parecer aqui seja pela rejeição, eu não tive tempo de fazer essa justificativa na Comissão, porque nós fechamos ontem o acordo. Ok?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, esse compromisso...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu quero pedir aos senhores Deputados que votem ‘sim’, pela manutenção do Veto. Em votação única. Em discussão. Deputado Adelino, ainda?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que a Casa Civil fez vários compromissos e não cumpriu, Deputado Lazinho. Eu acho que a democracia era nós votarmos e depois se ele quiser entrar com ADIN, mas já fica garantido isso. É a democracia, eu acho que é dada liberdade, a meu ver eu acho que isso aí não afeta nada o Governo, ele não vai entrar com ADIN, a meu ver, e se nós esperarmos vir outro de lá para cá, não vai vir nunca. Eu, no meu ver, acho que nós temos que derrubar o Veto, isso não traz prejuízo nenhum para ninguém. Só nós estamos dando liberdade para as cooperativas escolherem para se filiarem onde eles quiserem. A meu ver, eu acho que nós temos que acatar. Eu acho que o Estado não tem motivo de vetar isso aí, não é vício de iniciativa nenhum. Isso não é uma prerrogativa nossa. Nós não podemos abrir mão de uma prerrogativa nossa, nós não podemos abrir mão de uma prerrogativa nossa, é uma opinião desta Assembleia de dar liberdade. Então, a meu ver, eu acho que nós temos que derrubar o Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está em discussão, Presidente? Questão de Ordem?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu quero dizer que o Deputado Adelino Follador está plenamente correto. Eu quero deixar aqui uma crítica quanto à Procuradoria do Estado. A matéria, quando é constitucional, ela não pode, como bem disse o Deputado Adelino Follador, esta Casa está abrindo mão de dispositivo, está se revogando algo que a própria Carta Constituinte de 1988 deixa claro: ninguém está obrigado a se associar. Aí, agora o Parlamento vai abrir mão em comum acordo com o Executivo para mandar Projeto de Lei? Isso que é inconstitucionalidade! Por que é que nós vamos abrir mão do nosso direito para o Estado manter? Então, Deputado Lazinho, eu sei que eles têm até boa intenção, mas neste momento o Governo vetou e cabe a esta Casa rejeitar o Veto porque eu vou até pagar para ver agora o Estado entrar com uma ação de inconstitucionalidade. Porque não está onerando o Estado, não está criando cargo, apenas está suprimindo dispositivo que está infringindo a própria Constituição.

Então é isso que a gente tem que, o certo neste exato momento, eu vou votar pelo 'não', eu não vou abrir mão do direito desta Casa. Então o direito da gente é rejeitar o Veto e não se discute mais esta matéria hoje, isso que é fato.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu coloquei aquilo que eu já fiz em outras matérias e a gente conseguiu junto ao Governo, porém esta Casa tem toda a autonomia, que não é inconstitucional, é claro! E que não é vício de iniciativa, também não é, porque não está gerindo sobre o Governo, é sobre o 3º setor.

Deputado Cleiton Roque para discutir.

O SR. CLEITON ROQUE – Vossa Excelência é o Presidente da Comissão de Agricultura nesta Casa, Vossa Excelência também sabe que tudo aquilo que o Executivo tem tratado nessa questão ele tem cumprido.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, nem sempre. Tem dois que ficou para voltar e até hoje não voltou, um é a questão do ICMS dos municípios, a questão do Deputado Laerte também que foi combinado lá, também não veio. Dois projetos que ainda não vieram pela Comissão de Agricultura.

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Adelino, a questão do ICMS é porque foi encaminhada a minuta para a FACER, para a destituição dos CDLS e eles não voltaram ainda com o documento, não encaminharam a resposta para ver se aquela minuta estava suficiente. O que é que a SEFIN pediu para nós? Mandamos sem o ok deles ou esperamos eles? Foi a semana, tem uns 15 dias que foi feita essa consulta aqui, eu falei: 'oficializa eles novamente dando um prazo de mais 3, 4 dias para eles fazerem'. Então, na realidade houve atraso também por parte da outra parte que deveria ter se posicionado sobre a matéria.

Com relação à SEDAM, Deputado Laerte, tem aqui a matéria para ser, que se trata daquele encaminhamento que Vossa Excelência fez referente à isenção aos municípios e a matéria está aqui. Foi feito, derrubado o Veto e a matéria está aqui e Vossa Excelência sabe. Inclusive, assim que a matéria foi protocolada aqui, eu procurei Vossa Excelência e falei, 'dá uma olhada e veja se é aquilo que atende Vossa Excelência'.

Então, assim, o que tem se tratado tem sido cumprido, naturalmente que perfeito não é. Agora se entende que tem que derrubar o Veto. Eu...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu, como é uma, Deputado Hermínio, só para encaminhar aqui, como é uma proposição que nós fizemos na Comissão de Agropecuária, eu gostaria de ouvir a opinião do Deputado Marcelino Tenório e do Deputado Laerte. Como é uma proposição da Comissão de Agropecuária e a conversa que eu fiz com o Governo foi a que eu passei agora, porém nós temos a prerrogativa de derrubar o Veto, e a minha posição é de manter o que nós combinamos. Porém o Deputado Adelino Follador é contra manter o Veto, então eu gostaria de saber dos Deputados da Comissão de Agropecuária, que é uma proposição nossa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A orientação da minoria, Deputado Hermínio, é pelo 'não', para rejeição.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Aberta a votação. Os Deputados favoráveis ao Veto, votam 'Sim', os contrários votam 'Não'.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhores pares, uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Nós vamos encaminhar pela manutenção do Veto, até porque foi uma propositura do Executivo que Vossa Excelência buscou e como nós já estamos fechando o ano, então no início do ano podemos reapresentar essa

propositura já discutida, ampliada dentro daquilo que o Governo vetou e os ajustes dentro da proposta que foi feita pelo Parlamentar. Então, o nosso encaminhamento é pela manutenção do Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAI D - Mas o Veto, Deputado Luizinho Goebel, novamente, é discutir algo, a gente rejeita o Veto e no início de fevereiro ele manda Mensagem.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Questão de Ordem, Presidente. Este projeto é de autoria de quem?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - É da Comissão de Agropecuária.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Comissão de Agropecuária do Executivo?

O SR. ADELINO FOLLADOR - É da Casa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Da Assembleia, Comissão de Agropecuária da Assembleia.

O SR. HERMÍNIO COELHO - O Governo vetou alegando o quê? Inconstitucionalidade?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vetou alegando inconstitucionalidade e vício de iniciativa, nem uma coisa e nem outra existe, porém eu fiz um acordo, eu fiz um acordo com o Governo de 'mantenha o Veto e a gente volta com o projeto vindo do Governo'.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Tu fez o acordo? Fez esse tipo de acordo?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu conversei com o Governo solicitando que o Governo, a Mensagem do Veto é...

O SR. JESUÍNO BOABAI D - A Mensagem é do Veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Projeto é da Assembleia, não é do Executivo, não. Não tem inconstitucionalidade, não. Isso aqui é uma prerrogativa nossa e nós não podemos abrir mão das nossas prerrogativas para o Governo. Não está gerando despesa, só estamos alterando uma lei que nós mesmos criamos no passado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Deputado Lazinho, Vossa Excelência é o autor do projeto e está votando a favor e contra o teu projeto?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu estou votando pelo que eu acordei com o Governo. Agora, o voto está livre, eu votei pelo que acordei com o Governo.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Aí a Assembleia perdeu tempo, papel, um monte de coisa de graça.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Pode votar contra, nobre Deputado. Vossa Excelência está correto, se não conseguir derrubar, o Veto está valendo e ele vai ter que entrar com ADIN e pronto, não é?

Em votação. Quem é a favor pela manutenção do veto vota 'sim', que é contra vota 'não'.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Eu e o Deputado Hermínio estamos acompanhando aqui o voto do autor do projeto, não é, Deputado Hermínio?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 10 votos a 07, manteve o Veto.

O Veto está mantido. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Secretário ad hoc) - VETO TOTAL 042/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 248. Veto Total ao Projeto de Lei nº 149/15 de autoria do Poder Executivo que 'Dá nova redação a dispositivos da Lei 2.447, de 08 de abril de 2011, Lei nº 2.635, de 22 de novembro de 2011 e Lei nº 2.658, de 20 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Esse projeto é da SOPH.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - O projeto Se encontra com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do Veto. Votação única, nominal. Em discussão.

O SR. SAULO MOREIRA - Só para esclarecer aos companheiros Deputados, Senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Sim, Senhor Deputado.

O SR. SAULO MOREIRA - Este Projeto é de iniciativa do Executivo em relação ao Porto. Aí, este projeto foi para a Comissão, eu sou relator da matéria, fiz um projeto substitutivo só para corrigir os erros formais e materiais que existem no projeto. O Sr. Leudo Buritis, que representa o Porto, esteve na Comissão dando explicações, não onera em nada os cofres do Governo a questão da matéria e o Governo vetou o Substitutivo alegando que era vício de iniciativa, aí o parecer foi pela rejeição do Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Quais alegações?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Foi só correção de texto e até combinado com o responsável do Porto.

É por isso que eu digo, o Governo nem olha, é tudo vício de iniciativa. Então, acho que eles teriam que ter mais consideração pela Assembleia e olhar com mais carinho para ver. Eles estão vetando tudo, essa que nós votamos antes aí é uma prerrogativa nossa, não pode, pode procurar, pode chamar todos os legisladores que tem aí, todo o setor jurídico, não existe inconstitucionalidade. É uma falta de respeito do Executivo, que precisa respeitar o Legislativo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Para discutir ainda o Deputado Herminio.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Primeiro, mas por quê? Aqui a única coisa que o Deputado faz que não é vício de iniciativa ou inconstitucional é dizer amém ao Governador, ao Governo.

Votando "sim" a favor do Governo em tudo, aí você está cumprindo a legislação, está beleza, agora, qualquer coisa...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Nós estamos ajudando ele, só corrigindo um texto.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Agora, Deputado Adelino, o Governo não respeita a Assembleia porque nós não fizemos por onde ele respeitar a Assembleia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ok. Para encaminhamento.

Nós estamos discutindo o Veto. O Parecer já está aprovado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Encaminhar pela manutenção do Veto também, até porque se o Executivo encaminhou e solicitou, empresta o Projeto aí...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu acho que o Deputado Luizinho está certo, já que eles querem errado o Executivo, nós estamos ajudando ele, se nós acatarmos...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, é o que eu acho, o meu entendimento eles encaminharam o Projeto...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Exato.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Se mandaram errado, automaticamente eles vão chegar, vão colocar as pessoas no devido lugar, não vai dar certo e está encerrando o ano, no início do ano o Governo conserta e manda de novo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu acho que é bom, é bom acatar o Veto e deixar ele se arrumar depois, eu acho que é melhor mesmo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ok.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Presidente, só para terminar...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Correção de texto, não tem nada que ver.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não, mas eu acho que...

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Deputado Saulo que é o autor da correção, eu acho que está certo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ainda para discutir o Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado Adelino, eu não comungo com o Executivo errar e a gente ter que ficar consertando erro não.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Não, mas eles vão ter que mandar outro Projeto para consertar depois, eles vão ter que mandar.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Se mandar, se mandar, e se a intenção é ficar errado?

Então, eu particularmente acho que o Executivo está fazendo aquilo que Vossa Excelência falou, desrespeitando o Legislativo, achando que nós não temos técnica nenhuma.

Então, eu vou votar contra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Em regime de votação. Votação nominal única. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- não

- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

**Com 13 votos 'não', está rejeitado o Veto.
A matéria vai ao Expediente.**

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só para registrar a presença do Nego Marchioli, que é Secretário de Obras, grande Secretário de Obras do Município de Nova União e também a nossa querida Vereadora do Município de Nova União, Silvana e os Vereadores Débora e Nelci Verdan, do Município de Alvorada e o nosso amigo Dito Leiteiro e Jair, também do Município de Alvorada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, eu queria que fosse colocado na Ordem do Dia os Projetos de ICMS, o Projeto que tem disposição do ICMS e IPVA e aí como a matéria regimental deve ser discutida com a maioria, quem for contrário se manifeste, então eu peço que seja colocado agora para discussão e votação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A Sessão está suspensa para decidir mérito.

(Suspende-se esta Sessão às 14 horas e 15 minutos e reabre-se às 14 horas e 17 minutos)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A Sessão está reaberta.

O Plenário é soberano, retomamos a Sessão, vamos colocar em votação os Projetos solicitados.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazinho, parece que o espírito do Eduardo Cunha baixou aqui na nossa Assembleia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Encaminhe os projetos a serem apreciados.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Deputado Lazinho falou mal do Cunha hoje, está copiando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Acatando o pedido do Deputado Jesuíno Boabaid, trazer os processos para serem apreciados na Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, Senhor Presidente, o senhor assume a cadeira ou as decisões que o Deputado tomar serão válidas, que já são agora.

(Às 14h18min o senhor Lazinho da Fetagro passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. JESUÍNO BOABAID – Primeiro tem que colocar na ordem, em pauta, em discussão quanto à inclusão na Ordem do Dia os projetos que foram citados aí, o projeto de IPVA e ICMS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O IPVA e o ICMS, nós não podemos votar hoje, amanhã...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, Presidente, não, a plenária tem que discutir, a plenária tem que discutir, a plenária tem que discutir. Quem for contrário se manifeste, quem for a favor, agora tem que colocar em pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Nós fizemos uma reunião, Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, Senhor Presidente, eu sei que nós fizemos uma reunião, hoje o líder do Governo veio aqui com uma situação. Então, hoje a gente quer, hoje eu estou pedindo, é um poder regimental que coloque em discussão a inclusão ou não do projeto. Aí, se for colocar, a gente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu sei, Deputado, eu sei. Mas nós estamos discutindo com a classe empresarial, nós estamos debatendo, discutindo o projeto. Aí pegamos, vamos votar o projeto? Vamos quebrar o acordo que nós fizemos?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, o acordo, esta Casa que tem que deliberar...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, eu fiz um compromisso, eu estou falando em nome da Casa, eu fiz um compromisso com os empresários, eu preciso ouvir eles; se vai dar certo ou não, é na segunda que nós vamos saber. A votação de cada um está ali.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim, até que eu concordo. Mas de qualquer maneira, Deputado Maurão, Presidente, os empresários, todos os empresários são contra o projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – São contra, mas nós estamos procurando achar um meio termo, pelo menos, menos pesado e eles estão dispostos, inclusive é a terceira reunião que eles vêm participar e nós estamos marcado às 15:00 horas. Então, Deputado Jesuíno, eu não vou abrir mão, eu gostaria que Vossa Excelência entendesse e nós não vamos colocar o Projeto, vamos respeitar o compromisso...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não. O senhor tem autonomia, sistema aqui é presidencialismo, o senhor tem autonomia sim nas decisões desta Casa. Mas neste exato momento eu estou usando as minhas prerrogativas regimentais, o projeto deve ser colocado em pauta, deve ser apreciado pela plenária, a plenária vai debater...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Até porque, Deputado Jesuíno, o Deputado Lebrão não está no Plenário, está viajando, o Deputado Ribamar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, os presentes agora, é Sessão, os presentes. Eu quero que seja incluído em pauta, se vai ou não vai é outra discussão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O Deputado Jesuíno tem muito conhecimento realmente de Regimento e ele sabe que a propositura dele é exatamente de ser submetido ao Plenário, proposta nova. Portanto, de antemão eu gostaria que Vossa Excelência e os demais pares acatassem também a inclusão desse projeto em pauta. Não tem problema nenhum se é o que...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu só entendendo o seguinte, nós pusermos no Plenário, vai ficar ruim, poxa, os empresários vão vir aqui discutir o quê segunda-feira? Nós tínhamos combinado, nós estamos discutindo, esta Casa...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A FECOMÉRCIO tem voto contrário, eu não estou vendo nenhum empresário aqui defendendo esse projeto. O que eu estou pedindo é um direito. E tem mais, eu vou ter que abrir mão, depois que for incluído, do meu Requerimento. É o que eu estou falando aqui, se for...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, os Deputados... Presidente, Presidente, os empresários vão ficar realmente com raiva se for aprovado o pacote da maldade, o pacote do Governo aí, se a gente aprovar do jeito que está aí. Eles dizem que vão estampar a cara dos Deputados nos outdoor...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, esse tipo de ameaça, para mim isso não faz diferença, não faz diferença. Eu acho que o eleitor quando coloca o Parlamentar aqui, ele tem que, nós estamos aqui respondendo, nós estamos aqui para corresponder para as pessoas. Qualquer projeto que vir aqui, se ameaçar o Parlamentar de colocar um painel lá a cara dele, ele não vai votar? Eu acho que nós temos que ter consciência e saber o que é bom para o Estado. Portanto, para mim não faz diferença.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Presidente, só uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu, particularmente, entendendo, Deputado Cleiton, se é desejo de Vossa Excelência e demais pares que se acate o pedido do Deputado Jesuíno e automaticamente para nós assegurar o direito para as instituições...

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, se o líder do Governo está pedindo a inclusão na pauta...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu não estou pedindo, eu estou falando que o pedido foi feito pelo Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aí eu vou pedir ao Deputado par pedir vista do projeto...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O Luizinho não está pedindo, não. Mas eu já vou fazer uma proposta de antemão aqui, Presidente, que acatado o pedido do Deputado Jesuíno, para assegurar aquilo que foi acordado com as instituições que representam os empresários de Rondônia, porque na segunda-feira ficou ajustado, inclusive no próprio Requerimento feito pelo Deputado Jesuíno e pelo Deputado Hermínio hoje para os membros da Secretaria de Finanças do Estado, ficou definido que na segunda-feira nós teremos mais uma discussão. De antemão, acata-se o pedido do Deputado Jesuíno e eu já vou antecipar aqui que no momento da votação eu vou pedir vista do Projeto. Dessa forma, nós vamos dar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Como já está tendo essa manobra da vista, eu sei que o senhor tem essa autonomia, eu vou entendendo, entendendo porque, entendendo, aí em respeito também...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Não, agora, nós vamos submeter ao Plenário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, gente, não vai complicar, não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou retirar porque se fosse para votação hoje, aí sim, mas como...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedo a ordem ao Deputado Laerte Gomes. Com a palavra. Vamos ouvir, vamos ouvir.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Questão de Ordem. Presidente, nós somos da CCJ, esses Projetos estão na Comissão, com relatoria de Deputados, é um desrespeito a Comissão trazer esses Projetos para o Plenário.

Gostaria de solicitar ao Deputado Jesuíno, como membro da CCJ, que retirasse esse pedido dele.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu, Deputado, eu sou membro da CCJ, mas como o Projeto está causando muito problema, muita polêmica, eu já sei que eles vão usar dessa manobra, que era para ser discutido hoje, se vai pedir vista.

O SR. CLEITON ROQUE - Manobra não. Está no Regimento. Manobra é o que Vossa Excelência está...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Manobra não. Eu estou colocando às claras aqui...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu estou retirando o meu pedido, eu estou retirando o meu pedido.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cuidado, não pode dar cabeça-da aqui, não, não pode dar cabeça-da aqui, não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está resolvido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, calma aí, agora eu quero, eu preciso. Não, mas nós podemos submeter em Plenário se vamos aceitar sua retirada ou não.

O SR. JEAN DE OLIVEIRA – Se Vossa Excelência deliberar e o Presidente, com muita calma...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, delibere. A matéria está vencida.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está resolvido, o Deputado Jesuíno já retirou. Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu só queria dizer o seguinte: Presidente, eu sei, na reunião que teve aqui com os empresários, eu vi vários Deputados se manifestando que iam votar, *'ah, não sei o que, não vou votar a favor do Governo e não vamos aumentar imposto'*. E eu falei na reunião lá no dia, eu tenho certeza absoluta que o Governo vai aprovar tudo do jeito que ele quer, eu tenho certeza absoluta.

Agora, Deputado Maurão, eu só alerto para o seguinte, Deputado Maurão, nós questionamos o Secretário de Finanças do Estado qual era a justificativa para o Estado aumentar os impostos da forma que ele está aumentando agora. E eles não justificaram nada, falaram que o Estado está uma maravilha, está em crescimento e que não tem problema nenhum, para que justificar, não justificou o aumento do imposto. E os Deputados aqui, eu sei que a maioria vai votar a favor do Projeto, eu sei, eu sei que eu conheço esta Casa.

Agora, eu só quero alertar uma coisa, quando Vossa Excelência fala, Deputado Maurão, que não tem medo de *outdoor*, e eu sei que, até porque aqui quem está, se tem alguém aqui que vai votar contra o Governo, porque quem está votando contra o Governo, entre aspas, estaria votando a favor do povo, na época da eleição esse babaca talvez não tenha voto nenhum, isso não, eu para mim nem estou aqui querendo ganhar voto, fazendo média com ninguém, muito menos medo de sair em *outdoor*. Mas eu queria só dizer o seguinte: seria da parte da Assembleia, seria, Deputado Maurão, eu tenho maior respeito por todos os Deputados, toda vida tive, mesmo não tendo apoio na maioria das minhas ideias e propostas, nunca tive muito apoio, mas eu respeito todos os Deputados e todos votam do jeito que quiserem, e eu sei que votam sempre a favor do Governo. Mas seria votar esses Projetos do Governo

do jeito que estão aí, Deputado Maurão, seria realmente uma facada nas costas da população de Rondônia, sabe, Deputado Alex, seria.

Nós não podemos ser *kamikazes*, nós estamos parecendo aqueles *kamicazes*, não é nem os japoneses, aqueles cabras lá dos vietcongues. Seria, porque aprovar da forma que está, uma justificativa vagabunda desse Governo para poder aumentar imposto da forma que está aumentando e sem tomar nenhuma medida do lado do Estado de reduzir despesa onde poderia reduzir para, se é que tem, se tem que aumentar imposto, se o que o Governo tinha que fazer, vamos sacrificar todo mundo, inclusive o próprio Governo, mas não, eles não sacrificam de jeito nenhum, sacrifica a população que já está aí até o pescoço, pagando imposto.

Por isso que eu falo, Deputado Maurão, nós não temos necessidade nenhuma de votar esses Projetos do Governo da forma que está aí. E infelizmente eu já estou vendo que está sendo encaminhado para votar na íntegra da forma que o Governo mandou.

Esse negócio de conversar com o povo segunda-feira, com empresário, é só para fazer, só é par que não vai mudar nada. Infelizmente, pelo jeito que eu estou vendo aqui o rolo compressor, companheiro, já ensaiou, o trem já está morto, já está morto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está não, Deputado. Está não, Presidente. Está não, está não...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES - Cumprimentar também como o Deputado já o fez as lideranças do município de Alvorada que estão aqui, a Secretária de Agricultura, a Juliana, o Jair, a Vereadora Débora, o ex-Vereador Dito Leiteiro e a nossa Vereadora Dona Nelci Verdan, que é esposa do nosso amigo, saudoso ex-Vereador Verdan, a qual foi feita até aqui uma homenagem a ele quando do seu falecimento, deixar aqui os cumprimentos em nome da Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte. Fica aqui o registro dos nossos amigos de Alvorada do Oeste. Vereador, Vereadora, sintam-se à vontade nesta Casa.

Eu quero aqui só, Deputado Adelino, fazer uma fala sobre a fala do Deputado Hermínio.

Deputado Hermínio, eu concordo com Vossa Excelência. Aumentar imposto neste momento, momento de crise, no momento que nós estamos buscando todos os meios para nós aumentarmos nossa receita, nós tivemos uma caravana há poucos dias na BR-319, buscando uma saída com a reabertura da reconstrução da BR-319, justamente para a gente poder abrir um novo mercado para o nosso produtor rural poder vender a sua mercadoria mais próximo aí, que é captar esse filão de pessoas que consomem, que é na região do Amazonas, em Manaus, são três milhões de habitantes.

Então, nós, a Casa está se esforçando para fazer a parte dela. Nós estivemos agora, há poucos dias também uma caravana até Trinidad, na Bolívia, onde nós também estamos buscando novos mercados. A Casa está se esforçando e isso eu agradeço a todos os colegas que têm esse entendimento.

Agora, veja bem, nós estamos num momento de receso, de recessão, num momento de crise política no nosso país, que é em Brasília, e a receita está caindo. Nós estamos vendo aqui a receita. Então, a Secretaria de Fazenda ela tem por obrigação de buscar um mecanismo para repor essa receita, essa perda de receita, como outros Estados estão fazendo.

Então, veja bem, e acho que nós temos que discutir, debater para nós acharmos um equilíbrio, para não faltar recurso no Estado, porque nós já temos aí o exemplo do orçamento que está na mão do nosso relator, Deputado Cleiton, o orçamento da agricultura, que não temos recurso, não temos dinheiro. Não tem mágica para arrumar esse recurso.

Então, Deputado Hermínio, gostaria que Vossa Excelência ouvisse o caminho, e nós temos que buscar a saída. E nós estamos sentando com o setor produtivo, com as representações que têm nessa primeira, segunda reunião que nós tivemos e vamos ter outra na segunda-feira, para nós termos o equilíbrio. Porque esta Casa, o compromisso que ela tem e sempre fez, quando Vossa Excelência estava na Presidência como Deputado, de sempre ouvir as instituições. Quando vinha um projeto de lei aqui que era para atender o servidor, que seja da Educação, que seja da Saúde, que seja de quaisquer setores, o Projeto chegava aqui, nós ouvíamos os dois lados e discutíamos e chegávamos a um meio termo e votávamos o Projeto.

Da mesma forma está sendo com o meio produtivo, nós estamos ouvindo o empresário que é o repassador do imposto. Na verdade, não é ele que paga, quem paga somos nós, são os consumidores que pagam. Ele é apenas quem repassa esse imposto. Então nós temos essa preocupação, a Casa tem razão, Deputado Jesuíno, e ter essa preocupação de aumentar IPVA. Quando nós falamos que vamos aumentar o IPVA da moto de 50%, do carro em 33%, isso nos preocupa e nós somos cobrados na base e nós estamos discutindo, Deputado Jean, é justamente para podermos achar um meio termo para que a gente não vote um projeto como esse.

Mas quando se discute um projeto de 17% para 18%, que outros Estados já aprovam, já está aprovado e já está o Projeto mantido, esse eu acho que é um projeto razoável. Não está indo, é o consumidor que vai pagar, mas não está indo direto lá no pequeno que tem uma motozinha, que às vezes pode comprar só uma Biz e vai aumentar seu IPVA. Então são coisas que nós temos que ter o equilíbrio.

Agora, o que a gente não pode aceitar, Deputado Hermínio, e Vossa Excelência não aceita e o Deputado Cleiton foi muito claro e o Deputado Adelino, o primeiro dia que nós conversávamos, o empresário vir de lá e falar que vem que nós votamos senão ele coloca um *outdoor* e nós não somos filhos de pai assustado, não, para ficar correndo com medo de *outdoor*. Então, esse tipo de ameaça, isso eu falei na reunião para os empresários, se vir com ameaça é pior, que aí nós vamos acabar votando o Projeto e vamos deixar de ouvir, porque ninguém aqui está para ser ameaçado por ninguém, não.

Então, o empresário tem que ir lá para dentro da empresa dele fazer os cálculos, fazer o trabalho dele. Ele apenas vai fazer o repasse. Nós estamos preocupados não é com o empresário, nós estamos preocupados é com o consumidor, que é ele quem vai pagar. O empresário apenas vai fazer o repasse.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar a questão de atender ao pedido dos empresários, que foi combinado para segunda-feira, às 03 horas, e nós fizemos o compromisso, o senhor estava na reunião, eu também estive. E acho muito importante ouvir, mas desde o começo, quando veio o primeiro grupo e o segundo, a reunião e agora a terceira, a nossa expectativa é que o Governo repense para poder ver esses projetos para não afetar tanto, porque querendo ou não querendo, aumentando imposto quem paga é o consumidor.

Então, eu hoje falei, voltei a frisar para o Secretário Wagner que ele traga uma proposta concreta, mais detalhada, para segunda-feira conversar para nós aproximarmos isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Claro.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Porque não adianta conversar e vir aqui com a mesma coisa. Hoje cedo ele veio com a mesma coisa que ele já tinha antes, não mudou nada. Então, tem que vir propostas novas. O objetivo de debater é para poder discutir novas opções.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Achar uma saída.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, concordo com o senhor, mas em parte eu também discordo e a maioria dos empresários da FIERO, da FIAC, vieram aqui com a maior boa intenção e respeitaram esta Casa. Algum que sempre... Mas vocês sabem que no meio de todo mundo, sempre tem algum que exagera a sua opinião, que ameaça algum Deputado. Mas a maioria, 99% vieram e respeitaram esta Casa, vieram ouvir, parabenizaram esta Casa por ter aberto espaço para eles virem aqui. Então, nós não podemos levar em conta, às vezes uma pessoa lá, opinião deles, e eu concordo com o senhor, a gente fica chateado, mas a maioria veio aqui pedir para a gente refletir sobre esse assunto, que a população não aguenta mais pagar imposto. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado. Eu queria só, que a Deputada Glaucione pediu um

aparte, Deputado Jean. Eu queria que, Vossa Excelência já abriú mão, Deputada? Ela ia fazer uma proposta.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu quero aqui só deixar aqui registrado agora para que quando for semana que vem ou daqui a 15 dias, isso não venha acontecer como se ninguém ficasse sabendo. O cheiro de que existe uma articulação por parte do Governo de retirar o IPVA para querer colocar o ICMS goela abaixo, isso está parecendo aquela história do boi de piranha, que você joga um boi para as piranhas comerem e passa com a boiada por outro lado.

Então fique bem claro aqui que essa articulação de discutir o IPVA por se tornar uma medida mais impopular ainda, por se tratar de um imposto onde o próprio cidadão recolhe o DARE e vai pagar lá na boca do caixa, porque ele é mais impopular não quer dizer que ele causa mais estrago na conta, no orçamento doméstico da pessoa. Pelo contrário, o IPVA ainda existe opção do cidadão de pagar ou não pagar, de ter a moto ou não ter a moto, de ter o carro ou não ter o carro. O ICMS não tem alternativa, senhor Presidente. O consumidor, se ele quiser comer e beber, ele tem que pagar. Então, o ICMS ainda é pior do que o IPVA.

E para que Vossas Excelências saibam, já fica aqui dito, a gasolina, a partir do dia da publicação dessa lei, passa a custar R\$ 0,12 a R\$ 0,13 a mais no litro, no litro. E o senhor Secretário Wagner, que é uma pessoa que eu admiro muito, não trouxe até agora aqui todos os produtos, as mercadorias que são compostas por 17% de alíquota, ele não trouxe aqui uma a uma, e dizendo quanto que arrecada e quanto passará a arrecadar. Também não fez, da mesma forma, com a gasolina e com o álcool.

Então, senhor Presidente, é um manifesto que eu faço aqui, não utilize da estratégia de boi de piranha. Tira o IPVA para aprovar o ICMS, achando que nós fizemos um benefício para a sociedade, que isso não é verdade.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu só gostaria de deixar aqui um comunicado nesta Casa a todos os Parlamentares. Amanhã, às 14 horas, dia 10, quinta-feira, vai ter uma Audiência Pública aqui, que foi proposta pelo Senador Valdir Raupp, para discutir a questão da energia ou dos apagões ou dos altos valores absurdos, principalmente aquela taxa vermelha que é cobrada...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quando que é?

O SR. EDSON MARTINS – É amanhã, dia 10, às 14 horas, essa Audiência proposta pelo Senador Valdir Raupp. Eu acho que isso interessa a todos os Parlamentares desta Casa. Eu acho

que nós estamos aqui discutindo imposto num momento, eu acho que é a oportunidade da classe política do nosso país, discutindo CPMF lá em Brasília, que eu acho que é o imposto que entra no bolso das pessoas todos os dias. Como o Deputado Jean disse, o ICMS é pior do que a taxa. A taxa você paga uma vez por ano, o ICMS é um valor que todo momento que o contribuinte está lá no mercado, na boca do caixa, ele está tirando alguns centavos a mais do bolso. Mas não podemos também...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Isso aí não precisa nem que discutir, isso aí é totalmente... Não tem ninguém que é favorável a esse projeto de lei.

O SR. EDSON MARTINS – Eu estou com Questão de Ordem, Presidente. Eu só gostaria de dizer que nós também não podemos dizer que nós não temos que discutir o projeto, 'ah, que o Governo não está fazendo a parte dele'. Acho que esse momento de recessão precisa realmente discutir, precisa ter ajustes. O Estado com certeza tem o planejamento do Estado. Pior do que não ter algum ajuste, eu sou favorável de nós discutirmos, sou a favor de discutir, ouvir também a outra parte, mas eu acho que nós... Eu dizer que sou contra, eu acho que o Estado tem um planejamento e o ano que vem o Estado tem que oferecer os serviços essenciais para a população. Não é só dizer que nós somos contra o imposto, nós temos que discutir sim. Temos que discutir e se tiver que chegar a algum entendimento, esse imposto não deve porque vai prejudicar a classe que produz, a classe menos favorecida, mas tem algum imposto que é possível, de repente, a gente buscar esse entendimento. Mas muito pior do que isso, acho que nós temos realmente amanhã que darmos uma atenção a essa Audiência Pública, Deputado Hermínio. Eu vi essa semana uma pessoa chorando, se dirigiu a mim, uma senhora, com uma conta de energia de mais de novecentos reais e ela disse que ganha mil e seiscentos reais. Parece que nós já vamos ter que trabalhar, daqui a pouco, só para pagar conta de energia. Parece que ninguém precisa comer mais, nem de vestir, é só trabalhar para pagar energia. Parece que estamos caminhando para esse lado. Então, eu me preocupo, a gente está discutindo, é o momento de a gente estar discutindo realmente...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Edson, se nós aumentarmos mais o imposto, junto com esse imposto vai aumentar mais ainda, porque ICMS é em cima do valor que ele está aumentando, vem o ICMS maior ainda em cima.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu vou te falar uma coisa, Deputado Edson, se essa senhora ganha R\$ 1.600 e paga R\$ 900 de energia, depois dessa Audiência do Raupp ela vai aumentar para R\$ 3 mil a conta de luz dela, porque parece uma piada daquelas mais fuleiras que tem o Raupp fazer Audiência em Rondônia para discutir. Ele vai falar, será que se ele parar

de receber a propina diminui um pouco a tarifa de energia? Por que falaram, a revista, um monte de revista nacional aí falou que o valor da tarifa era alto, inclusive estava lá a propina do Raupp. E eu nunca vi o Raupp se defender disso, falar se defendendo disso. Por isso que eu falei, é piada de mau gosto desgraçado você ver o Raupp convocando Audiência Pública para falar de preço de energia e de apagão aqui em Rondônia. É uma brincadeira! Que infelizmente é o que mais tem na política brasileira é brincadeira.

O SR. EDSON MARTINS – Só para concluir, Presidente, com todo o respeito que eu tenho, Deputado Hermínio, mas eu não acho que é por aí. Eu acho que nós temos que ter respeito também aos outros, o Senador Valdir Raupp é uma pessoa realmente que tem um trabalho prestado ao Estado e eu acho que nós temos que dar atenção sim, um Senador que goza de um prestígio, tem grandes trabalhos prestados ao Estado de Rondônia, ao país. E eu acho que merece respeito e deixo aqui o meu repúdio a essa atitude do Deputado Hermínio, que é uma pessoa que eu gosto, o Deputado Hermínio para mim é uma pessoa que eu tenho consideração, principalmente sempre em defesa do servidor público, sindicalista que foi, mas eu repudio essa atitude do Deputado Hermínio na questão de dizer que o Senador Valdir Raupp não tem moral e prestígio para fazer uma Audiência Pública. Tem sim. Eu acho que a pessoa precisa até lavar a boca quando quer falar de uma pessoa que tem um trabalho prestado como tem o Senador Valdir Raupp ao Estado de Rondônia e ouvir, a gente ter que ouvir do Deputado Hermínio um tipo de conversa dessa. Então, eu repudio essa atitude do meu amigo Deputado Hermínio, uma pessoa que eu tenho uma consideração, mas não posso aqui concordar com a opinião do Deputado Hermínio, que eu acho que é uma opinião isolada. Fica aqui a minha indignação com essa atitude.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES - Nós estamos na Sessão, iniciou de manhã, às 9:00 horas, e nós passamos a manhã inteira discutindo essa questão dos projetos do Governo para aumentar a alíquota de impostos. Esteve o Secretário de Fazenda aqui, o seu Coordenador Técnico, gostaria de pedir a Vossa Excelência para a gente já entrar na pauta aí, ver os projetos que vão ser votados para a gente avançar, senão não sei se vamos ter um tempo grande aí na semana, para a semana...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não entendi, vai ter o quê? Uma palavra dos Deputados que está na ordem?

O SR. LAERTE GOMES – Não, para a semana, não só para, nós ficamos a manhã inteira discutindo isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, vai ficar hoje até as quatorze, até uma, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência agora mesmo pediu para colocar na pauta, pediu para tirar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, a gente está falando a questão, o Presidente entrou na seara da discussão de alíquota de 17% para 18%, a gente tem que falar com dados. A discussão é acalorada, então deve se debater, os Deputados que têm o seu posicionamento formado, sua opinião, que deixe claro aqui. Então, é importante a discussão dessa matéria que vai estar tramitando nas Comissões pertinentes.

O Presidente falou sobre a questão da alíquota de 17% para 18% que os Estados estão incluindo. Eu estou com o documento que foi entregue pelo Sr. Wagner, ele trouxe para nós aqui, é cerca de 13 Estados que migraram. E os 13 Estados, a sua maioria está passando por crise, em nenhum momento desses Estados aumentaram, tiveram uma resposta financeira agradável para tirar o Estado da crise, suposta crise.

O problema que nós estamos debatendo aqui é que o Wagner vem, fala, que infelizmente quero aqui agradecer a presença dele, mas ele não trouxe nenhum dado que pudesse realmente, como o Deputado Jean falou, enriquecer a situação dos projetos e a justificativa do projeto.

Então é importante que nós debatamos isso agora, comecemos a colocar isso em prática. Quero deixar bem claro que eu pedi para incluir em pauta que era para se debater aqui e se fosse para votação, que hoje já discutia e finalizava o projeto que com certeza hoje nós poderíamos até arquivar. Mas como o Governo, o Regimento desta Casa dá essa lacuna do pedido de vista, nós também não vamos abrir mão desse direito.

Então, era isso, os Estados que migraram para 18% não tiveram majoração, as isenções fiscais que foram citadas pelo Sr. Wagner, ele não esclareceu de forma clara, a questão dos bilhões, ele deixou aqui que tem um bilhão quanto ao incentivo fiscal que foi dado por esta Casa através de uma mensagem. Está tramitando também. E um bilhão, Deputado Cleiton Roque, não vai salvar o Estado, se conseguir recuperar? Que tem que ter a assessoria, Procuradoria buscar resgatar esses valores que estão hoje indo pela latrina, isso que nós temos que buscar. Era essa a minha fala, que eu queria manifestar sobre a questão desse projeto ICMS e a questão do IPVA.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, só para eu até argumentar aqui como contraponto à fala do Deputado Jesuíno com relação ao ICMS, a isenção das usinas ficou bem claro aqui que não existe isso, houve aprovação lá, mas, enfim, o Estado não isentou as usinas, ou seja, está ajuizado, deixou muito claro.

Ele citou um bilhão de reais inscritos em dívida ativa, mas não foi, e também não tem data para receber, Deputado

Laerte, é uma questão judicial, o que está acontecendo é uma disputa judicial. E o que falou, Deputado Maurão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eles estão pagando, tem um restinho, mas estão pagando.

O SR. CLEITON ROQUE – Então, e o que ele falou também relacionado à questão do um bilhão e pouco inscrito em dívida ativa, o percentual, se você buscar hoje os municípios rondonienses, os demais Estados é muito próximo desse montante porque a maior parte dessa dívida ativa também é constituída por pessoa jurídica que nem existe mais no Estado, é de 8, 10, 20 anos atrás.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Beleza. Eu vou pedir aqui...

O SR. LAERTE GOMES - Só para incrementar o Deputado Cleiton, foi concedido, Deputado Cleiton, eu era Presidente da AROM na época, e foi feita isenção de R\$ 1 bilhão da construção das usinas, em impostos. E não deveria ter sido feita porque essa obra só tinha ali para fazer e agora colocaram em dívida ativa, o próprio Governo encaminhou o projeto, os Deputados aprovaram essa isenção. Então, só para deixar isso claro...

O SR. CLEITON ROQUE - Ou seja, ela não existe mais.

O SR. LAERTE GOMES - Agora o Governo está tentando cobrar porque tem ação no Ministério Público, tem ADIN, a Justiça já autorizou, já está na dívida ativa essa questão da isenção.

Nós temos quase R\$ 5 bilhões da dívida ativa do Estado para cobrar. E aí o Presidente Maurão e o próprio Governo têm que fazer um trabalho de envolver o Ministério Público, porque isso também é criminal, entra na seara criminal na Justiça para cobrar principalmente dos grandes devedores deste Estado, os grandes devedores, Deputado Lazineho. A gente sabe que tem muito pequeno que tem dificuldade, pequeno empresário, pequeno comerciante, mas destes R\$ 5 bilhões a maioria está concentrado nos grandes devedores, nas grandes empresas do Estado e precisa ser cobrado antes de tomar a decisão de cobrar a conta das pessoas mais simples, dos trabalhadores, que é o que está acontecendo.

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Gente, eu não vou suspender a Sessão não, já vou votar direto.

O SR. EDSON MARTINS - Presidente, uma Questão de Ordem, bem rápida?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS - Só gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara de Urupá, Vereador Dário e a Vereadora Tia Maria, vários Vereadores, as duas Vereadoras de Nova União, em nome do Vereador Roberto Batata, do Pedrinho, sintam-se todos cumprimentados. A Vereadora Débora de Alvorada, o Prefeito José Silva, muito obrigado por vocês estarem prestigiando o trabalho desta Casa nesta tarde. Sintam-se à vontade. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar, convoco Sessão Extraordinária para apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei 283/15, Projeto de Lei 262/15, Projeto de Lei Complementar 053/15, Projeto de Lei 212/15, Projeto de Lei 210/15, Projeto de Lei 217/15, Projeto de Lei Complementar 044/15.

Eu vou retirar aqui o projeto do IPVA e o projeto do ICMS que não está na pauta, então vou pedir para retirar, qual é o projeto que eu já peço a retirada.

Vamos suspender pelo prazo de 05 minutos, para definir só a matéria que acabou colocando projeto aqui que não ia votar hoje.

Está suspensa a Sessão pelo prazo de 05 minutos para serem rediscutidos os projetos.

(Às 14 horas e 51 minutos é suspensa a sessão e reaberta às 14 horas e 59 minutos).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está reaberta a Sessão.

Projeto de Lei Complementar nº 044/15, Projeto de Lei nº 283/15, Projeto de Lei nº 262/15, Projeto de Lei Complementar nº 053/15, Projeto de Lei nº 224/15 e Projeto de Lei nº 280/15.

O SR. DR. NEIDSON - Senhor Presidente, gostaria que incluísse na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 037/15, o Projeto de Decreto Legislativo nº 038/15 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 039/15.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Isso é Título, não é? Está deferido. Projeto de Decreto Legislativo nº 037/15, o Projeto de Decreto Legislativo nº 038/15 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 039/15.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 15 horas)

SEC. DE PLAN. DE MOD. DA GESTÃO

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 020 SPMG-ALE/2015

Porto Velho, 17 de dezembro de 2015.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.11	100	45.000,00
TOTAL				45.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.94	100	45.000,00
TOTAL				45.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente